

# CONTROLE PÚBLICO

PUBLICAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

junho | 2009  
ano 1 | nº 3  
www.tce.sc.gov.br

CONTAS

## Pleno aprecia as finanças do Governo do Estado de 2008



### ORIENTAÇÃO

XI Ciclo de Estudos aproxima o TCE/SC de 2,6 mil gestores municipais



### PARCERIA

Integrantes de órgãos públicos, artistas, atletas e alunos unidos contra a corrupção



### PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Concluída 2ª fase do projeto de redesenho de processos



CONSELHEIROS

José Carlos Pacheco — Presidente

Wilson Wan-Dall — Vice-Presidente

Luiz Roberto Herbst — Corregedor Geral

Salomão Ribas Junior

Otávio Gilson dos Santos

César Filomeno Fontes — Supervisor do Instituto de Contas

AUDITORES

Adircélio de Moraes Ferreira Junior

Cleber Muniz Gavi

Gerson dos Santos Sicca

Sabrina Nunes locken

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

PROCURADORES

Mauro André F. Pedrozo — Procurador Geral

Márcio Rosa — Procurador Geral Adjunto

Aderson Flores

Cibelly Farias

Diogo Ringenberg



SUPERVISÃO

Conselheiro Wilson Wan-Dall

COORDENAÇÃO GERAL

Lúcia Helena Prujá

REDAÇÃO

Alessandra Carvalho Pescador

Aline Bertoli Amin

Isabela Ribas Cesar Portella

Lúcia Helena Prujá

Magda Audrey Pamplona

Osmar Teixeira

REVISÃO

Lúcia Helena Prujá

Márcia Regina Barreto Moraes

Valdelei Rouver

FOTOGRAFIA

Assessoria de Comunicação Social do TCE/SC

Diretoria de Atividades Especiais do TCE/SC

Assessoria de Comunicação Social da Câmara de Florianópolis

Associações de Municípios de Santa Catarina

Diretoria de Comunicação Social da Assembleia

Legislativa de Santa Catarina

Manoel Bento

Ministério Público de Santa Catarina

PLANEJAMENTO GRÁFICO, ARTE E ILUSTRAÇÕES

Ayrton Cruz

IMPRESSÃO

Gráfica Floriprint

PERIODICIDADE

Trimestral

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO DE TEXTO, DESDE QUE CITADA A FONTE. OS AUTORES DOS ARTIGOS SÃO RESPONSÁVEIS PELOS CONCEITOS E OPINIÕES EMITIDOS.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PEDIDOS DESTA PUBLICAÇÃO PARA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES

Rua Bulcão Viana, 90 — CEP 88020-160 — Florianópolis — SC

Fone/fax (48) 3221-3683

E-mail [revistacontrolepublico@tce.sc.gov.br](mailto:revistacontrolepublico@tce.sc.gov.br)

“Orientar para depois fiscalizar”

Mais do que seguir como fiscalizadores, os tribunais devem reforçar sua vocação de orientadores para que os gestores públicos apliquem adequadamente os recursos e para que os cidadãos se conscientizem da importância de acompanhar as ações dos governos. Convicto disso, ao assumir, em 2007, o meu primeiro mandato na presidência do Tribunal de Contas de Santa Catarina, destaquei que a gestão teria o *slogan* “Orientar para depois fiscalizar”.

A realização do Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal é uma das principais atividades de orientação do TCE/SC. O evento, que este ano chegou à 11ª edição, é destaque de capa deste número da publicação Controle Público. Cerca de 2.600 gestores municipais tiveram acesso a informações essenciais para a adoção de providências já no primeiro ano da gestão. A mudança dos critérios para emissão do parecer prévio e a criação de processo para análise dos atos de gestão do prefeito foram os principais temas abordados.

A intensificação de auditorias operacionais é outra iniciativa nessa direção. Através da avaliação de programas, projetos e ações governamentais, o Tribunal determina e recomenda a adoção de medidas para o aprimoramento da gestão de políticas públicas. Exemplos recentes podem ser conferidos nas matérias que tratam das auditorias na Secretaria da Educação — realizada por diversos tribunais de contas —, no Fundo Estadual de Incentivo à Cultura, na Fundação do Meio Ambiente e na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Neste terceiro número da Controle Público há, ainda, abordagens que demonstram o cumprimento da missão constitucional do TCE/SC — como é o caso da emissão do parecer prévio sobre as contas do Governo do Estado —, a realização de ações para aprimorar os processos de controle e o engajamento em iniciativas contra a corrupção. Nos espaços reservados a artigos, entre outros assuntos, está o saneamento básico — o autor destaca a necessidade da elaboração de um plano para garantir a sustentabilidade e a viabilização de recursos. E na coluna “Curtas” há informações objetivas sobre a atuação do Tribunal e a relação do Órgão com o cenário externo.

Estamos, na essência, procurando fazer mudanças com o objetivo de aumentar a satisfação da sociedade catarinense com nossos produtos e serviços através do resultado do nosso trabalho.

Conselheiro José Carlos Pacheco  
Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina







6	<b>INSTITUCIONAL</b>	A história do Tribunal de Contas de Santa Catarina em vídeo
10	<b>CORPO DELIBERATIVO</b>	Eleito novo conselheiro para o Tribunal de Contas de Santa Catarina
16	<b>ORIENTAÇÃO</b>	XI Ciclo de Estudos leva orientação aos novos gestores municipais
20	<b>PLANEJAMENTO</b>	Gestores públicos devem planejar ações de governo
24	<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>	Atos de gestão dos administradores municipais serão analisados
27	<b>RESPONSABILIDADE</b>	Prestação de contas é obrigatória para quem administra dinheiro
30	<b>CONCURSO</b>	Concurso garante direitos iguais para quem quer ser servidor
34	<b>CONTABILIDADE</b>	Plano de Contas Único alterou contabilidade dos municípios
36	<b>CONCESSÕES</b>	Serviços públicos só podem ser concedidos por licitação
39	<b>INTERAÇÃO</b>	Vereadores participam do 1º “Portas Abertas” do ano
41	<b>CONTAS DO GOVERNO</b>	TCE/SC recomenda a aprovação das contas/2008
46	<b>CONTROLE SOCIAL</b>	Publicado sexto número da série “Para onde vai o seu dinheiro”



55	<b>DESEMPENHO</b>	SED deverá identificar necessidades de capacitação dos professores
66	<b>TOMADA DE CONTAS</b>	Tomada de Contas Especial apura dano aos cofres públicos
72	<b>SEMINÁRIO INTERNACIONAL</b>	Seminário discute impacto da crise financeira sobre controle externo
75	<b>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>	Concluída segunda fase do projeto de redesenho de processos
77	<b>GESTÃO</b>	Relatório das atividades de 2008 está na Assembleia Legislativa
80	<b>PARCERIA</b>	TCE/SC participa de ato pelo Dia Internacional de Combate à Corrupção
84	<b>CULTURA</b>	Dia Mundial do Livro foi comemorado com flores
86	<b>CURTAS</b>	



<b>ARTIGOS</b>		
CÉSAR FILOMENO FONTES   Ciclo de Estudos: instrumento de orientação aos agentes públicos		14
ROGÉRIO LOCH   Plano de saneamento básico: obrigação legal		38
JOSÉ CARLOS PACHECO   Informação e controle social		54
SABRINA NUNES IOCKEN   A lógica da política pública sob a perspectiva das auditorias operacionais		62
AZOR EL ACHKAR   Auditoria ambiental pública		65





## A história do Tribunal de Contas de Santa Catarina em vídeo

*Produto financiado com recursos do Promoex mostra os avanços ocorridos na fiscalização dos gastos públicos catarinenses*

AUDIOVISUAL |  
versões em inglês e  
espanhol

Depoimentos, fotos de arquivo e imagens gravadas foram os recursos utilizados pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina para contar, num audiovisual, um pouco da história e dos avanços ocorridos na fiscalização dos gastos públicos catarinenses neste mais de meio século de existência. O “TCE de Santa Catarina – Transparência em favor do Controle Social” é o primeiro vídeo institucional do Órgão.

Financiado com recursos do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), o vídeo foi produzido entre o final de 2008 e o início deste ano. Era uma das atividades previstas no Promoex, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de vínculos institucionais com a sociedade.

O presidente do Tribunal, conselheiro José Carlos Pacheco, destaca que a produção da peça também é iniciativa prevista no Plano Estratégico 2008-2011 da Instituição e está relacionada ao objetivo de “fortalecer a imagem do TCE perante a sociedade”. “Diante dos desafios da conjuntura nacional os Tribunais de Contas se constituem no

melhor instrumento para o combate às disfunções da área pública”, enfatiza Pacheco. “Sem este organismo, fatalmente, as desigualdades sociais e os desvios de dinheiro público seriam, ainda, maiores no Brasil”, completa.

Dividido em três blocos – A História, A Missão e O Futuro – que podem ser apresentados separadamente, o audiovisual faz um retrospecto das atividades da Corte catarinense. Há informações sobre a criação do Órgão, o aperfeiçoamento e a modernização no controle dos gastos públicos – a partir da utilização da informática e da implementação de auditorias operacionais – e sobre a importância da atuação do controle social em parceria ao controle externo.

O vídeo institucional tem duração de 27 minutos na versão integral. Há ainda uma versão compacta. Tanto uma como a outra possuem legendas em inglês e espanhol, o que vai permitir que o material seja exibido em eventos internacionais que contarem com a participação de representantes do Tribunal de Santa Catarina.



GRAVAÇÃO | reunião do corpo deliberativo

## A importância da atuação dos tribunais de contas

Todo cidadão quer ter a segurança e a garantia de que o dinheiro entregue aos governos na forma de impostos será aplicado para atender o interesse público. Ou seja, que esses recursos serão usados para satisfazer as necessidades da população com saúde, educação e transporte, por exemplo. Esta é uma das missões dos tribunais de contas, criados a partir de 1893 – o de Santa Catarina foi em 1955.

No primeiro bloco, é possível verificar a evolução do sistema de controle exercido pelo TCE/SC. No início, a fiscalização era prévia e pouco abrangente, só atingia as contas do Executivo. Depois, passou a ser exercida após o gasto público e deveria alcançar, também, os atos do Legislativo e do Judiciário. Em 1970, o Tribunal catarinense já realizava o controle sistematizado sobre as contas dos três Poderes, das autarquias e fundações estaduais e das prefeituras municipais. Nos anos 80, o controle abrangia as sociedades de economia mista e as empresas públicas do Estado, as autarquias, fundações e empresas municipais e a verificação física das obras públicas. Hoje, a Corte de Contas tem a tarefa de fiscalizar quase 1.700 órgãos.



CONSTITUIÇÃO | Carta estadual de 1947 respaldou a existência de um órgão de controle



LEI Nº 1.366 | dispositivo criou o TCE/SC em 4 de novembro de 1955





AUDITORIA OPERACIONAL | técnicos avaliam a estrutura do SAMU/SC



OBRAS | construção e recuperação de rodovias também são fiscalizadas



## A fiscalização é essencial para coibir atos irregulares

Apreciar as contas prestadas anualmente pelo governador e pelos prefeitos, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos, verificar a legalidade dos atos de pessoal, responder consultas de gestores para esclarecer dúvidas sobre a aplicação de lei e prestar orientações são as principais atribuições.

O TCE/SC fiscaliza o cumprimento dos limites e das metas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Verifica, por exemplo, se o Estado e os 293 municípios cumprem os limites de gastos com pessoal e as regras para contratação de empréstimos.

Outra tarefa é a análise prévia dos editais de concorrência pública.

No segundo bloco também merece destaque a realização de auditorias operacionais. Com o trabalho, técnicos do Tribunal verificam se programas e ações governamentais estão alcançando os objetivos previstos e, se for necessário, apontam correção de rumos. Além disso, são mostradas as auditorias em programas de Governo do Estado financiados por organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – para construção e recuperação de estradas – e o alemão KFW – para proteção da Mata Atlântica.

## Cidadãos também devem exercer o controle

Para atender às demandas da sociedade, que exige um controle mais ágil e eficaz, o Tribunal apostou na tecnologia da informação. Depois do sistema de Auditoria de Contas Públicas, o TCE/SC desenvolveu aplicativos inovadores para o controle da gestão fiscal, de editais de concorrência e obras públicas, reunidos no Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge).

No terceiro bloco foram ressaltadas ações da Instituição para promover a transparência de seus atos e contribuir com o controle social, como o lançamento do Diário Oficial Eletrônico (DOTC-e) – veículo de publicação e divulgação, no site do TCE/SC, dos atos processuais e administrativos do Órgão – e a transmissão ao vivo, pela TV e Internet (www.tce.sc.gov.br), das sessões plenárias. As atividades de capacitação promovidas pelo Instituto de Contas, tanto para o público interno quanto para o externo, foram outras iniciativas enfatizadas.



e-Sfinge | Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão



DOTC-e | Diário Oficial Eletrônico



NO AR | sessões do Pleno são transmitidas pela TVAL



CURRÍCULO

- Herneus de Nadal é natural de Palmitos (SC) e advogado formado pela Faculdade de Direito de Cruz Alta (RS).
- Em 1982, foi eleito prefeito de Caibi, município do Oeste catarinense, distante 650 quilômetros da Capital.
- Deputado estadual por cinco mandatos consecutivos (1990, 1994, 1998, 2002 e 2006).
- Participou das comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Legislação Participativa, e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. Atuou, ainda, nas comissões de Agricultura, de Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos, além de ter representado o Parlamento em missões cooperativas internacionais.
- Foi vice-presidente da Assembleia Legislativa, de fevereiro de 2005 a janeiro de 2007.



# Eleito novo conselheiro para o Tribunal de Contas de Santa Catarina

*Deputado Herneus de Nadal irá ocupar a vaga aberta com a aposentadoria de Moacir Bertoli*

POSSE | sessão especial será no dia 20 de julho

■ A Assembleia Legislativa elegeu, no dia 28 de abril, por 35 votos contra três, o deputado estadual Herneus de Nadal para ocupar a vaga aberta depois do pedido de aposentadoria do conselheiro Moacir Bertoli. Segundo a Lei Orgânica do TCE/SC, a sessão especial para posse deverá acontecer em no máximo 60 dias após a publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Estado. O ato de nomeação, as-

sinado pelo governador Luiz Henrique da Silveira, foi publicado no Diário Oficial nº 18.611, de 25 de maio, que circulou no dia 29 de maio.

A votação para a escolha do novo conselheiro obedeceu ao regimento interno da Alesc, já que o preenchimento da vaga – “por ser a primeira” – é de competência do Legislativo, como estabelece a Constituição Estadual, em seu art. 61, inciso I, do § 3º.



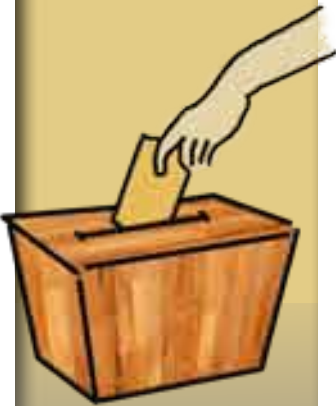
Antes de ser iniciada a votação, o presidente da Comissão Especial que analisou as inscrições dos candidatos à vaga de conselheiro – composta por sete parlamentares –, deputado Joares Ponticelli, fez uma breve apresentação dos 13 candidatos à vaga – os deputados Renato Hinnig e Rogério Mendonça retiraram seus nomes antes do pleito – e do processo. “Todos os candidatos na disputa estão habilitados a participar da escolha, obedecem aos requisitos e possuem currículo elogiável”, destacou.

Após o anúncio da votação, o deputado Herneus de Nadal assumiu a tribuna. “Quero proferir frases de agradecimento aos meus pares pela atenção, deferência, pelo carinho, mas, também, pela confiança que hoje me é depositada, majoritariamente, para que eu possa exercer uma missão importante”, enfatizou. “Esta oportunidade nos permite a continuar a servir o povo catarinense através de um posto destacado e elevado no Tribunal de Contas de Santa Catarina, na condição de conselheiro, missão que abraço com simplicidade”, completou.

Os outros três votos foram destinados aos candidatos Anadir Giancesini, Neli de Souza Pinto e Roberto Salum.

A VOTAÇÃO

- Aconteceu de forma secreta, em turno único, com os deputados sendo chamados um a um para depositar o voto na urna. Estavam presentes 38 dos 40 parlamentares.



VOTAÇÃO SECRETA | deputados fazem a apuração

Na próxima edição, **CONTROLE PÚBLICO** trará matéria especial sobre a posse do novo conselheiro do TCE/SC.



NOMEAÇÃO | ato foi publicado na edição de 25 de maio do Diário Oficial do Estado

## Vacância foi comunicada em 16 de março

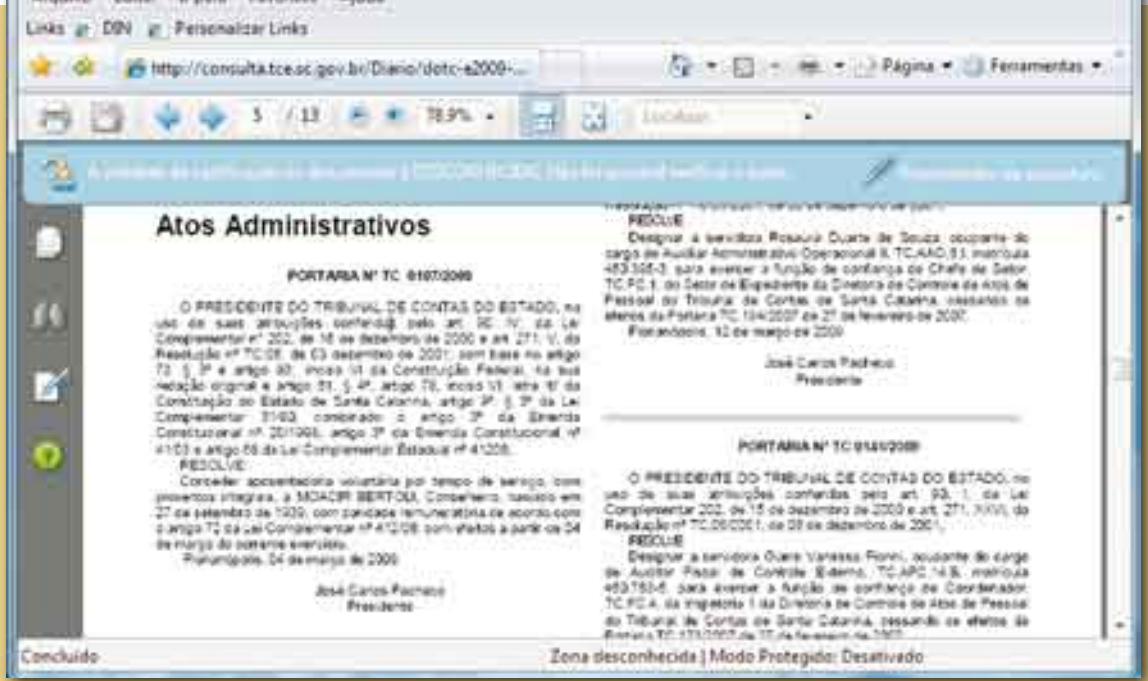
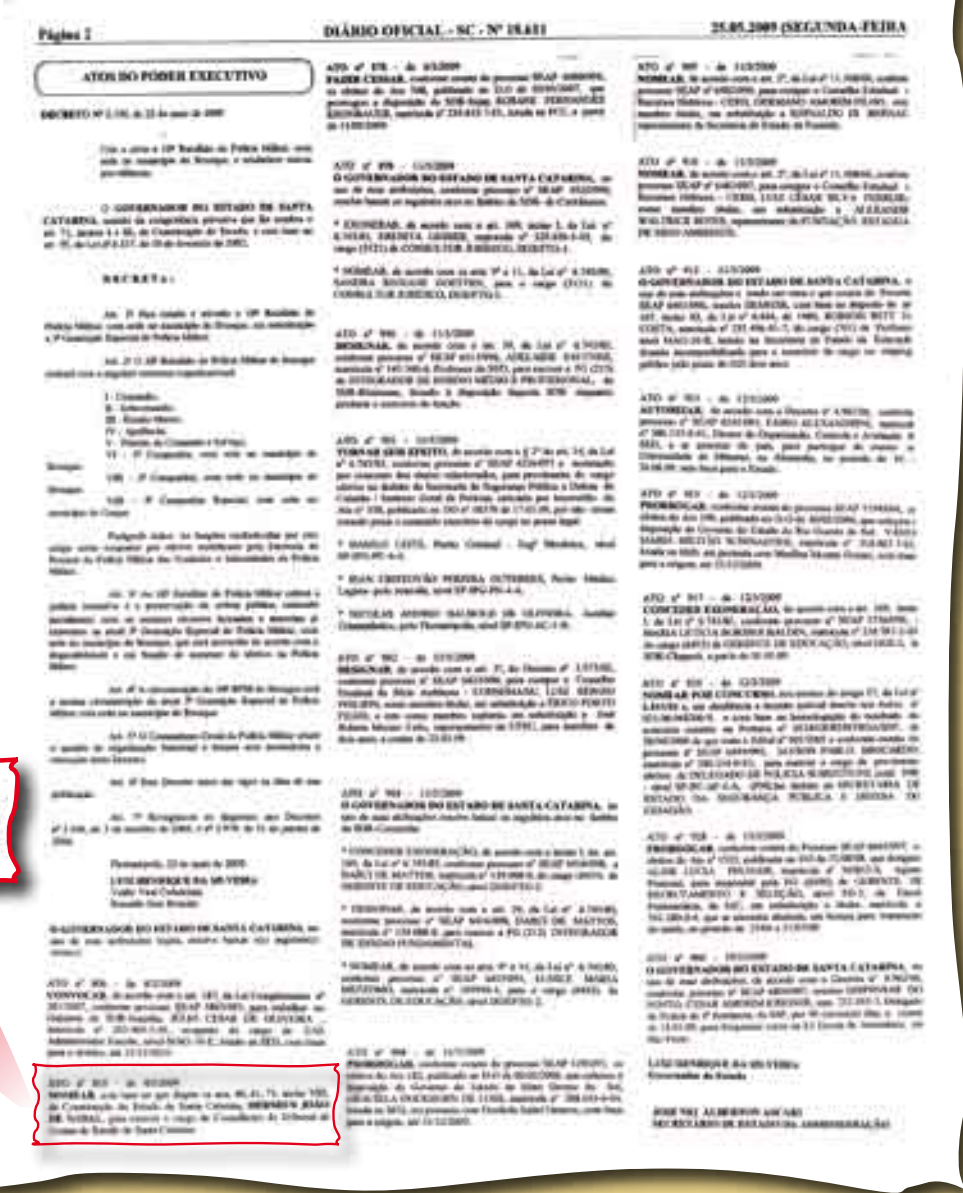
O processo de escolha, pelo Legislativo, do novo integrante da Instituição responsável pela fiscalização do uso dos recursos públicos por cerca de 1.700 unidades do Estado e dos 293 municípios catarinenses foi deflagrado no dia 16 de março, quando o presidente do Tribunal de Contas, conselheiro José Carlos Pacheco, comunicou ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello, a vacância do cargo de conselheiro. O ato de aposentadoria – Portaria nº TC-0107/09 – foi publicado na edição nº 211, de 13 de março, do Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC (DOTC-e).

O Pleno – órgão que emite as decisões do Tribunal – é composto por sete conselheiros. São

eles que discutem e votam as matérias de competência da Corte de Contas depois da análise da área técnica.

Segundo o art. 61 da Constituição Estadual, dos sete conselheiros, quatro são escolhidos pela Assembleia Legislativa para preenchimento da primeira, segunda, quarta e quinta vagas.

Ao governador cabe escolher os outros três, de acordo com a aprovação do Legislativo. Um deles é de livre nomeação e dois são escolhidos, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao TCE/SC, indicados em lista tripla, “segundo critérios de antiguidade e merecimento”.



## O PROCESSO DE INDICAÇÃO PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1. Recebido o ofício do presidente do TCE/SC, comunicando a vacância do cargo de conselheiro, será lido de imediato no expediente.
2. A 1ª secretaria da Mesa, antes de encaminhar o documento para publicação, adotará as seguintes providências:
  - confeccionará os formulários destinados à declaração de vontade do cidadão brasileiro de concorrer ao cargo;
  - designará servidores para o recebimento do *curriculum vitae* e documentos comprobatórios dos candidatos.
3. Encaminhado para publicação o ofício de declaração de vacância do cargo, abre-se o prazo de cinco dias para a inscrição dos candidatos junto à 1ª secretaria da Mesa.
4. Encerrado o prazo, a 1ª secretaria encaminhará as inscrições à Mesa, que constituirá Comissão Especial composta de sete membros, respeitada a proporcionalidade das representações partidárias, para, no prazo de até dez dias, analisá-las e sobre elas opinar.
5. Os nomes aprovados pela Comissão Especial serão encaminhados à Mesa, cabendo ao presidente providenciar sua publicação e inclusão na pauta e na Ordem do Dia, no prazo de quarenta e oito horas, para submetê-los à deliberação do Plenário.
6. Incluído na Ordem do Dia da sessão extraordinária especialmente convocada para este fim, a deliberação será tomada em turno único, pelo voto da maioria relativa, em escrutínio secreto.
7. O indicado será o candidato que obtiver o maior número de votos.
8. No caso de empate, será escolhido o mais idoso;
9. Concluída a votação, o presidente proclamará o resultado e a Mesa expedirá decreto legislativo e enviará cópia ao governador do Estado para nomeação do indicado.

FONTE | Regimento da Assembleia Legislativa do Estado — versão 2009, disponível em [http://www.ale.sc.gov.br/al/regimento/Regimento%2012\\_02\\_2009.pdf](http://www.ale.sc.gov.br/al/regimento/Regimento%2012_02_2009.pdf).

## O QUE É E PARA QUE SERVE O TRIBUNAL DE CONTAS?

- O Tribunal de Contas de Santa Catarina é um órgão público.
- Foi criado pela Lei Estadual nº 1.366, de 4 de novembro de 1955, mas a existência do Órgão já estava prevista na Constituição Estadual de 1947.
- A sua função principal é fiscalizar o uso dos recursos públicos pelo Estado e pelos 293 municípios catarinenses. O objetivo é verificar se os administradores aplicam, de acordo com a lei, o dinheiro que todo cidadão entrega aos governos na forma de impostos.
- Para dar conta da tarefa de fiscalizar cerca de 1.700 órgãos públicos estaduais e municipais e garantir à sociedade catarinense segurança quanto à correta aplicação do dinheiro público, o TCE/SC conta com mais de 500 servidores efetivos, entre conselheiros, auditores e técnicos.
- O Tribunal de Contas, que também apura denúncias de irregularidades na gestão de recursos públicos e responde a consultas — para esclarecer dúvidas dos gestores públicos sobre a aplicação de leis e normas —, ajuda a evitar desperdícios, desvios, fraudes e atos de corrupção, inclusive, em licitações e obras públicas.
- Além dos administradores públicos, qualquer pessoa ou entidade que utilize recursos do Estado ou de um município catarinense tem que prestar contas ao Tribunal. É o que acontece com os recursos públicos repassados através de convênios, por exemplo.
- O TCE/SC também fiscaliza o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e verifica, por exemplo, se o Estado e os municípios cumprem os limites de despesa com pessoal, se as câmaras de vereadores não gastam mais do que está definido na Lei e se os gestores públicos obedecem aos limites para a contratação de empréstimos.
- O Órgão aplica punições aos administradores públicos se constatar que não foram cumpridas as leis, as normas de administração financeira, e prejuízo aos cofres públicos. É o que pode acontecer quando uma prefeitura ou empresa pública faz uma compra sem a devida licitação. Nesses casos, o Tribunal de Contas pode aplicar multa de até 100% do valor do dano causado ao erário. Mas vale lembrar que os administradores têm direito de defesa perante o TCE/SC.

ATO | aposentadoria de Moacir Bertoli foi publicada no DOTC-e de 13 de março



# Ciclo de Estudos: instrumento de orientação aos agentes públicos

CÉSAR FILOMENO FONTES

■ Atendendo dispositivo expresso na Constituição Estadual, o Tribunal de Contas de Santa Catarina, há mais de uma década, realiza reuniões técnicas com o objetivo de orientar e preparar os administradores e servidores dos municípios para a tarefa de gerir e aplicar os recursos públicos, conforme os princípios da Administração Pública. Essas reuniões técnicas foram denominadas, em 1999, Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal.

O Tribunal de Contas optou por realizar os Ciclos nas principais cidades do Estado, fazendo-se presente em todas as microrregiões, resultando na aproximação entre o TCE/SC – órgão de controle – e seus jurisdicionados – órgãos ou entidades fiscalizadas. Assim, o evento se consolidou como uma das principais atividades de orientação e capacitação externa da Corte catarinense, atualmente coordenada pelo Instituto de Contas.

Em dez anos de Ciclo foram realizados 11 eventos, sendo capacitados cerca de 20 mil agentes públicos, entre prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, dirigentes de entidades da administração indireta, contadores, responsáveis pelos órgãos centrais de controle interno dos municípios e demais técnicos de prefeituras e câmaras.

Considerando a permanente presença do Ministério Público que atua junto ao TCE/SC, merece também destaque as parcerias firmadas para a realização dos eventos. Consolidaram-se como parceiros a Federação Catarinense de Municípios, as Associações de Municípios, a União de Vereadores de Santa Catarina, o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas da União.

Os assuntos tratados ao longo desses anos foram os mais variados, desde a discussão das inovações legais relativas à Administração Pública e suas interpre-

tações, com realce às emendas constitucionais, às alterações produzidas no sistema previdenciário, à Lei de Licitações e à Lei de Responsabilidade Fiscal, até a implantação de novos procedimentos e sistemas postos à disposição das Unidades Gestoras pelo Tribunal de Contas, destacando-se o Auditoria de Contas Públicas (ACP) – depois convertido no atual Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge) –, e a criação e estruturação dos órgãos de controladoria nos municípios, entre outros.

Em regra, a escolha dos assuntos tratados nos Ciclos de Estudos é feita pelo Tribunal, em comum acordo com os parceiros, atendendo às necessidades das entidades fiscalizadas. A apresentação do assunto em forma de palestra pelo TCE/SC tem sido a metodologia utilizada. Em seguida, é oportunizado aos participantes a discussão através de debate, para dirimir dúvidas suscitadas sobre a questão.

Importante observar que o Ciclo proporciona a aproximação entre integrantes da Corte de Contas e administradores e servidores das unidades fiscalizadas, resultando em segurança para a realização das ações administrativas, para a prevenção ou para a correção de equívocos, quando necessário, contribuindo para a eficácia e efetividade na gestão dos recursos públicos, visando à qualificação dos serviços postos à disposição dos cidadãos.

Convém ressaltar a importância do Ciclo de Estudos como fundamental canal de orientação e diálogo existente entre o TCE/SC e os órgãos e as entidades fiscalizadas, pois além de demonstrar os posicionamentos técnicos adotados pelo Tribunal, consolida-se como contribuição para aprimorar a atuação dos governos, melhorar os resultados da gestão pública municipal na busca da correta aplicação dos recursos públicos, expectativa essa da sociedade.



*“O Ciclo contribui para a eficácia e efetividade na gestão dos recursos públicos, visando à qualificação dos serviços postos à disposição dos cidadãos.”*



CÉSAR FILOMENO FONTES é conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina e supervisor do Instituto de Contas

## VISITE O **PORTAL** DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA.

# www.tce.sc.gov.br

## TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA E FERRAMENTA PARA A CIDADANIA.

-  Diário Oficial Eletrônico
-  Processo On-line
-  Decisões em consultas
-  e-Sfinge
-  Certidão LRF
-  Pauta das sessões
-  Consulta de Processos
-  Contas Públicas
-  Legislação e Normas
-  Publicações





Florianópolis

## XI Ciclo de Estudos leva orientação aos novos gestores municipais

*Técnicos do TCE/SC ressaltam necessidade de providências administrativas já no primeiro ano de gestão*

■ Cerca de 2.600 gestores públicos participaram do XI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal, promovido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina entre os dias 28 de abril e 15 de maio, em oito cidades, abrangendo todas as regiões do Estado. Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e técnicos de prefeituras e câmaras, em especial contadores e responsáveis pelos órgãos centrais de controle interno dos municípios, foram o público-alvo.

O evento, uma das principais atividades de capacitação externa do TCE/SC, coordenada pelo Instituto de Contas (Icon), interioriza a atuação da Corte catarinense, oportunizando a aproximação entre o órgão de controle e os responsáveis pela gestão dos recursos públicos municipais através do diálogo e da demonstração sobre posicionamentos técnicos. “Trata-se de uma contribuição para melhorar os resultados da gestão pública municipal, indo ao encontro dos anseios da sociedade na busca da me-

lhor aplicação dos recursos públicos”, enfatizou o presidente José Carlos Pacheco.

Nas oito cidades-sede — Florianópolis, Criciúma, São Miguel do Oeste, Chapecó, Joaçaba, Lages, Blumenau e Joinville —, auditores fiscais de controle externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina e representantes do Ministério Público do Estado e do Tribunal de Contas da União repassaram, aos participantes, informações essenciais para a adoção de providências administrativas já no primeiro ano de gestão. “Foram apresentados temas que causam preocupações e dúvidas aos administradores públicos em razão do início de mandato”, destacou o supervisor do Icon, conselheiro César Filomeno Fontes, acrescentando que os gestores públicos têm uma série de responsabilidades desde o primeiro dia de governo.

Dentre os temas abordados, destaque para os critérios utilizados pelo TCE/SC para emissão de parecer prévio e julgamento das contas de prefeitos e



Criciúma



São Miguel do Oeste

presidentes das câmaras de vereadores. A partir do ano que vem, o Tribunal também irá julgar os atos de gestão dos chefes dos executivos municipais, podendo considerá-los regulares ou irregulares e, inclusive, aplicar multas ou determinar a devolução de recursos aos cofres públicos.

Os auditores fiscais de controle externo falaram, ainda, de aspectos relacionados ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual, bem como das principais alterações na contabilidade pública municipal e seus reflexos na prestação de contas pelo Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge) — utilizado pelas unidades da administração pública do Estado e dos municípios para remessa eletrônica, ao Tribunal de Contas, de informações sobre contas, atos e gestão fiscal.

A realização de concursos públicos para o preenchimento de cargos e empregos, a concessão de serviços e a responsabilidade dos gestores perante o Tribunal também foram assuntos tratados. Já os representantes do Ministério Público de Santa

Catarina abordaram o tema “Concursos e processos seletivos para investidura em cargo, emprego ou função pública” e do Tribunal de Contas da União repassaram informações gerais sobre o papel da Instituição.

Ao final das apresentações, os participantes debateram sobre os assuntos expostos. “É importante o momento do debate, pois é quando se responde a muitas dúvidas dos agentes públicos, como por exemplo na área de pessoal, concursos, admissão de servidores, terceirizados e, inclusive, sobre temas que não estavam na programação do Ciclo neste ano, como foi o caso das aposentadorias”, destaca o diretor de Atos de Pessoal, Reinaldo Gomes Ferreira.

Para a realização de todas as etapas do XI Ciclo de Estudos de Controle Público, o Tribunal de Contas de Santa Catarina contou com o apoio das 20 Associações de Municípios do Estado, da Federação Catarinense de Municípios, da União dos Vereadores de Santa Catarina, do Ministério Público do Estado e do Tribunal de Contas da União.



Blumenau

ETAPAS | evento foi realizado nas cidades de Florianópolis, Criciúma, São Miguel do Oeste, Chapecó, Joaçaba, Lages, Blumenau e Joinville





Joinville



Lages



Joaçaba



Chapecó



## Material impresso e em CD

Os participantes do XI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal receberam um livro e um CD com informações repassadas pelos palestrantes.

No CD, também foi disponibilizada a cartilha “Início de Mandato: Orientação aos Gestores Municipais” — publicação do TCE/SC distribuída aos novos prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais e vereadores dos 293 municípios de Santa Catarina no início deste ano — que contém informações relevantes sobre os procedimentos que podem e devem ser adotados para a gestão e prestação de contas dos recursos públicos, arrecadados através dos impostos, taxas e contribuições pagos pelos cidadãos catarinenses.

### PROGRAMAÇÃO

- Decisão Normativa nº TC-06/08: critérios para a emissão de parecer prévio e julgamento de contas.
- Aspectos principais do plano plurianual, da lei das diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- Contabilidade pública municipal: principais alterações e reflexos no sistema e-Sfinge.
- Concurso e estágio probatório.
- “Início de mandato: orientações aos gestores municipais” — responsabilidade do agente público perante o TCE/SC e concessões.
- Concursos e processos seletivos para investidura em cargo, emprego ou função pública.
- Conhecendo o Tribunal de Contas da União.

### SEDES DO EVENTO

■ DATA	■ LOCAL	■ ASSOCIAÇÕES	■ Nº DE MUNICÍPIOS
28 de abril	Florianópolis	Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS)	22
30 de abril	Criciúma	Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL)	43
05 de maio	São Miguel do Oeste	Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC) Associação dos Municípios do Entre Rios (AMERIOS) Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense (AMNOROESTE)	43
06 de maio	Chapecó	Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC) Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMAUC)	50
07 de maio	Joaçaba	Associação dos Municípios do Meio Oeste de Santa Catarina (AMMOC) Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina (AMPLASC) Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP)	38
13 de maio	Lages	Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI) Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES)	46
14 de maio	Blumenau	Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI) Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)	25
15 de maio	Joinville	Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC) Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (AMPLANORTE) Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (AMVALI)	26

### RETROSPECTIVA DAS EDIÇÕES ANTERIORES

■ ANO	■ EDIÇÃO	■ PARTICIPANTES	■ FORMATO
2007	X Ciclo	3.402	12 etapas de 1 dia nas cidades pólo do Estado — 1 plenária e 5 oficinas
2006	IX Ciclo	2.428	12 etapas de 1 dia e meio nas cidades pólo do Estado
2005	VIII Ciclo	3.012	12 etapas de 1 dia nas cidades pólo do Estado
2004	VII Ciclo	2.085	12 etapas de 1 dia nas cidades pólo do Estado
2003	VI Ciclo	1.892	12 etapas de 1 dia nas cidades pólo do Estado
2002	V Ciclo	1.688	12 etapas de 1 dia e meio nas cidades pólo do Estado
2001	IV Ciclo	67	1 etapa de dois dias em Florianópolis para o lançamento do Guia da LRF do TCE/SC
2000	III Ciclo	1.514	11 etapas de 1 dia nas cidades pólo do Estado
2000	II Ciclo	302	3 etapas de 1 dia em Florianópolis para apresentação do ACP e Prestação de Contas das Câmaras Municipais
1999	I Ciclo	924	10 etapas de 2 dias





# Gestores públicos devem planejar ações de governo

*PPA, LDO e LOA são instrumentos que contribuem para a boa administração*

VIANA |  
"planejamento deve  
nortear as ações de  
todo gestor público"

Já diz o ditado que todo vento é favorável para quem conhece o destino. Uma ação bem planejada resulta, quase sempre, no alcance do objetivo traçado. A regra vale para as atitudes da nossa vida — o planejamento de uma viagem, da compra de um carro ou das horas de estudos necessárias para uma prova.

## SAIBA MAIS

■ Quando acompanhada do adjetivo "ordinária", significa que a lei é comum, habitual. Distingue-se, entre outras, da "lei complementar", que regula dispositivo da Constituição Federal (que, por sua vez, é a "lei básica" ou "lei maior"). A lei ordinária não necessita de maioria parlamentar absoluta para ser aprovada.

FONTES | <http://www.jurisway.org.br/v2/pergunta.asp?idmodelo=8482> e [apostilas.etsaber.com.br/apostilas/986.doc](http://apostilas.etsaber.com.br/apostilas/986.doc).

Mas o ato de planejar não deve ser rotineiro apenas na vida da dona-de-casa, do estudante, do trabalhador. O planejamento deve nortear as ações de todo gestor público. Para isso, ele tem a sua disposição três importantes instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O plano plurianual é válido para um período de quatro anos — os três últimos anos de mandato do administrador que elabora o Plano e o pri-

meiro ano da gestão seguinte. Como em 2009 os municípios estarão elaborando o PPA para o quadriênio 2010-2013, o TCE/SC escolheu este como um dos temas das palestras do XI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal.

A lei que instituir o PPA deve estabelecer as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital — a construção de escolas e hospitais, por exemplo — e as decorrentes delas — como os gastos com custeio e manutenção dessas escolas e hospitais —, bem como para as despesas relacionadas aos programas de duração continuada — que ultrapasse um ano.

O PPA, assim como a LDO e a LOA, é um instrumento de planejamento aprovado por lei ordinária de iniciativa exclusiva do executivo (*Saiba mais*). Apesar de serem os balizadores das ações do administrador, essas leis não são imutáveis em função das alterações que pode sofrer o ambiente no qual está inserido o município. Qualquer modificação, no entanto, depende de autorização do poder legislativo.

## LDO detalha prioridades para o ano

Diferente do que ocorre com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias é elaborada apenas para um exercício financeiro. Em 2009, os municípios estarão elaborando a lei de diretrizes orçamentárias para 2010. O prefeito precisa ficar atento ao fato de que a LDO deve se guiar pelas premissas aprovadas no plano plurianual e conter, especialmente, as metas e prioridades da administração pública para o exercício seguinte, incluindo as despesas de capital. O documento também orientará a elaboração da lei orçamentária anual.

Já que a LDO deve seguir os preceitos do PPA, o ideal é que seja elaborada após o plano. A Constituição prevê um prazo final para remessa do PPA ao Legislativo superior ao previsto para o envio da LDO, o que pode acabar invertendo a ordem natural dos instrumentos de planejamento. No entanto, o município pode se planejar e enviar para o Legislativo o projeto de PPA antes da LDO.

## Audiência pública deve preceder elaboração das peças orçamentárias

Um dos princípios que norteiam a Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência na gestão dos recursos públicos. Por isso, ela prevê a realização de audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão do PPA, da LDO e da LOA.

Quanto mais bem elaboradas as peças orçamentárias, maior será a probabilidade de o gestor público realizar uma boa administração. "É preciso conscientizar os gestores sobre a força que esses instrumentos possuem, para que essas leis não sejam consideradas meras obrigações legais", defende o auditor fiscal de controle externo do TCE/SC Luiz Cláudio Viana, um dos palestrantes do evento.

## LOA prevê receitas e despesas

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento que vai detalhar a aplicação de verbas das ações previstas na lei de diretrizes orçamentárias. A LOA conterá o orçamento fiscal referente ao Executivo e ao Legislativo, aos seus fundos e órgãos e a entidades da administração indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Compreenderá, ainda, o orçamento de investimentos das empresas em que o município, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto. Além disso, trará o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos vinculados a ela, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal — Lei Complementar nº 101/00 —, a LOA deixou de ser mera formalidade, passando a ser um instrumento importante de planejamento estatal. A LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e prevê, por exemplo, limites com gastos com pessoal.

É expressamente proibido o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual. Assim como nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, sob pena de crime de responsabilidade — que ocorre quando um gestor público é responsabilizado por uma infração político-administrativa.

## RESUMINDO

■ No plano plurianual estão registrados todos os investimentos e todas as despesas correntes cujo tempo previsto para realização seja superior a dois anos. O PPA é considerado um planejamento de médio prazo, com previsão de investimentos para quatro anos. Depois de pronto, o PPA, que deve conter as diretrizes do governo, passa a servir como um orientador para a formatação da lei de diretrizes orçamentárias.

■ A lei de diretrizes orçamentárias detalha os planos de investimentos e as prioridades da administração para o ano seguinte. Ou seja, a LDO aprovada em 2009 indica os gastos do governo em 2010 e assim por diante. A regra serve de molde para a proposta de orçamento dos prefeitos.

■ O passo seguinte é detalhar ainda mais os planos de aplicação das verbas. Para isso, e tendo em vista as definições do PPA e da LDO, os técnicos da prefeitura elaboram uma proposta de lei orçamentária anual. Aprovada pela câmara de vereadores, é essa a regra que determina como serão aplicados os recursos obtidos com impostos, taxas e outros tipos de receitas. O documento deve conter previsão das receitas e dos gastos para o ano. Tem, também, informações sobre os recursos destinados aos poderes, órgãos, fundos, às autarquias, fundações e empresas dependentes dos municípios.

FONTE | "Para onde vai o seu dinheiro 1".





LEGISLATIVOS | vereadores têm que apreciar as LDOs até o dia 17 de julho e os PPAs e as LOAs até 22 de dezembro

## Prazos devem ser obedecidos

O projeto de lei do plano plurianual, de acordo com o art. 35, § 2º, incisos I a III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, deverá ser enviado ao poder legislativo entre 2 de fevereiro e 31 de agosto, devendo ser devolvido para sanção do executivo até o dia 22 de dezembro.

O prazo para a remessa da proposta de lei de diretrizes orçamentárias acabou em 15 de abril, mas a lei deverá ser encaminhada ao poder executivo até 17 de julho para sanção.

Já o projeto de lei orçamentária anual deverá ser encaminhado ao poder legislativo entre 2 de fevereiro e 31 de agosto e devolvido para sanção até 22 de dezembro.

O TCE/SC, conforme consta no seu Prejulgado nº 1.716, de 2005, entende que o Estado e os municípios não possuem competência para legislar sobre o prazo de remessa do projeto de LDO ao Legislativo, devendo seguir o prazo fixado pelo texto constitucional.

Entretanto, em relação ao PPA e à LOA, o Tribunal vem admitindo a fixação de prazos diferenciados. “Tal procedimento é coerente, na medida em que a postergação do prazo permite o conhecimento dos orçamentos da União e do Estado, os quais poderão repercutir na elaboração da lei orçamentária dos municípios”, justifica Viana, lembrando que a alteração dos prazos constitucionais deve constar na lei orgânica do município.

PRAZOS		
LEI	REMESSA AO LEGISLATIVO	DEVOLUÇÃO AO EXECUTIVO
PPA	até 31 de agosto	até 22 de dezembro
LDO	até 15 de abril	até 17 de julho
LOA	até 31 de agosto	até 22 de dezembro

FONTE | art. 35, § 2º, incisos I a III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.



# PROCESSO ON-LINE

Qualquer cidadão poderá fazer o cadastro e acompanhar processos de seu interesse.

Acesso, por e-mail, de informações atualizadas sobre a tramitação das matérias no TCE/SC.

Saiba mais, no Sistema de Processo On-line, disponível no site [www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br).







# Atos de gestão dos administradores municipais serão analisados

*Pleno poderá determinar ao prefeito a devolução de recursos aos cofres públicos e aplicar multas*

GOMES | “a partir do exercício de 2009, controles devem ser aprimorados e intensificados”

## NA INTERNET

- A Decisão Normativa nº TC-06/08 pode ser acessada no portal do Tribunal de Contas ([www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br)) por dois caminhos:
- 1. Na edição nº 162 do Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC (DOTC-e), de 19 de dezembro de 2008. Basta clicar na seção “Diário Oficial Eletrônico” e buscar a edição pela data da publicação.
- 2. No menu “Legislações e Normas”, localizado no lado esquerdo do Portal, clicar em “Decisões Normativas — 2008 — Decisão Normativa nº TC-006/08”.

■ A mudança dos critérios para emissão do parecer prévio sobre as contas dos 293 municípios catarinenses e a criação de processo específico para análise dos atos de gestão do prefeito também foram assuntos abordados pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina no XI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal. É que as novas regras, estabelecidas na Decisão Normativa nº TC-06/08, aprovada no fim do ano passado e que substituiu a Portaria nº 233/03, já serão aplicadas na análise dos balanços de 2009, que será realizada em 2010.

Além de emitir o parecer prévio pela aprovação ou rejeição das contas — cuja decisão dará sustentação ao julgamento das contas anuais pela câmara de vereadores —, o TCE/SC irá julgar os atos dos administrado-

res públicos, podendo considerá-los regulares ou irregulares e, inclusive, aplicar multas ou determinar a devolução de recursos aos cofres públicos. Diferente do que ocorre quando emite o parecer prévio, após julgar os atos dos gestores, a Corte catarinense não encaminhará a decisão ao legislativo municipal.

De acordo com a Decisão Normativa — publicada na edição nº 162 do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal (DOTC-e), de 19 de dezembro de 2008 —, 41 restrições vão orientar a análise do Órgão nos processos de prestação de contas dos prefeitos (PCPs) — 15 delas podem ensejar um parecer negativo — e 94 itens serão observados nos processos de prestação de contas do administrador (PCAs) — 29 relacionadas à publicidade, licitação, a contratos, subsídios, orçamento, pessoal, à previdência e criação de fundo de qualquer natureza; 55 referentes aos balanços, créditos adicionais, à contabilidade, receita, despesa, licitação e gestão fiscal; e 10 relativas a procedimentos bancários e de caixa, à despesa, gestão fiscal e contabilidade.

## PARECER PRÉVIO X JULGAMENTO

### ■ O QUE É O PARECER PRÉVIO?

É a apreciação da gestão municipal através do Balanço Consolidado apresentado pelo prefeito. O documento reúne as contas da prefeitura, câmara de vereadores, de autarquias, fundações e fundos municipais.

### ■ O QUE FAZ O TCE/SC?

Verifica a consistência dos dados contábeis exigidos pela Lei nº 4.320/64 e pelas normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); o cumprimento de limites constitucionais e legais e de metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento — PPA, LDO e LOA; e a correta execução dos orçamentos. Na decisão, o TCE/SC conclui por recomendar a aprovação ou a rejeição das contas do exercício à câmara municipal.

### ■ O QUE É O JULGAMENTO?

O TCE/SC julga, individualmente, cada administrador público. São autuados, em separado, os balanços das unidades fiscalizadas, em processos sob a sigla PCA (Prestação de Contas de Administrador). A decisão será pela regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade.

### ■ A DECISÃO DO TCE/SC.

A decisão do Pleno referente ao julgamento dos administradores não é encaminhada ao poder legislativo, ao contrário do parecer prévio. No caso de prejuízo ao erário ou descumprimento de norma constitucional ou legal, o TCE/SC determina o ressarcimento aos cofres públicos e pode, ainda, aplicar multa.

### ■ O QUE MUDOU?

A análise vai gerar dois processos distintos no TCE/SC: um tratará da prestação de contas do prefeito (PCP) para fins de emissão do parecer prévio — que dá sustentação ao julgamento das contas anuais pela câmara de vereadores —, e o outro da prestação de contas do administrador (PCA), que vai analisar os atos de gestão do prefeito como ordenador de despesa, sob o ponto de vista orçamentário, patrimonial, financeiro e fiscal do exercício.

FONTE | Apostila do XI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal.



## Mais cinco restrições podem determinar a rejeição

EDUCAÇÃO | entre os novos critérios, dois são relacionados à área

A partir do ano que vem, mais cinco irregularidades podem levar o Pleno a recomendar a rejeição das contas dos prefeitos. Entre as restrições, duas estão relacionadas à área educacional: a não aplicação de, pelo menos, 60% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); e a não utilização de 95% do total de recursos recebidos no exercício na manutenção e no desenvolvimento da educação básica — a Lei nº 11.494/07, que regulamentou o Fundo, permite que os 5% restantes sejam utilizados até 31 de março do ano seguinte.

A ausência de efetiva atuação do sistema de controle interno, demonstrado no conteúdo dos relatórios enviados ao Tribunal, e de remessa de dados eletrônicos através do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge), e o encaminhamento do balanço anual consolidado com a demonstração inadequada dos saldos contábeis são outras restrições que podem ensejar o parecer negativo. “A partir do exercício de 2009, os controles sobre os procedimentos relativos as cinco restrições devem ser aprimorados e intensificados”, enfatizou o diretor de Controle dos Municípios, Geraldo José Gomes.

Destaca-se, ainda, como fator de rejeição das contas a ocorrência de déficit de execução orçamentária — gasto maior que a arrecadação —; a não aplicação de, no mínimo, 15% do produto da arrecadação de impostos em gastos com ações e serviços públicos de saúde e de 25% para a manutenção e o desenvolvimento da educação básica; e a realização de despesas nos dois últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade de caixa — em descumprimento do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essas irregularidades já estavam previstas na Portaria nº 233/03.

## PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO QUE PODEM SER REMUNERADOS COM OS RECURSOS DO FUNDEB

- Que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica. Deverão atuar na educação básica pública, sem distinção entre professor de jovens e adultos, da educação especial, da educação indígena ou quilombola e professor do ensino regular.



ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA DECISÃO NORMATIVA Nº TC-06/08, COM DESTAQUE PARA O QUE PODE MOTIVAR PARECER PRÉVIO PELA REJEIÇÃO DAS CONTAS ANUAIS		
■ RESTRIÇÕES	■ REGRA ANTERIOR (Portaria nº 233/03)	■ REGRA ATUAL (Decisão Normativa nº TC-006/08)
Não aplicação de, no mínimo, 25% das receitas de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino.	Motivo de parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.	Motivo de parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.
Não aplicação de, no mínimo, 15% das receitas de impostos em ações e serviços públicos de saúde.	Motivo de parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.	Motivo de parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.
Déficit de execução orçamentária.	Motivo de parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.	Motivo de parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.
Despesas decorrentes de obrigações contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato, sem disponibilidade de caixa.	Motivo de parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.	Motivo de parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.
Não aplicação de, pelo menos, 60% dos recursos do Fundeb em remuneração dos profissionais do magistério.	NÃO aparece como fator determinante para o parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.	Motivo de parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.
Não aplicação de 95% do total dos recursos oriundos do Fundeb em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica.	NÃO aparece como fator determinante para o parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.	Motivo de parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.
Ausência de atuação do Sistema de Controle Interno demonstrado no conteúdo dos relatórios enviados ao TCE/SC ou em auditoria in loco.	NÃO aparece como fator determinante para o parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.	Motivo de parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.
Balanço anual consolidado demonstrando inadequadamente saldos contábeis e divergências, prejudicando a verificação da compatibilidade entre a execução orçamentária e as variações patrimoniais, implicando na sua total inconsistência.	NÃO aparece como fator determinante para o parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.	Motivo de parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.
Não remessa de dados eletrônicos através do Sistema e-Sfinge.	NÃO aparece como fator determinante para o parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.	Motivo de parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.
Despesas com pessoal do executivo acima do limite fixado no art. 20, III, “b”, da Lei Complementar Federal nº 101/00, sem a eliminação do percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes.	Motivo de parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.	Motivo de parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas.

FONTE | Apostila do XI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal.



MARCELO | “a obrigação estende-se, inclusive, àqueles que não mantêm relação de cargo, emprego, função ou mandato com a administração pública”

# Prestação de contas é obrigatória para quem administra dinheiro

“Responsabilidade perante o Tribunal de Contas” foi tema de palestra do XI Ciclo de Estudos

■ Muita gente conhece qual a função do Tribunal de Contas de Santa Catarina: a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos e das entidades da administração pública estadual e municipal, em auxílio à Assembleia Legislativa e às câmaras municipais. Mas nem todos sabem quem, exatamente, está sujeito à jurisdição do Tribunal. Esse desconhecimento pode resultar numa surpresa desagradável para quem inesperadamente se vê obrigado a prestar contas à Corte catarinense. Pensando nisso, técnicos do TCE/SC levaram orientação a gestores públicos de todo o Estado sobre o tema “Responsabilidade perante o Tribunal de Contas”, durante o XI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal.

Segundo o art. 58 da Constituição Estadual, parágrafo único, é obrigatória a prestação de contas por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária (que origine gasto). “Fica claro, portanto, que essa obrigação estende-se, inclusive, àqueles que não mantêm relação de cargo, emprego, função ou mandato com a administração pública”, explica o auditor fiscal de controle externo Marcelo Brognoli da Costa. Essa possibilidade ocorre quando pessoas sem vínculo com a administração pública recebem recursos para

aplicar de acordo com a finalidade do repasse – por exemplo, quando uma associação recebe verba para usar em algum evento pré-determinado.

O servidor do Tribunal explica que do julgamento de contas não decorre apenas a apuração da responsabilidade civil, com vistas à indenização do dano causado. Há, também, a análise política, para verificar se a gestão dos recursos públicos atendeu às necessidades da sociedade, e o viés sancionatório, para a aplicação de penas ao administrador ou responsável pelo cometimento de ilegalidade ou irregularidade.

Cabe ressaltar que a responsabilidade originalmente atribuída ao administrador e aos demais responsáveis poderá ser estendida aos herdeiros, no que se refere à reparação do dano, até o limite do valor da herança, conforme prevê a Constituição Federal. Já a pena aplicada não pode ser transferida a terceiro. No caso do TCE/SC, as penas aplicáveis são multas, inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança por até cinco anos, etc.

Já o particular que furta o patrimônio público – como um aparelho eletrônico – não se torna, por causa deste ato, jurisdicionado ao Tribunal de Contas. “A apuração da responsabilidade criminal e civil e as respectivas condenações se darão por meio do aparato policial e judicial, de modo análogo ao furto cometido contra o patrimônio de um particular”, explica Marcelo da Costa.



## Responsabilidade nem sempre é só do ordenador de despesa

Além de ter o dever de prestar contas, os jurisdicionados têm que remeter ao Tribunal, para exame da legalidade, editais de licitações, contratos, atos de admissão e de concessão de aposentadoria, reforma — no caso de militares — e pensão.

No caso de irregularidade praticada em licitações ou contratos administrativos, o Tribunal de Contas representará ao Ministério Público para fins de deflagração de ação penal, nos termos da Lei de Licitações.

Se na análise de atos submetidos ao exame do TCE/SC for verificada a ocorrência de dano ao erário, os fatos deverão ser apurados, com indicação dos responsáveis e do valor do prejuízo, através de tomada de contas especial (*Saiba mais nas páginas 66 a 68*). Confirmado o dano, o responsável deverá ressarcir a perda causada aos cofres públicos.

A responsabilidade civil a ser imputada à pessoa que provocou a lesão ao erário é subjetiva. Para haver punição é preciso caracterizar que o dano ocorreu em razão de ação ou omissão do agente.

Em regra, a responsabilidade pela prestação das contas recai sobre a autoridade máxima do órgão ou ente. A mera alegação de que a ação administrativa ou a gestão de recursos não foi feita pela autoridade máxima do órgão não serve para afastar a sua responsabilidade. É preciso haver delegação de competência regularmente instituída. Aí sim, é que poderá recair sobre a pessoa delegada a responsabilidade pelas irregularidades das contas e ilegalidades dos atos e contratos, bem como, o dever de indenizar os danos ao erário.

Aquele que no exercício de sua função tem o dever de precisar o que, quanto e a quem se deve pagar determinada despesa com recurso público, também poderá responder por erro ou excesso do dispêndio causado por sua ação ou omissão e não apenas o ordenador de despesa, nesse caso. Isso pode ocorrer no caso de um engenheiro que ateste a conclusão da etapa de uma obra, confirmando que o pagamento pelo serviço já pode ser feito.

A obrigatoriedade pelo envio de contas e atos ao TCE/SC também nem sempre é do responsável pelas contas ou pela subscrição dos atos. Aquele que é obrigado, exclusivamente, a enviar os documentos no prazo estabelecido sujeita-se à sanção pelo descumprimento exclusivo deste fato e não pelas irregularidades ou ilegalidades apuradas. A sanção pelo descumprimento de prazo de remessa é a aplicação de multa, que pode variar entre R\$ 200,00 e R\$ 1.000,00, conforme o tempo de atraso.



## Penas aplicadas no julgamento de contas têm caráter pessoal

No julgamento de contas o Tribunal decidirá se elas são regulares, regulares com ressalvas ou irregulares. O julgamento pela regularidade das contas confere quitação plena ao responsável perante o Tribunal.

As contas julgadas regulares com ressalvas são aquelas que evidenciam impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte dano ao erário. Neste caso, o Tribunal de Contas dará quitação ao responsável e formulará recomendação à unidade gestora para que adote medidas necessárias à correção das faltas identificadas e previna a ocorrência de outras semelhantes.

Julgadas as contas irregulares sem débito, ou seja, em não se verificando a ocorrência de dano, o Tribunal aplicará multa ao responsável pelas infrações cometidas. As sanções têm caráter pessoal, não sendo aplicadas ao órgão ou à entidade, mas, sim, à própria pessoa responsável pela irregularidade. Consequentemente, também não podem ser transferidas aos herdeiros, ao contrário do dever de ressarcir o dano.

Há duas espécies de multa aplicadas pelo TCE/SC: a multa-sanção, aplicada quando a infração administrativa já ocorreu; e a multa-coerção, que visa garantir a efetividade da atuação do órgão fiscalizador, principalmente no que se refere à realização de audiências, inspeções, à remessa de documentos pelos fiscalizados, etc.

Quando apurado dano ao erário, as contas serão julgadas irregulares com débito, ou seja, com a determinação de ressarcimento pelo prejuízo causado. O responsável também fica sujeito à aplicação de multa, cujo valor pode chegar a 100% do dano.

## TCs têm autonomia para editar normas

A Constituição Federal deixa clara a autonomia dos tribunais de contas. Para o exercício do controle externo, é assegurado a esses órgãos o direito de expedir resoluções, atos e instruções normativas sobre matérias referentes a suas atribuições e sobre a organiza-

ção dos processos que lhe devam ser submetidos. Essas normas devem ser observadas pelos jurisdicionados, sob pena de responsabilidade.

A inobservância dos prazos para encaminhamento das contas e dos atos para julgamento e exame da

legalidade ao Tribunal de Contas inviabilizam o exercício de suas atribuições. “É constitucional a punição — multa-coerção — quando verificado o atraso no encaminhamento desses documentos”, explica Marcelo da Costa.

## Entidades beneficiadas têm que observar formalidades ao usar repasses

Comumente, as pessoas físicas que não mantenham relação de cargo, emprego, função ou mandato no âmbito da administração pública, não têm o dever de prestar contas, assim como as jurídicas estranhas à estrutura do Estado. No entanto, a obrigatoriedade passa a existir quando recebem recursos públicos para aplicar de acordo com a finalidade do repasse. “Daí ser comum se verificar inúmeras irregularidades na prestação de contas relativas à aplicação desses recursos, ou mesmo a ausência dela, já que para muitos beneficiados a prática é pouco usual”, justifica o auditor Marcelo da Costa.

Uma série de formalidades deve ser observada para não gerarem dúvidas quanto à lisura do gasto feito com dinheiro público, dentre elas: a observação dos prazos para a aplicação dos recursos e a prestação de contas ao órgão ou à entidade repassadora; a abertura de conta específica para recebimento dos recursos e o pagamento das despesas efetuadas com cheques nominais; a comprovação regular da despesa. “Além disso, os valores não utilizados devem ser restituídos corrigidos monetariamente”, ressalta o servidor do Tribunal.

Conforme o disposto na Resolução nº TC-16/94 do TCE/SC, a responsabilidade decorrente de irregularidades constatadas na aplicação dos chamados recursos antecipados — subvenções, auxílios, contribuições, por exemplo — recai no responsável pela unidade gestora a que pertencer o crédito — o ordenador da despesa — e também no destinatário dos recursos antecipados.

Ainda segundo a Resolução, quando a autoridade administrativa verificar que determinada conta não foi prestada ou que ocorreu desfalque ou desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízos para o erário, deverá tomar providências imediatas para assegurar o ressarcimento e instaurar a tomada de contas, comunicando a conclusão e o resultado da apuração ao TCE/SC (*Saiba mais nas páginas 66 a 68*).



### SAIBA MAIS

■ A prestação de contas de recursos repassados pela União, embora aplicados por ocupante de cargo público lotado na administração estadual ou municipal, deve ser feita ao Tribunal de Contas da União.





# Concurso garante direitos iguais para quem quer ser servidor

*Edital deve prever requisitos para ocupação do cargo e ser amplamente divulgado*

FERREIRA | “concurso precisa ser realizado com total lisura, dentro de critérios legais”

A partir da Constituição Federal de 1988, o acesso aos cargos e empregos públicos passou a ser feito, exclusivamente, através de concurso público. A norma assegura direitos iguais a todos os cidadãos habilitados em concorrerem a uma vaga no serviço público. Além disso, garante a seleção de pessoas realmente aptas para exercerem a função para a qual foram aprovadas.

Mas para que o direito de igualdade na disputa dos cargos seja realmente garantido, o concurso precisa ser realizado com total lisura, dentro de critérios legais, o que evita, também, questionamentos judiciais acerca do procedimento. Pensando nisso, o Tribunal de Contas de Santa Catarina orientou os gestores públicos sobre os critérios que devem ser observados na realização dos concursos durante o XI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal.

Em primeiro lugar, a administração pública deve estabelecer em lei e consequente edital de concurso os requisitos quanto às capacidades técnicas, científicas, físicas e outras que entender necessária para selecionar os melhores candidatos. O edital deve ser amplamente divulgado, possibilitando

a todos os interessados o conhecimento prévio das regras da seleção.

O diretor de Controle de Atos de Pessoal do TCE/SC, Reinaldo Gomes Ferreira, destaca que a ampla acessibilidade à disputa por cargos e empregos públicos não pode sofrer restrições por causa do valor das taxas de inscrição. “O valor cobrado não pode ser abusivo. É sensato que as taxas sejam fixadas para cobrir, apenas, os custos do certame”, reforça.

Ferreira diz que decisões judiciais de várias instâncias vêm apontando a obrigatoriedade de previsão no edital de isenção de taxa para os comprovadamente pobres. Em Santa Catarina, a Lei nº 10.567/97 prevê a isenção do pagamento para os doadores de sangue.

Com relação aos questionamentos sobre limite de idade para ingresso em cargo ou emprego público, já há um entendimento jurídico firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo a Súmula nº 683, o limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

## Validade do concurso é de até quatro anos

Ao desejarem ampliar o quadro de pessoal do órgão que administram, os gestores não podem esquecer de verificar a existência de eventual concurso público com prazo de validade ainda vigente. Um outro concurso até pode ser realizado nesse período, mas os aprovados no certame anterior, dentro do número de vagas previstas no edital, serão convocados com prioridade sobre os novos aprovados. Conforme a Constituição Federal, a validade do concurso público é de até dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período.

Cabe registrar que até o ano passado, o STF entendia que o candidato aprovado dentro do número de vagas existentes no edital não tinha obrigatoriamente o direito de ser nomeado — ha-

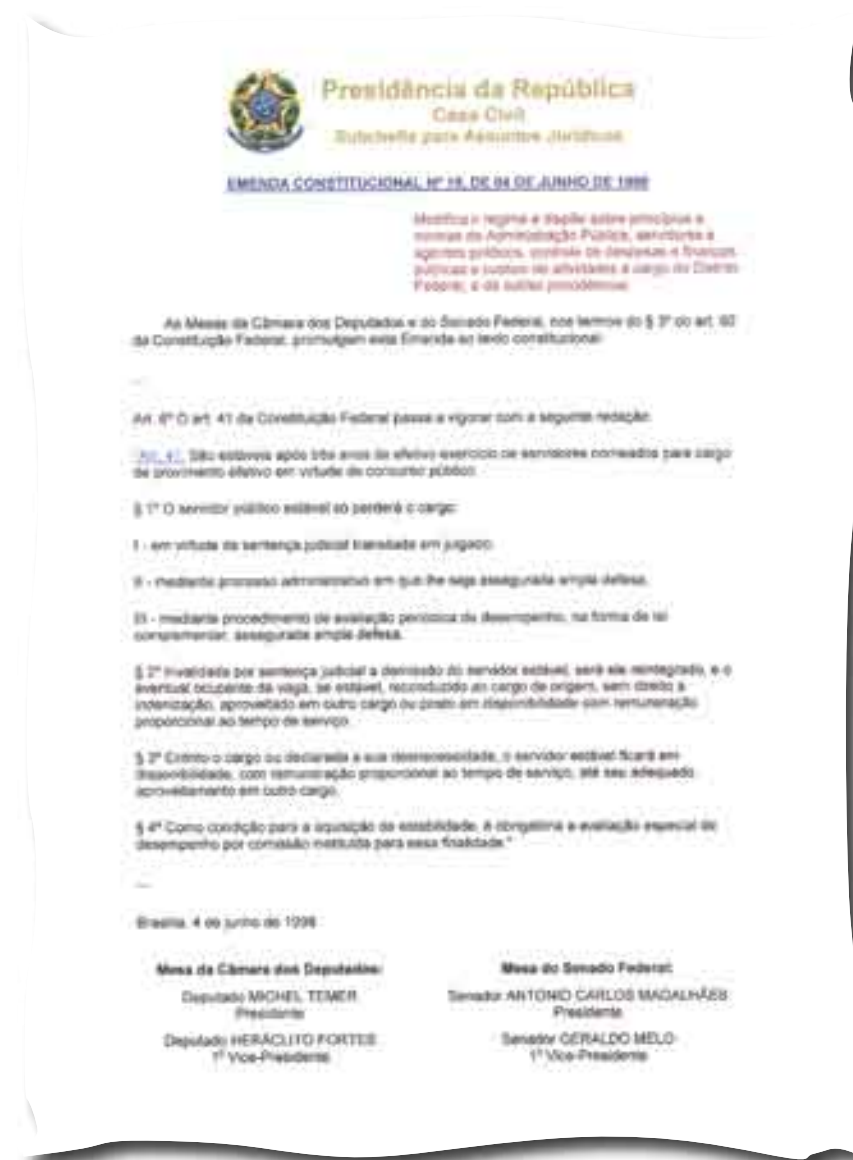
via, apenas, uma expectativa de direito. Em setembro, ao julgar um recurso extraordinário, o Supremo entendeu que esses candidatos têm o direito líquido e certo à nomeação. “Isso significa dizer que o ato de convocação, que tinha característica discricionária, passou a ser vinculado às regras do edital”, explica Ferreira, enfatizando que a decisão, no entanto, não garante o mesmo direito para todos. “Mas será útil como precedente para mudar o entendimento seguido até agora”, emenda. Ele lembra que o Superior Tribunal de Justiça já havia decidido da mesma forma em 2006, determinando que o candidato aprovado em concurso público tem o direito de ser nomeado no cargo se classificado dentro do número de vagas previstas no edital.

## CARGO PÚBLICO E EMPREGO PÚBLICO

- **Cargo público** — o vínculo empregatício com a administração do ocupante de cargo público é estatutário.
- **Emprego público** — o vínculo empregatício com a administração do ocupante de emprego público é celetista, ou seja, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

## TERCEIRIZAÇÃO

- A realização do concurso público pode ser terceirizada. No entanto, isso não exige a administração pública de responsabilidades por irregularidades que, porventura, surjam desde a publicação do edital ao resultado do certame.



EC Nº 19 | dispositivo modifica o regime



LEI Nº 8.112 |  
dispõe sobre o  
regime jurídico dos  
servidores



## ESTÁGIO PROBATÓRIO E ESTABILIDADE

- **Estágio Probatório** — período em que o servidor recém-empessoado é avaliado por uma comissão especial para provar que detém os requisitos exigidos pela administração pública.
- **Estabilidade** — garantia ao servidor concursado de permanência no cargo após transcorrido três anos de efetivo exercício no serviço público.

## SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO PODE ASSUMIR CARGO COMISSIONADO OU DESEMPENHAR FUNÇÃO GRATIFICADA?

- O entendimento do TCE/SC, exarado no Prejulgado nº 1682, é que o servidor em estágio probatório pode assumir cargo comissionado (ou receber função gratificada) quando há interesse da administração, ou seja, interesse público que supere a necessidade original que motivou a realização de concurso público. Recentemente — em 1º de abril —, ao responder consulta do Ministério Público de Santa Catarina, o Tribunal admitiu a continuação da contagem do tempo de estágio probatório para os servidores que ocuparem função gratificada ou cargo comissionado no órgão ou entidade a qual pertençam, desde que haja similaridade com as funções do cargo efetivo.

## Estágio probatório comprova capacidade dos nomeados

Após o concurso público, todos os servidores nomeados passam por uma avaliação — o chamado estágio probatório — para comprovar que são capazes de desempenhar suas funções com responsabilidade, assiduidade, dedicação, zelo, eficiência. Durante o treinamento, a adaptação e o efetivo exercício do cargo ou emprego público, o servidor também precisa demonstrar um bom convívio social, além de qualidades morais.

Reinaldo Ferreira explica que o período de estágio probatório mostra se o servidor detém todos os requisitos estabelecidos pela administração pública para bem desempenhar a atividade funcional. O tempo de duração do estágio é controverso, se de dois ou três anos.

Segundo a Constituição Federal, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo são estáveis após três anos de efetivo exercício. “O estágio probatório e a estabilidade são institutos distintos”, ressalta o auditor do Tribunal,

destacando que não precisam durar o mesmo período. Esse entendimento está expresso no Prejulgado nº 1650 do TCE/SC. “O prazo de aquisição de estabilidade no serviço público não resta vinculado ao prazo do estágio probatório, que poderá, conforme o Estatuto dos Servidores Públicos, ser inferior a três anos”, registra a decisão. “Conclui-se, assim, que o tempo de estágio probatório será disciplinado em lei”, completa Reinaldo.

Ocorrendo omissão por parte da administração pública em realizar o estágio probatório, o servidor adquirirá a estabilidade após os três anos de exercício no cargo.

Se o servidor público não atender as exigências do estágio probatório, ele será exonerado do cargo. No entanto, se antes de ocupar o cargo, ele for servidor público estável, e em não sendo aprovado no estágio probatório, o retorno à função anterior fica assegurado.

Mais um canal de interação entre o TCE/SC e a sociedade.



**ENVIE SUAS RECLAMAÇÕES, CRÍTICAS, SUGESTÕES OU INFORMAÇÕES.**

Portal: [www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br)

E-mail: [ouvidoria@tce.sc.gov.br](mailto:ouvidoria@tce.sc.gov.br)

Carta: rua Bulcão Viana, nº 90 – Caixa Postal 733 – Centro – CEP 88.020-160 – Florianópolis/SC.

Fax: (48) 3221-3610.



# Plano de Contas Único alterou contabilidade dos municípios

*A partir de 2008, registros sobre o patrimônio das prefeituras tiveram que ser padronizados*

■ A contabilidade pública tem como objetivo registrar as operações que afetam o patrimônio público, sejam elas financeiras — as receitas e despesas — ou não financeiras — aquisição ou baixa de bens públicos, por exemplo. E para que se possa registrar uma operação de forma contábil, é preciso que se tenha um instrumento para transformação dos dados em linguagem contábil. Esse instrumento é o Plano de Contas.

A partir de 2008, os 293 municípios catarinenses tiveram que implantar o mesmo Plano de Contas Único utilizado pela Administração Pública Federal. O Plano é uma espécie de guia que orienta e uniformiza os registros contábeis sobre a gestão de recursos públicos. Por consequência, os dados e informações a serem enviados, bimestralmente, ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, por prefeituras e câmaras e demais unidades gestoras municipais — autarquias, fundações e fundos —, através do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge), devem estar adequados a este Plano de Contas, sob pena de ocorrer contabilização diferente daquela exigida pelo órgão fiscalizador. Até então, cada município possuía seu plano de contas próprio, necessitando realizar a associação ao elenco de contas padrão do TCE/SC.

O Plano de Contas Único adotado por determinação da Corte catarinense foi adequado às necessidades de contabilização dos municípios. “Há operações que a União contabiliza e o município não e vice-versa”, explica o auditor fiscal de controle externo do Tribunal Luiz Carlos Wisintainer.

As alterações, além de afetarem a contabilidade pública municipal, provocaram mudanças na prestação de contas pelo e-Sfinge — utilizado pelas unidades da administração pública do Estado e dos municípios para remessa eletrônica, ao TCE/SC, de informações sobre contas, atos e gestão fiscal. Diante da necessidade de os gestores públicos receberem orientação quanto a essas modificações, o Tribunal abordou o assunto no XI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal.

Para Wisintainer, a sistemática contábil do Plano de Contas é bem detalhada, permitindo um controle eficiente dos gastos públicos. A contabilização da depreciação de bens públicos, por exemplo, que não é exigida pela Lei nº 4.320/64 — dos Orçamentos Públicos —, agora terá que ser feita. “A contabilidade, nesse caso, torna-se um importante instrumento no processo de tomada de decisão do gestor”, diz.

WISINTAINER | “sistemática é bem detalhada, permitindo um controle eficiente dos gastos públicos”



## Muda a forma de contabilizar repasses ao legislativo

Uma das principais modificações trazidas pelo Plano de Contas ocorreu com a forma de apresentação dos registros dos repasses para as unidades gestoras — prefeituras, câmara de vereadores, fundações, autarquias e fundos.

Até o exercício de 2007, todo e qualquer repasse financeiro não necessitava ser registrado no fluxo orçamentário. Agora, esses repasses devem ser considerados como orçamentários, já que a origem — ingresso — do dinheiro foi orçamentária e sua aplicação — desembolso final — será orçamentária também.

Sendo assim, esses desembolsos não exigem a emissão de notas de empenho, bem como os ingressos não necessitam ser registrados como documento de receita. O órgão repassador deverá registrar o valor como resultados diminutivos do patrimônio e o órgão recebedor como resultado aumentativo do patrimônio.

### DESPESA E RECEITA

- **Despesa** — todos os recursos gastos na gestão para a manutenção da estrutura administrativa e investimentos.
- **Receita** — recursos recebidos na gestão oriundos de impostos, taxas, transferências de outros entes, empréstimos, etc.

## Grupo estuda uniformizar Plano para União, estados e municípios

A padronização do plano de contas para as três esferas de governo está sendo discutida pelo Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional, que reúne representantes de órgãos fiscalizadores, do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais. Com a uniformização, seria possível, por exemplo, consolidar dados sobre o mesmo quesito do País inteiro.

### LEI Nº 4.320/64

- A contabilidade pública orienta-se pela Lei nº 4.320/64, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Segundo o art. 85 da Lei, os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.





# Serviços públicos só podem ser concedidos por licitação

*Delegação é exclusiva para pessoa jurídica e deve ter prazo determinado*

SIMÕES | “serviços devem ser definidos em lei”

■ A concessão para a exploração dos serviços de transporte coletivo e de saneamento básico pelo poder público à iniciativa privada tem sido, mais frequentemente a partir de 2007, objeto de editais de licitações de prefeituras do Estado. Isso porque, nesse período, começou a vencer o prazo especialmente dos contratos de saneamento firmados pelos municípios com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan). Como o Tribunal de Contas de Santa Catarina realiza desde 2003 a análise prévia de editais de concorrência dos municípios — e desde 1997 os do Estado —, foi necessário buscar subsídios para firmar um entendimento sobre os aspectos jurídicos, econômicos, contábeis e operacionais desse tipo de serviço.

As conclusões a que chegaram os técnicos do TCE/SC foram resultantes da participação em eventos promovidos pelo próprio órgão de controle — cinco oficinas e um fórum sobre saneamento básico e três oficinas sobre concessões. Visando orientar os gestores públicos municipais para a correta elaboração dos editais, a Corte catarinense expôs o

seu entendimento, inclusive com demonstração de exemplos de análises já feitas, sobre a concessão de serviços públicos, especialmente de transporte coletivo e de saneamento básico, no XI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal.

O técnico da Diretoria de Controle de Licitações e Contratações do Tribunal Otto César Ferreira Simões explica que os serviços públicos devem ser definidos, em lei, pela União, pelos estados e municípios. A delegação somente pode ser feita por um desses entes da federação, dependendo da abrangência territorial do serviço, por licitação, na modalidade de concorrência.

O serviço público pode ser concedido apenas à pessoa jurídica — nunca para pessoa física —, por prazo determinado. Não existe na Lei nº 8.987/95 — que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos — previsão explícita de qual seria esse prazo. “Entende-se, no entanto, que esse prazo seria o necessário para que a concessionária obtenha o retorno do investimento efetuado mais o lucro”, conclui Otto Simões.

## É indispensável estudo de viabilidade técnica e financeira

Durante o XI Ciclo de Estudos, os técnicos citaram os principais aspectos observados quando analisam editais de concessão. Um deles é a necessidade de edição de lei autorizando a delegação do serviço. Também é necessária, antes do lançamento da licitação, a realização de estudos de viabilidade técnica para a execução do serviço — equivalente ao projeto básico — e econômico-financeira — com a estimativa de despesas e receitas e projeção da demanda.

Previamente ao edital de concorrência, também já deve estar definida a agência reguladora do serviço a ser concedido. Além de fiscalizar a prestação do serviço, a entidade reguladora editará normas de padrões e indicadores de qualidade, requisitos operacionais e manutenção, bem como acerca de metas e prazos a serem cumpridos pela concessionária.

A área técnica do TCE/SC ainda está atenta quanto ao critério utilizado para a escolha da vencedora da concorrência. O tipo “maior lance ou oferta” deve ser utilizado nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão, devendo o valor ser investido no próprio sistema concedido. O critério “técnica e preço” ou “melhor técnica” deve ser utilizado quando o serviço licitado é de natureza predominantemente intelectual ou dependente de tecnologia nitidamente sofisticada, conforme define a Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/93).

Quanto às cláusulas essenciais do contrato de concessão, os técnicos alertam que a forma de fiscalização das instalações, dos bens e equipamentos, dos métodos e das práticas de execução do serviço, deve ser uma delas, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la, conforme determina a Lei nº 8.987/95.

Otto Simões enfatiza que, para a fiscalização ser exercida, é necessária, entre outras medidas, a existência de um laudo de avaliação das condições em que os bens estão sendo entregues. Cabe à concessionária, conforme a lei, manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão. A alienação — venda — dos bens só pode ser feita com autorização do poder concedente.

### CONCORRÊNCIA

■ Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

FONTE | art. 22, § 1º, da Lei de Licitações.



## Transferência de concessão é ponto polêmico de lei

ATIVIDADES | saneamento básico e transporte podem ser explorados pela iniciativa privada

A transferência da concessão é permitida pela Lei nº 8.987/95, desde que haja anuência do poder concedente e a pretendente atenda às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias para assumir o serviço e comprometa-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor. Porém, segundo Otto Simões, a lei não diz como a escolha da nova concessionária deverá ser feita. “Logo, conclui-se que essa transferência não é possível, pois pode privilegiar uma empresa em detrimento de outra”, completa. A subconcessão também é permitida com a anuência do concedente. Neste caso, a lei determina que a outorga deverá ser precedida de edital de concorrência.

A lei prevê ainda que a exploração da atividade é por conta e risco da concessionária, o que não impossibilita a revisão do valor do contrato através da aplicação do equilíbrio econômico-financeiro. Já as desapropriações necessárias ao desempenho ou à implantação do serviço concedido são de responsabilidade do poder público, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

### SANEAMENTO BÁSICO

■ A recente lei federal que firmou diretrizes nacionais para o saneamento básico (Lei nº 11.445/07), abrangendo os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, estabeleceu algumas condições para a validade dos contratos de concessão desse tipo de serviço. Uma delas é a prévia existência de um plano de saneamento básico. Os estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira, bem como o edital, neste caso, devem ser feitos com base no plano.



# Plano de saneamento básico: obrigação legal

ROGÉRIO LOCH

■ O saneamento básico brasileiro atravessa um momento de rara oportunidade com a edição da Lei Federal nº 11.445/07, conhecida como o “marco regulatório” do setor, carente de ações envolvendo políticas públicas de longo prazo desde os meados dos anos 80, com o fim do Plano Nacional de Saneamento (Planasa).

Das diretrizes estabelecidas nessa legislação, destaca-se a obrigatoriedade da confecção de plano de saneamento, previsto no art. 19 da referida lei, a ser editado pelos titulares dos serviços. Importante salientar que a existência desse plano é condição para alocação de recursos públicos federais e financiamentos com recursos da União.

Com isso, as atividades que envolvam abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo das águas pluviais serão objeto de planejamento. Em linhas gerais, o planejamento deverá abranger:

- diagnóstico da situação, apontando as causas das deficiências detectadas;
- objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização do acesso;
- programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas;
- ações para emergências e contingências;
- mecanismos para avaliação da eficiência e eficácia das ações programadas.

Para lograr êxito, o plano de saneamento deve levar em consideração as características próprias de cada município e a bacia hidrográfica atingida nos estudos necessários.

Ações desenvolvidas isoladamente podem se tornar inócuas, pois os limites territoriais não coincidem, necessariamente, com os das bacias hidrográficas, levando a situações em que a água para consumo pode ser tratada em um município, transportada por outro e consumida num terceiro. Isso

demonstra a importância da participação de todos os entes envolvidos no processo.

A cultura do planejamento de longo prazo precisa ser assessorada, até porque a carência o grande volume de obras executadas somente serão executadas em períodos que diversos mandatos de poder executivo, que consideram os planos na definição de seus programas de governo, sem perder o foco na busca equilibrada da universalização do acesso, contribuindo para a superação das desigualdades sociais que assolam o País.

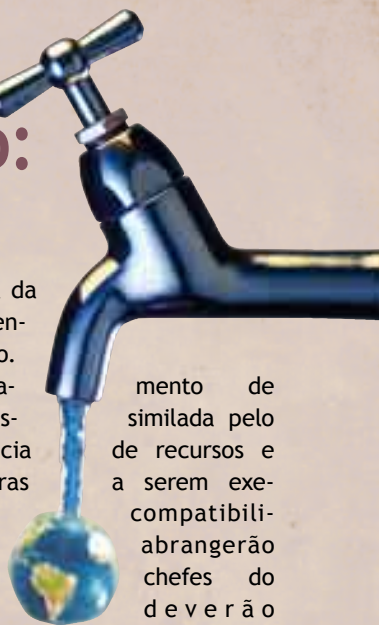
Nesse sentido, importância deve ser dada à viabilidade técnica e econômico-financeira, que apesar de não constar explicitamente na lei, é questão indispensável para demonstrar a exequibilidade e a sustentabilidade das ações propostas.

Finalmente, as proposições devem ser amplamente divulgadas à população, que por meio do controle social tem assegurado o direito não só à informação, mas também à participação na formulação de políticas, no planejamento, na avaliação da prestação dos serviços e até nas atividades de regulação e fiscalização, tendo como instrumento para tal as audiências públicas ou consultas públicas.

O plano de saneamento pode ser qualificado como instrumento de sustentabilidade e de viabilização de recursos, uma vez que prevê ações a serem executadas em longo prazo, procurando oportunizar o acesso de toda população aos sistemas.

Desta forma, não se deveria mais admitir a concessão de sistemas de saneamento básico, ou de partes destes, sem que se tenha implementado o respectivo plano, pois são contratos de longo prazo que não estão, necessariamente, vinculados ao que foi planejado.

O momento atual pode ser caracterizado, então, como de grande oportunidade para a realização de um planejamento sustentável. É preciso aproveitar a precária situação existente e o longo período sem a implementação de ações com visão de longo prazo para que se reflita, debata e se dê início à sonhada transformação para uma política que leve a um equacionamento entre oferta e demanda dos serviços de saneamento básico, buscando, na viabilização dos recursos existentes, o equilíbrio e a integração dos interesses entre as esferas federal, estadual e municipal.



## Vereadores participam do 1º “Portas Abertas” do ano

FISCALIZAÇÃO | palestra sobre o papel do Tribunal e das câmaras

*Iniciativa abre espaço para o conhecimento das atribuições do TCE/SC*

■ Na primeira ação de 2009 do programa “Portas Abertas” — que abre espaço para interação entre o Tribunal de Contas de Santa Catarina e instituições de ensino do Estado, além de associações públicas ou privadas —, cerca de 60 vereadores e assessores da Associação das Câmaras de Vereadores do Entre Rios (Acaverios) e do município de Piratuba visitaram o TCE/SC, no dia 5 de março.

Ao abrir a programação, o diretor executivo do Instituto de Contas, João Luiz Gattringer, destacou a importância da parceria entre as câmaras municipais e a Corte catarinense para melhorar o desempenho de suas funções e cumprimento de suas missões constitucionais.

As atribuições do Tribunal e das câmaras no controle externo da administração pública e os pareceres prévios emitidos pelo TCE/SC — que orientam o julgamento das contas dos prefeitos pelos legislativos municipais — foram alguns dos tópicos apresentados pelo diretor de Controle dos Municípios (DMU), Geraldo José Gomes, e pela auditora fiscal de controle externo Giselle Souza de Franceschi Nunes.

O objetivo desses encontros é subsidiar a atuação dos legisladores municipais e propiciar espaços para reflexão e qualificação de sua atuação enquanto agentes políticos, já que a maioria dos visitantes está exercendo sua primeira legislatura municipal.

ROGÉRIO LOCH  
é auditor fiscal de  
controle externo do  
Tribunal de Contas  
de Santa Catarina



*“O momento atual  
pode ser caracterizado,  
então, como de  
grande oportunidade  
para a realização de  
um planejamento  
sustentável.”*





## Em 2008, Programa atendeu 129 pessoas

PÚBLICO | alunos de Florianópolis e São José, do curso de Formação de Oficiais da PM, e vereadores da Acanor

Segundo o Relatório de Atividades do Instituto de Contas/2008, o Tribunal de Contas recebeu no ano passado a visita de 129 pessoas — entre universitários, alunos do ensino médio e fundamental, agentes públicos e membros de associações públicas ou privadas — em três iniciativas desenvolvidas dentro do “Portas Abertas”.

Cerca de 50 alunos do ensino fundamental e médio da rede pública de Florianópolis e São José visitaram o TCE/SC em junho. Participaram estudantes do Instituto Estadual de Educação e das Escolas Básicas Estaduais Getúlio Vargas, Laura Lima e Dom Jaime Câmara, de Florianópolis, e Cecília Rosa Lo-

pes, Juscelino Kubitschek, além da Escola Municipal Maria Luiza de Melo, de São José.

Em setembro, o Tribunal recebeu estudantes do 4º ano do curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, acompanhados pelo professor Luiz Carlos Wintainer. E, no dia 20 de novembro, vereadores da Associação das Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina (Acanor) participaram da palestra do diretor da DMU, Geraldo José Gomes, sobre o tema “Exigências para o último mandato – TCE/SC”.

O programa “Portas Abertas”, coordenado pelo Instituto de Contas do Tribunal catarinense, foi criado em 2006.



## TCE/SC recomenda a aprovação das contas/2008

EXTRAORDINÁRIA | sessão foi prestigiada por representantes do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público

### Parecer prévio faz sete ressalvas e 12 recomendações ao Executivo

Com sete ressalvas e 12 recomendações ao Executivo, o Tribunal de Contas de Santa Catarina emitiu, no dia 1º de junho, o parecer prévio pela aprovação das contas do Governo do Estado relativas ao exercício financeiro de 2008. Durante a sessão extraordinária, o Pleno acatou, por unanimidade, o relatório e a proposta de parecer prévio do relator, conselheiro Salomão Ribas Junior.

A deficiência no planejamento governamental, a inclusão dos gastos com inativos para efeito de cálculo dos percentuais mínimos previstos na Constituição Federal para aplicação na Educação e na Saúde — 25% e 12% das receitas com impostos, respectivamente —, a não aplicação do mínimo exigido pela Constituição Estadual em assistência financeira a alunos do ensino superior, a ausência de registro contábil de dívida com a Defensoria Dativa e a falta de cobrança dos créditos tributários estão entre as irregularidades, falhas e deficiências apontadas no processo (PCG nº 09/00154012).

O parecer também apontou a não aplicação, até março de 2008, dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) remanescentes do exercício de 2007, contrariando a Lei Federal nº 11.494/07, que regulamenta o Fundo.

Entre as recomendações, destaque para a necessidade de o Executivo reavaliar a composição da prestação de contas — para incluir dados e indicadores de desempenho da gestão pública e do desenvolvimento econômico e social do Estado —; revisar os mecanismos de controle do Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura; e avaliar, sistematicamente, a prestação de serviços públicos adequados quanto à regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia.

O parecer prévio do TCE/SC foi protocolado logo após a sessão na Assembleia Legislativa, responsável pelo julgamento político-administrativo. Os deputados poderão acatar ou não — por maioria simples — o parecer prévio do Tribunal com a análise técnico-administrativa da matéria, que contempla as finanças dos poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do próprio Tribunal e consolida os resultados de receitas e despesas dos vários órgãos que integram a Administração Pública do Estado.



A ANÁLISE DAS CONTAS ANUAIS DO GOVERNO PELO TCE/SC

- O parecer prévio apresenta uma apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal do exercício e demonstra se o Balanço Geral representa adequadamente a posição do Estado em 31 de dezembro/2008.
- O TCE/SC também verifica se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade pública e o seu parecer conclui por recomendar a aprovação ou a rejeição das contas anuais à Alesc.
- Na elaboração do parecer prévio não são considerados os atos dos administradores de unidades gestoras e dos demais responsáveis pela gestão de dinheiro, bens e valores públicos, já que esses atos são objeto de julgamento do TCE/SC em processos específicos.

RELATOR | Ribas Jr. destaca montante de dinheiro que a população entrega aos governos



SAIBA MAIS

- As contas prestadas pelo governador ao TCE/SC formam um documento básico que compreende a gestão fiscal, orçamentária, financeira e patrimonial e consolida os resultados de receitas e despesas registrados nos balancetes e balanços de todas as unidades da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações e dos Fundos Especiais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público e do Tribunal de Contas.
- As contas do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas também integram a prestação de contas.

O PAPEL DO TCE/SC E DA ALESC NA APRECIÇÃO DAS CONTAS

- TCE/SC: é responsável pela análise técnico-administrativa da matéria, mediante parecer prévio (C.E., art. 59, I).
- Alesc: é responsável pelo julgamento político-administrativo, subsidiado pelo parecer prévio do TCE/SC. Cabe ao Legislativo aprovar ou rejeitar a matéria (C.E., art. 40, IX).



Balanço foi encaminhado dentro do prazo

As contas do Governo do Estado do exercício de 2008 foram protocoladas no Tribunal de Contas, pelo gabinete do governador, no dia 2 de abril. Tanto a entrega da prestação de contas quanto a emissão do parecer prévio aconteceram dentro do prazo constitucional. A primeira ocorreu 60 dias após a abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa e a segunda, também em 60 dias, só que após a entrega do documento no TCE/SC.

No dia 7 de abril, o presidente da Corte catarinense, José Carlos Pacheco, recebeu o secretário da Fazenda, Antonio Marcos Gavazzoni, para tratar de questões relacionadas à análise das contas/2008. Além do relator Salomão Ribas Junior, a audiência teve a participação

dos demais conselheiros, dos auditores substitutos de conselheiros, de procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal e técnicos da Corte catarinense.

Este é o segundo ano em que a análise das contas anuais da Administração Estadual, pelo Tribunal de Contas, teve respaldo no trabalho da Divisão de Contas Anuais do Governo. O setor foi criado com o objetivo de permitir um acompanhamento permanente das contas do governo estadual e otimizar as atividades relacionadas à missão constitucional do Órgão de apreciar, anualmente, as contas prestadas pelo Executivo, às quais também estão anexadas as do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e as do próprio TCE/SC.



AUDIÊNCIA | integrantes do Pleno, secretário da Fazenda e técnicos responsáveis pela análise dos dados



## Execução do PPA, da LDO e da LOA foi analisada

A exemplo do ano passado, quando o Órgão apreciou as contas/2007 do Governo, a avaliação do cumprimento de metas e prioridades previstas nos instrumentos de planejamento – o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – mereceram destaque na análise da equipe técnica. O principal enfoque, este ano, foi a verificação da execução do Orçamento/2008 e a sua conformidade com o PPA e a LOA, ou seja, o TCE/SC analisou se o que estava previsto foi executado na prática.

Foram avaliados diversos programas e ações, distribuídos em vários órgãos da administração estadual, nas áreas da saúde, educação, segurança pública, infraestrutura, do saneamento e da habitação, entre outras, selecionadas de acordo com a sua relevância para a sociedade catarinense.

O desempenho das empresas estatais também foi verificado. Além de levantar a real participação acionária do Estado nessas empresas, o Tribunal avaliou o reflexo do resultado apresentado por essas unidades nas contas do Estado.

### INFORMAÇÕES CONTIDAS NO RELATÓRIO TÉCNICO QUE ACOMPANHA O PARECER PRÉVIO

- Observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos.
- Cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia e ao alcance de metas, em consonância com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- O reflexo da administração financeira e orçamentária estadual no desenvolvimento econômico e social catarinense.



PROJETO | proposta de parecer prévio foi entregue ao Executivo no dia 18 de maio

### CONTRARRAZÕES

- O Regimento Interno do Tribunal de Contas determina que o relator das Contas Anuais, ao concluir o Projeto de Parecer Prévio, encaminhará o documento ao presidente, aos conselheiros e auditores do TCE/SC, ao procurador geral do MP junto ao órgão e ao Governador do Estado, com ciência ao Secretário de Estado da Fazenda.
- O governador poderá apresentar “contrarrrazões ou os esclarecimentos que julgar necessários, no prazo de cinco dias do seu recebimento”.

FONTE | art. 78 do Regimento Interno do TCE/SC.

## Governo pôde apresentar contrarrrazões

O Governo do Estado teve a oportunidade de apresentar contrarrrazões sobre as ressalvas e recomendações feitas pelo relator Salomão Ribas Junior, com base na análise da comissão constituída para fazer a análise técnica.

No dia 18 de maio, os conselheiros José Carlos Pacheco e Wilson Wan-Dall, presidente e vice-presidente, respectivamente, entregaram, ao secretário da Fazenda, Antonio Marcos Gavazzoni, o relatório e o projeto de parecer prévio do conselheiro Ribas Jr. sobre as contas/2008. O representante do Executivo teve um prazo de cinco dias para fazer esclarecimentos.

Na ocasião, eles estavam acompanhados do diretor de Controle da Administração Estadual, Evândio Souza, e do assessor do gabinete do relator Ricardo Ribas. O relator não participou em virtude da abertura do VII Fórum do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), em São Paulo.

Na próxima edição, **CONTROLE PÚBLICO** trará matéria especial sobre o parecer prévio emitido pelo TCE/SC.



## Diário Oficial Eletrônico

No site [www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br), de 2ª a 6ª feira, a partir das 8 horas.



# DOTC-e

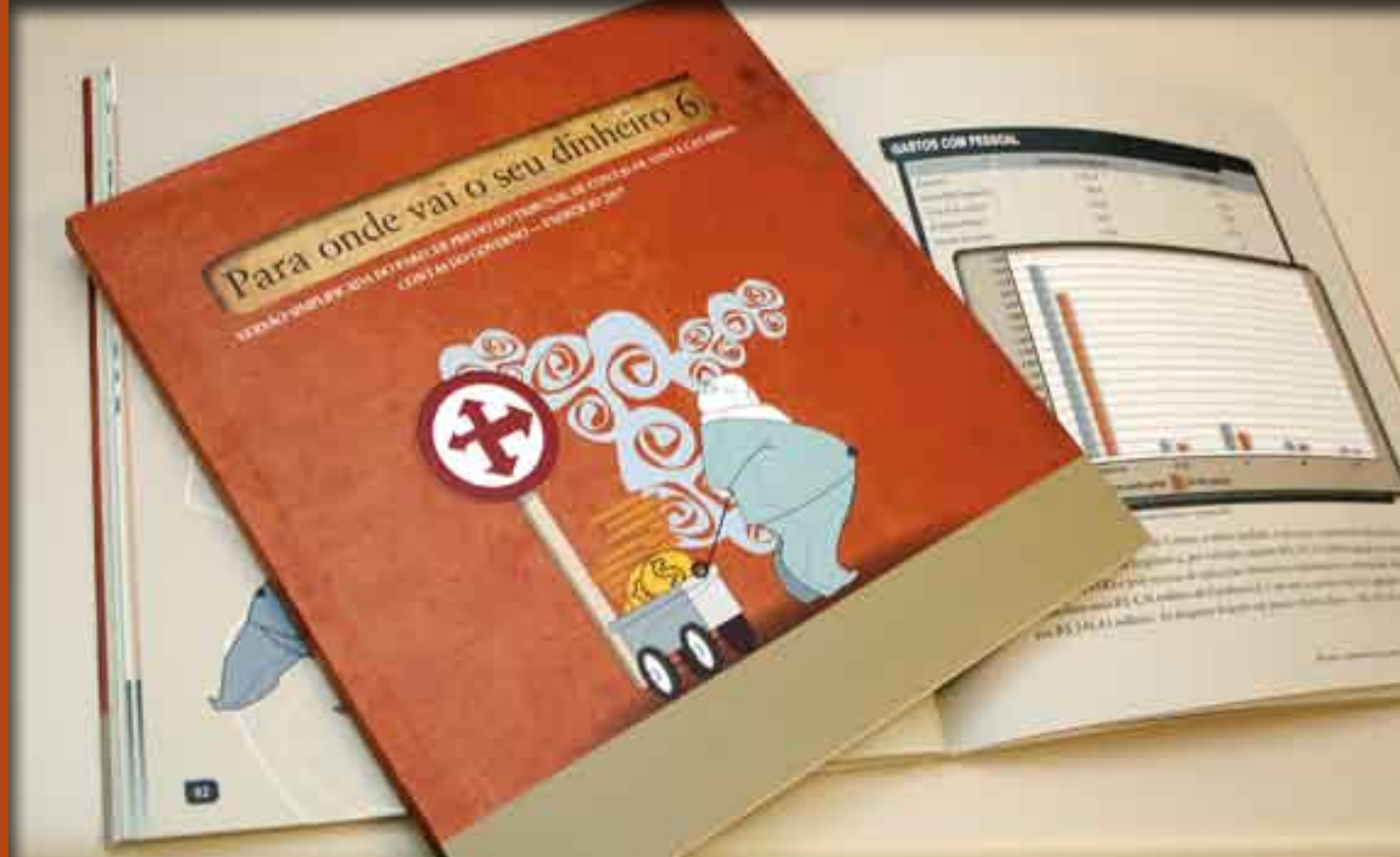
É o veículo de comunicação oficial do TCE que amplia o acesso aos atos e às decisões.

### COMO ACESSAR ÀS EDIÇÕES:

Na seção “Diário Oficial Eletrônico” abrirá uma tela com as últimas sete edições. Para edições anteriores, informar a data desejada.







ILUSTRAÇÕES FÁBIO ABREU

# Publicado sexto número da série “Para onde vai o seu dinheiro”

*Cidadão pode conhecer a destinação de recursos pelo Governo do Estado em 2007*

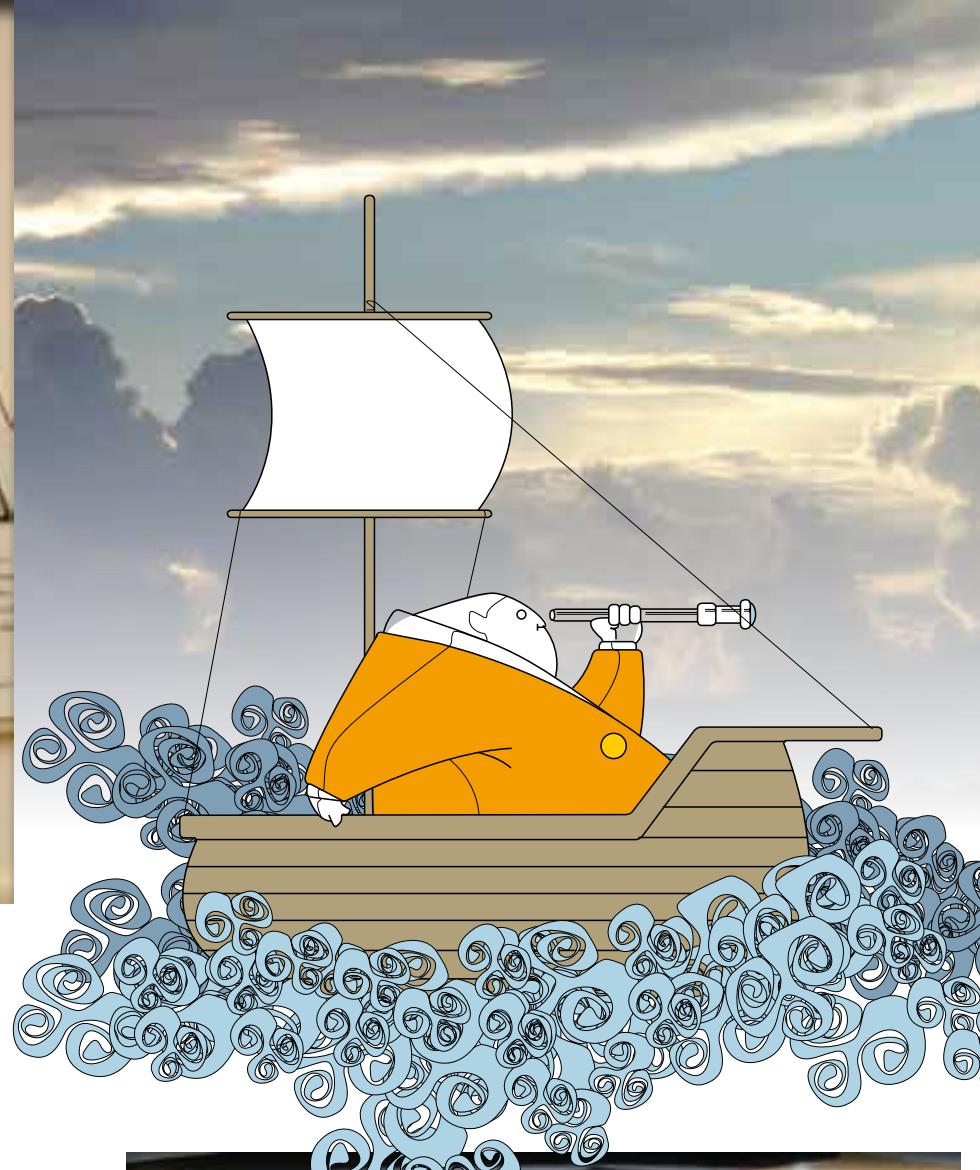
TRANSPARÊNCIA | sociedade também pode atuar como um agente fiscalizador do gasto público

■ Possibilitar ao cidadão comum o conhecimento dos gastos realizados pelo Governo do Estado no exercício de 2007. Este é o objetivo do Tribunal de Contas de Santa Catarina ao editar o sexto número da série “Para onde vai o seu dinheiro” — publicação que traz a versão simplificada do parecer prévio do TCE/SC sobre as contas/2007. “Procuramos transformar o ‘Para onde vai o seu dinheiro’ em ferramenta eficaz para que, com o conhecimento e as informações necessárias, o cidadão atue como um agente fiscalizador do gasto público”, enfatiza o presidente José Carlos Pacheco, na apresentação da obra.

Baseada em informações do parecer prévio, emitido pelo Pleno em 4 de junho de 2008, a partir da proposta de voto do relator do processo, conselheiro César Filomeno Fontes, a publicação traz as principais constatações feitas pela Corte catarinense. Destaque para a verificação do cumprimento das ações previstas nos instrumentos de planejamento governamental — o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentá-

ria Anual (LOA) —, uma das inovações promovidas após a criação da Divisão de Contas Anuais de Governo. Na prática, o Tribunal de Contas procurou demonstrar se as metas físicas e financeiras foram executadas como estavam definidas nos referidos documentos legais. Ou seja, se os recursos arrecadados na forma de impostos foram aplicados, conforme o previsto, em áreas fundamentais, como saúde e educação.

Com tiragem de 5 mil exemplares, o “Para onde vai o seu dinheiro 6” foi encaminhado à imprensa, a bibliotecas públicas, instituições de ensino superior de Santa Catarina, entidades de classe, organismos nacionais e internacionais de controle público, prefeitos, parlamentares municipais, estaduais e federais, tribunais de contas do País e órgãos estaduais e municipais fiscalizados pela Corte catarinense. Ainda receberão a obra estudantes que participarem, este ano, do Programa “Portas Abertas”, coordenado pelo Instituto de Contas, e pessoas interessadas.



PARECER PRÉVIO | conselheiros fazem seis ressalvas e 12 recomendações na sessão de 4 de junho de 2008

## Obra destaca deficiências no planejamento

Com o “Para onde vai o seu dinheiro 6”, o cidadão verificará que as despesas do Estado ficaram R\$ 11,77 bilhões abaixo do estipulado no PPA 2004-2007. As ações governamentais previstas exigiriam recursos da ordem de R\$ 53,65 bilhões, mas, segundo apurou o TCE/SC, as despesas fixadas nas Leis Orçamentárias do mesmo período somaram R\$ 41,88 bilhões.

A publicação também demonstra a disparidade entre os valores previstos e as despesas efetivamente realizadas em uma série de programas incluídos no PPA. Entre os exemplos, é citado o Programa Acesso à Terra e Habitação Rural. Pelo PPA, em quatro anos, as ações do Programa deveriam consumir R\$ 535,24 milhões. Mas os gastos no período não ultrapassaram os R\$ 3,08 milhões — o equivalente a 0,56% do previsto.

“Os dados ora apresentados não deixam dúvidas de que o planejamento orçamentário do Estado de Santa Catarina, a médio prazo, baseia parcela significativa de suas ações em valores incondizentes com a sua realidade econômico-financeira, e que, em muitos casos, não vieram a se realizar”, diz trecho do parecer prévio, transcrito na obra.

Para analisar o cumprimento ou não das metas físicas e financeiras estabelecidas como parâmetros no PPA, o Tribunal de Contas colheu informações sobre 172 ações de 27 diferentes programas do Governo. As análises se concentraram em sete grandes áreas: saúde, educação, infraestrutura, agricultura, assistência social, habitação e cultura. A avaliação do TCE/SC constatou que os investimentos foram menores do que os previstos.



### NA INTERNET

■ A obra ainda pode ser acessada pelo Portal do Tribunal de Contas ([www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br)), no menu “Publicações do TCE — Para onde vai o seu dinheiro”, localizado no lado esquerdo do site.



## Na saúde foi verificada a melhor compatibilidade

Quatro programas avaliados na saúde demonstram que foram feitos poucos investimentos na área, embora os técnicos do Tribunal registrem que o setor apresenta a melhor compatibilidade entre os números planejados e executados. No Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos foram aplicados R\$ 4,64 milhões ao invés dos R\$ 80,72 milhões. Para o Programa Regionalização de Assistência à Saúde foram desembolsados 35,48 milhões dos R\$ 521,81 milhões previstos. No Vigilância em Saúde, o gasto de R\$ 138,97 milhões correspondeu a 28,98% do estabelecido — R\$ 479,15 milhões. O Adequação Física e Tecnológica da Saúde, programa que inclui ações preventivas e de monitoramento, teve gastos de R\$ 94,90 milhões. A previsão inicial era de R\$ 436,64 milhões.

Na educação, os recursos destinados a todas as demandas de materiais e equipamentos

foram de R\$ 97,29 milhões e não de R\$ 156,29 milhões, como previsto no PPA. Parte do dinheiro foi aplicada na compra de 93.124 novos livros para bibliotecas escolares. A previsão inicial era de que fossem adquiridos 200 mil livros. Para a realização de melhorias físicas em escolas foram investidos R\$ 368,66 milhões, aproximadamente 50% a menos do determinado — R\$ 734,32 milhões. O valor de R\$ 22,45 milhões aplicado para a capacitação de professores também ficou bem abaixo da estimativa — R\$ 227,18 milhões. “Apesar da diferença entre as aplicações estimadas e realizadas, muitas das metas previstas foram superadas com grande margem de diferença, o que pode ser reflexo de problemas de planejamento e de dificuldades nas projeções iniciais de metas”, destaca o “Para onde 6”.

### AÇÕES IMPLANTADAS NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

AÇÃO	PREVISÃO NO PPA	REALIZADO
Capacitação de servidores de assistência à saúde	14.000	13.964
Capacitação de servidores administrativos	3.000	3.124
Capacitação de servidores de vigilância em saúde	6.000	24.123
Implantação de polos macrorregionais de educação em saúde	8	11

FONTE (REALIZADO) | Ofício nº 212/08 — Secretaria de Estado da Saúde (SES).

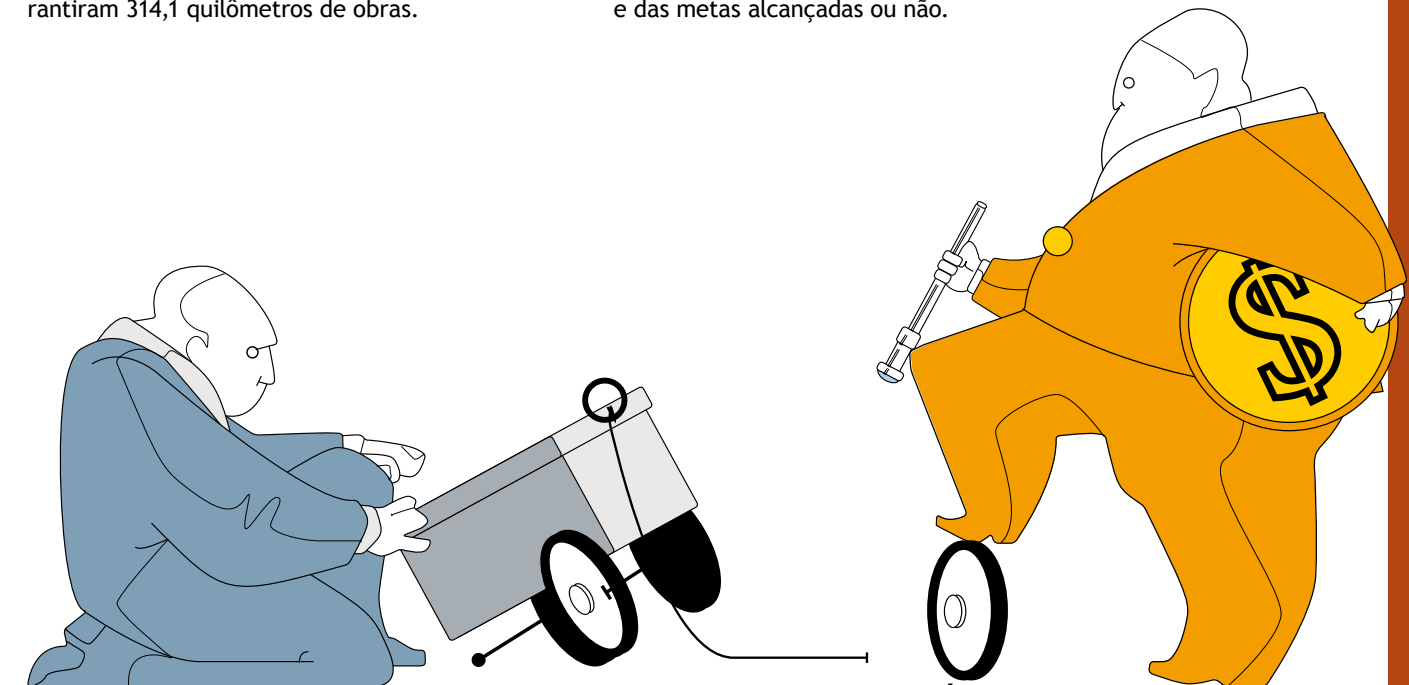
## Investimentos em infraestrutura foram reduzidos

Disparidades também foram constatadas na área de infraestrutura rodoviária. Dos R\$ 2,81 bilhões que deveriam ter sido aplicados na conservação e segurança rodoviária, conforme o definido no PPA, apenas R\$ 172,96 milhões foram desembolsados.

No Programa Construção de Obras Rodoviárias, para pavimentação de acessos a municípios e construção de contornos rodoviários e ligações inter-regionais, foram investidos, apenas, R\$ 466,65 milhões — 11,96% do total previsto para o período, que era de R\$ 3,90 bilhões. A meta era pavimentar 3.260 quilômetros, mas, na prática, os investimentos garantiram 314,1 quilômetros de obras.

Situação semelhante aconteceu no Programa Reforma e Aumento da Capacidade de Rodovias. O gasto no quadriênio — R\$ 118,79 milhões — foi o equivalente a 16,71% do previsto no PPA — R\$ 710,72 milhões.

Além da aplicação de recursos em volume inferior do determinado no PPA, os técnicos do Tribunal identificaram outros problemas na execução dos programas da área rodoviária. Entre eles, estão a redução de custos previstos para determinadas obras sem a diminuição das metas físicas, o que deixa claro um erro inicial no levantamento de preços, e a ausência de acompanhamento dos projetos e das metas alcançadas ou não.



## Geração de emprego e renda ficou abaixo do previsto

O PPA catarinense também previu ações de capacitação e de aperfeiçoamento profissional, que foram agrupadas no Programa Geração de Emprego e Renda. Deveria ter sido investido R\$ 1,25 bilhão entre 2004 e 2007, no entanto o desembolso efetivo ficou em R\$ 23,89 milhões.

Os reflexos são visíveis em duas ações. Foram capacitados 12.723 profissionais quando o objetivo era atingir 600 mil trabalhadores. Além disso, a previsão era que 190.696 desempregados fossem postos no mercado de trabalho no período, mas, passados quatro anos, atingiu-se o número de 103.510 colocações.

## Ações sociais na área da agricultura também foram menores

A análise dos técnicos do TCE/SC revelou, ainda, deficiências no cumprimento de metas para a área da agricultura relacionadas a ações de cunho social. A baixa oferta de financiamento facilitado a agricultores sem ou com pouca terra e de financiamento dos meios de produção e de infraestrutura para produtores são exemplos nessa direção.

Só para se ter uma ideia, estavam previstos gastos de R\$ 491 milhões, suficientes para atender, de 2004 a 2007, 20,2 mil famílias de agricultores sem ou com pouca terra. Mas foram beneficiadas, apenas, 38 famílias com crédito para compra de terras. Já a concessão de financiamento para compra de insumos e materiais foi proporcionada a 24 produtores, quando o PPA previa o atendimento de 400 famílias.



## Déficit habitacional não foi combatido

O baixo investimento impediu, ainda, o combate ao déficit habitacional no Estado. Dados concretos foram observados no Programa Nova Casa, voltado à oferta de moradia para famílias

de baixa renda. Segundo o PPA, o projeto deveria receber R\$ 486,96 milhões, no entanto teve R\$ 15,66 milhões aplicados – o equivalente a 3,21% do previsto.

RECURSOS APLICADOS EM CONSTRUÇÃO DE MORADIAS NO CAMPO E NA CIDADE		
AÇÃO	PREVISÃO NO PPA	REALIZADO
Construção de moradias rurais (unidades)	2.500	1.243
Casas e condomínios (habitações)	1.000	200
Implantação de lotes com infraestrutura	2.000	141
Moradias isoladas (habitações)	4.000	1.234
Casas urbanas isoladas ou em conjuntos habitacionais (unidades)	475	427

FONTE (REALIZADO) | Ofício nº 1.060/08 — Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab).

## Gastos com inativos foram contabilizados

Com a publicação “Para onde vai o seu dinheiro 6”, o cidadão também poderá verificar que o Governo de Santa Catarina, em 2007, somente conseguiu cumprir os percentuais mínimos determinados pela Constituição Federal para aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino – 25% das receitas de impostos – e em ações e serviços públicos de saúde – 12% – porque contabilizou os gastos com inativos, prática que vem ocorrendo desde 2005. Com isso, a aplicação de recursos foi de R\$ 1,69 bilhão – 25,62% das receitas dos im-

postos – e na saúde de R\$ 802,70 milhões – 12,16% da base de cálculo.

Com a exclusão dos gastos com inativos, fica claro que o Estado destinou R\$ 288,68 milhões a menos do que o previsto em lei para a área educacional. Foi aplicado R\$ 1,36 bilhão – o equivalente a 20,66% da receita de impostos – e não R\$ 1,65 bilhão como deveria. O mesmo aconteceu com os investimentos em ações de saúde. Deveriam ter sido aplicados na área R\$ 792,35 milhões, mas foram destinados R\$ 737,97 milhões (11,18%) – R\$ 54,39 milhões a menos do que o necessário para atender a legislação.



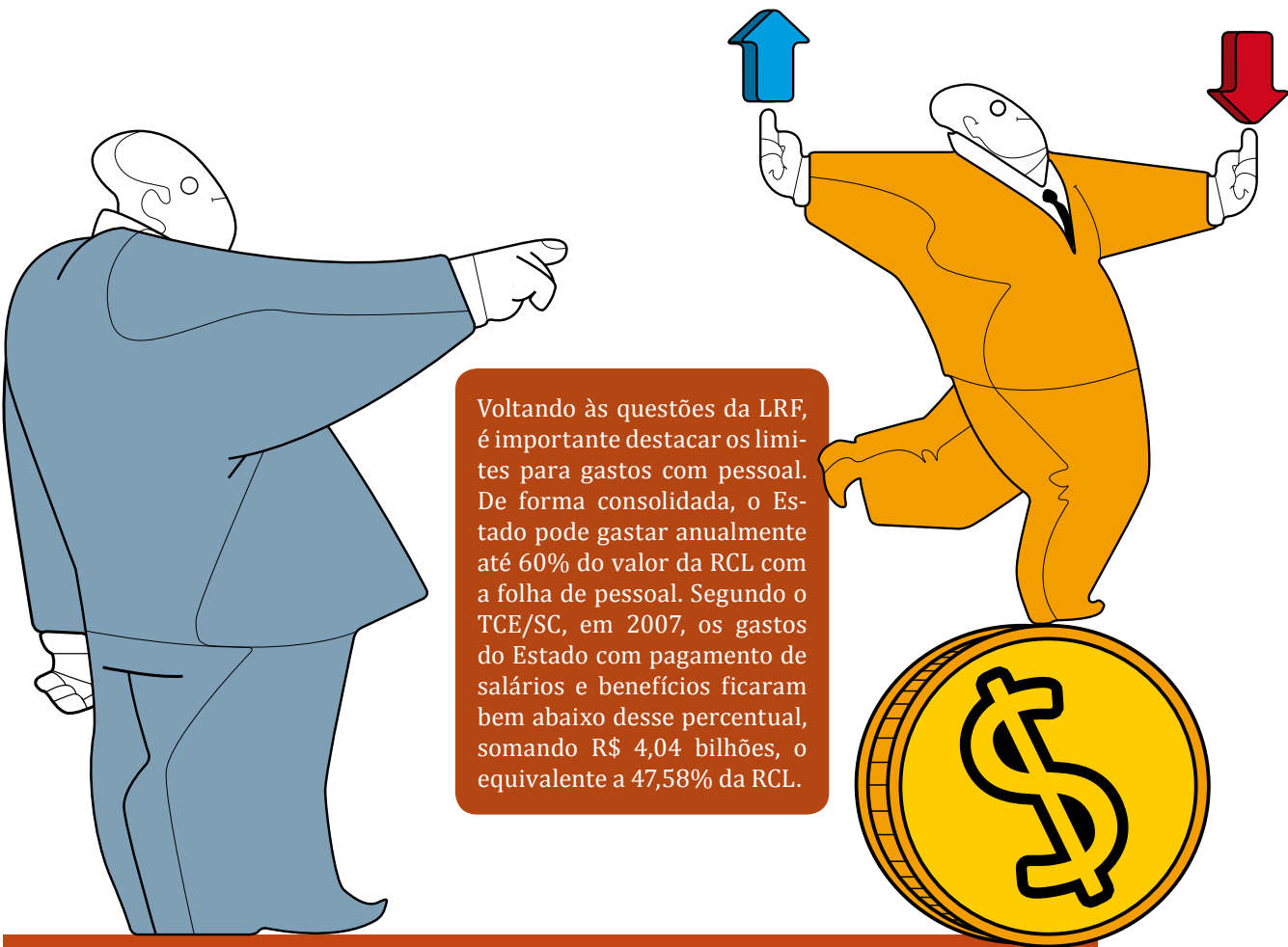
## Parecer pode ser lido na íntegra

A cartilha ainda faz abordagens sobre indicadores associados ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, receitas e despesas, repasses de recursos pelo Governo para manutenção dos poderes e órgãos e gastos da administração indireta – autarquias, fundações e empresas de economia mista.

O TCE/SC analisou a destinação de recursos para a folha de pagamento, indicador que demonstra o cumprimento de um dos pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foram gastos com pessoal R\$ 4,04 bilhões, o equivalente a 47,58% da Receita Corrente Líquida – que alcançou em 31 de dezembro de 2007 R\$ 8,50 bilhões. Abaixo, portanto, dos 60% permitidos pela LRF. Individualmente, todos os poderes e órgãos – Judiciário, Legislativo, Ministério Público e

Tribunal de Contas – também encerraram o ano de 2007 dentro dos seus parâmetros para gastos com pessoal.

Na publicação “Para onde vai o seu dinheiro 6” é possível encontrar, também, informações sobre a auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas no Programa de Medicamentos de Dispensação Excepcional, a quarta etapa do Programa Rodoviário de Santa Catarina, o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (Seitec), além da íntegra do Parecer do TCE/SC. Há, ainda, um espaço dedicado às medidas adotadas pelo Governo do Estado para evitar a ocorrência das ressalvas e recomendações feitas pela Corte catarinense ao analisar as contas/2006.



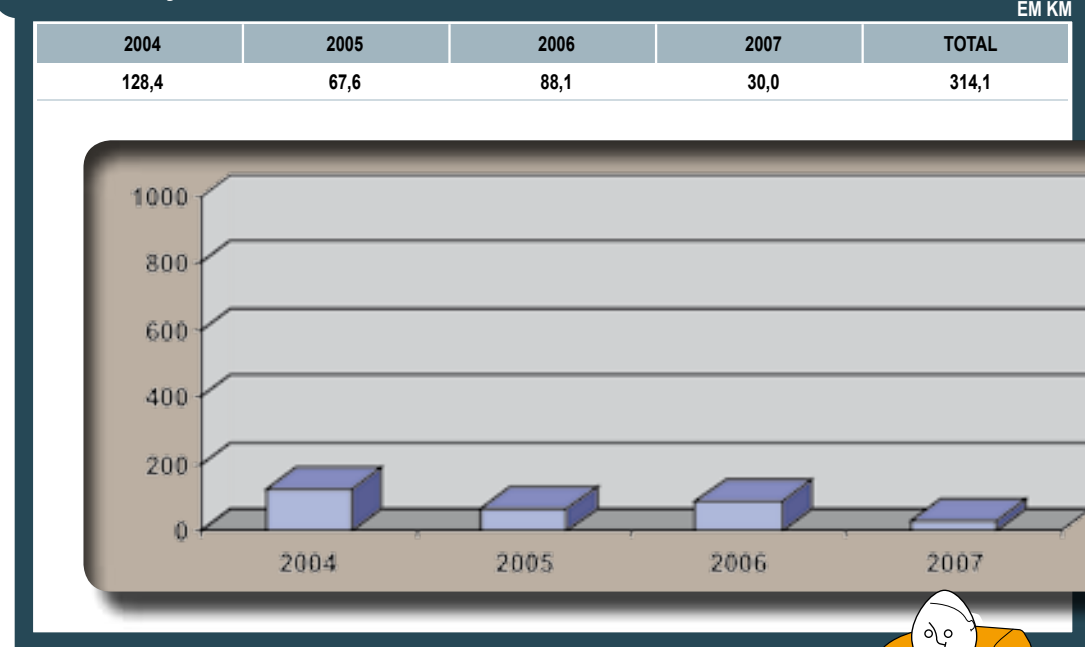
Voltando às questões da LRF, é importante destacar os limites para gastos com pessoal. De forma consolidada, o Estado pode gastar anualmente até 60% do valor da RCL com a folha de pessoal. Segundo o TCE/SC, em 2007, os gastos do Estado com pagamento de salários e benefícios ficaram bem abaixo desse percentual, somando R\$ 4,04 bilhões, o equivalente a 47,58% da RCL.

PROGRAMA DE MEDICAMENTOS DE DISPENSAÇÃO EXCEPCIONAL					
	2002	2003	2004	2005	2006
Beneficiários do programa	2.771	5.367	9.282	16.662	28.739
Medicamentos adquiridos (em milhões de R\$)	18,01	50,90	67,94	71,33	61,14
Medicamentos distribuídos (em milhões de R\$)	16,40	30,87	45,30	55,63	71,57

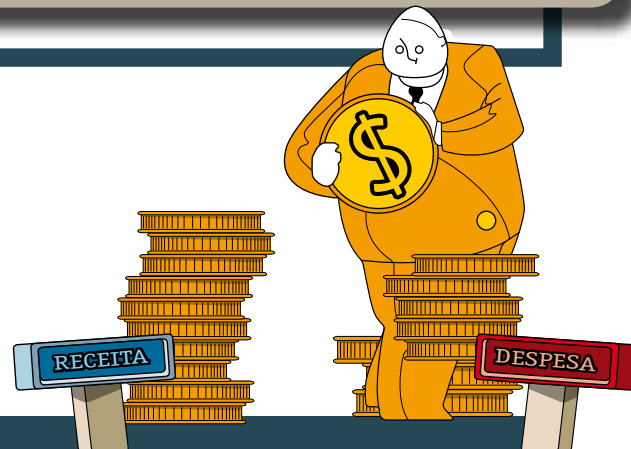
FONTE | Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIAF) da Secretaria de Estado da Saúde (SES).



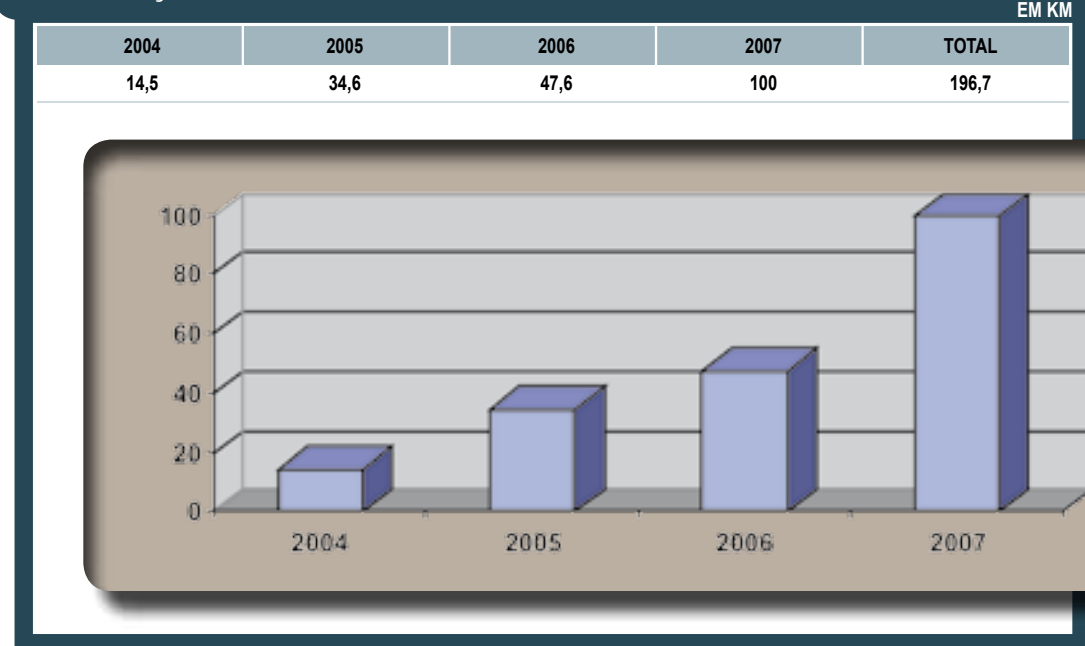
PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS



FONTE | Ofício 848/07 — Departamento Estadual de Infraestrutura.



REABILITAÇÃO DE RODOVIAS



FONTE | Ofício 848/07 — Departamento Estadual de Infraestrutura.

Informações disponíveis no “Para onde vai o seu dinheiro 6”

■ Avaliação do cumprimento das ações previstas nos instrumentos de planejamento governamental (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (LOA): se as metas físicas e financeiras foram executadas como estavam definidas.

■ Aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino e em ações e serviços públicos da saúde.

■ Indicadores associados ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

■ Receitas e despesas.

■ Repasses de recursos pelo Governo para manutenção dos poderes e órgãos e gastos da administração indireta (autarquias, fundações e empresas de economia mista).

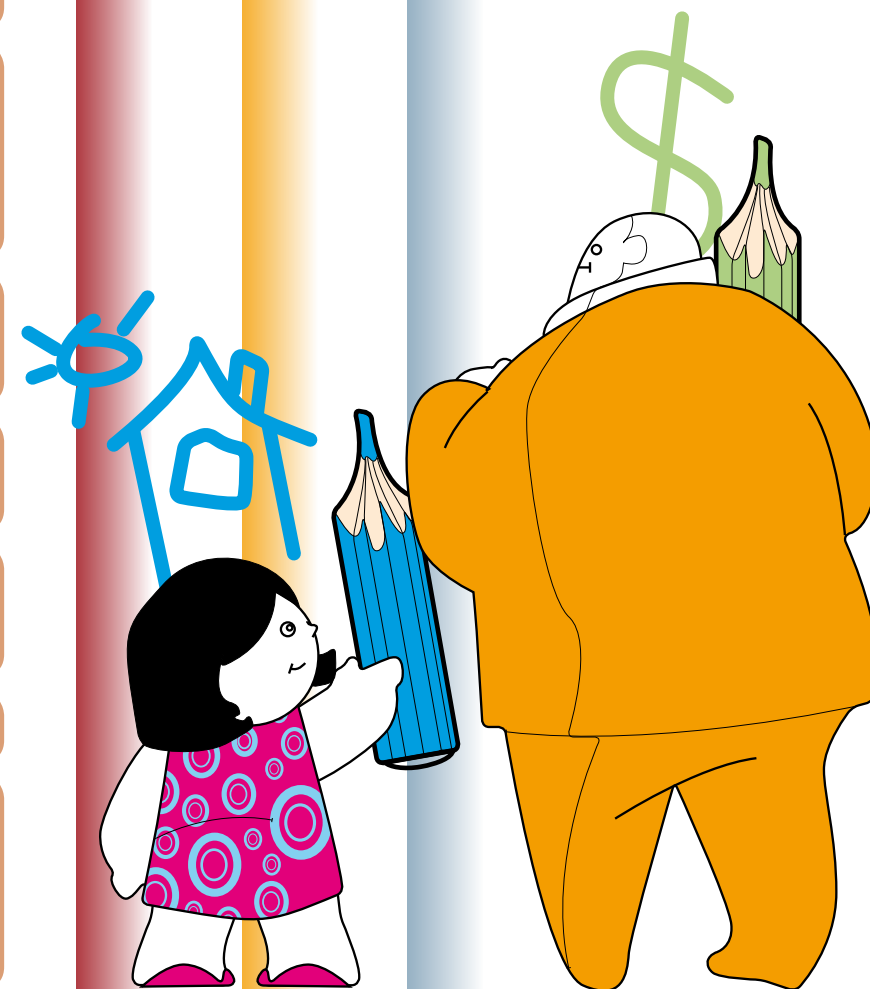
■ Auditoria operacional no Programa de Medicamentos de Dispensação Excepcional.

■ Quarta etapa do Programa Rodoviário de Santa Catarina.

■ Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (Seitec).

■ Íntegra do Parecer do TCE/SC.

■ Medidas adotadas pelo Governo do Estado para evitar a ocorrência das ressalvas e recomendações feitas pela Corte catarinense ao analisar as contas/2006.





# Informação e controle social

JOSÉ CARLOS PACHECO

■ Notável pela inteligência e pelo domínio das palavras, Rui Barbosa é autor de discursos célebres. Um deles, proferido no Senado Federal em 17 de dezembro de 1914, certamente, figura entre as grandes peças da retórica política de nosso País. O texto apresenta, ao mesmo tempo, conteúdo desalentador e estimulante, servindo de alerta a jamais deixarmos de fazer o possível para ter uma sociedade mais justa: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.”

Na época, o intelectual defendia a aprovação de requerimento contendo pedido de informações sobre o fuzilamento de prisioneiros no navio Satélite, episódio da Revolta da Chibata que marcou o governo Hermes da Fonseca. Os dados, conforme dizia, eram importantes para a possível punição legal dos responsáveis. Além disso, com a sua compreensão sobre a força que o interesse comum pode ter no combate às injustiças e às ilegalidades, Rui acrescentava que os fatos também deveriam ser levados ao conhecimento “do grande tribunal da opinião pública”.

Quase cem anos depois, o Brasil teve mudanças profundas — e episódios semelhantes ao ocorrido no tempo de Rui Barbosa seriam hoje impensáveis.

Mas permanece a convicção de que a opinião pública bem informada, consciente de seus direitos, é parte essencial da justiça e do desenvolvimento de uma sociedade.

Certos disso, procuramos transformar o “Para onde vai o seu dinheiro” em ferramenta eficaz para que, com o conhecimento e as informações necessárias, o cidadão atue como um agente fiscalizador do gasto público. O nosso esforço foi o de produzir material claro e atrativo, bem como analítico, baseado em avaliações detalhadas dos gastos da Administração Pública.

Para tanto, contamos com o apoio técnico e profissional de diversas áreas do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Reiteramos que as informações desta obra estão centradas no Parecer Prévio de 2007.

O documento tem um diferencial importante. É o primeiro feito com base nas análises da Divisão de Contas Anuais de Governo, responsável por acompanhar continuamente as contas da Administração Estadual. A criação da unidade permitiu a otimização das atividades relacionadas à missão constitucional da Corte de Contas catarinense: apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Executivo, às

quais estão anexadas as dos demais Poderes, do Ministério Público e do próprio Tribunal. Uma das inovações, em 2008, foi o acompanhamento mais minucioso das ações previstas nos instrumentos de planejamento governamental — o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Na prática, o TCE/SC procurou demonstrar à sociedade se a execução dos orçamentos públicos refletia o que estava definido nos referidos documentos legais — metas físicas e financeiras atingidas, ou seja, recursos arrecadados na forma de impostos aplicados, conforme o previsto, em áreas fundamentais, como saúde e educação.

É por isso que esta versão simplificada do Parecer Prévio sobre as Contas do Governo pode ajudar cada cidadão a conhecer mais sobre o destino dado aos recursos públicos.



JOSÉ CARLOS PACHECO é presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina



*“A opinião pública bem informada, consciente de seus direitos, é parte essencial da justiça e do desenvolvimento de uma sociedade.”*



## SED deverá identificar necessidades de capacitação dos professores

*Metade dos docentes pesquisados não é consultada para definição de cursos de aperfeiçoamento*

REUNIÃO | equipe de auditoria discute pesquisa realizada

■ O Tribunal de Contas de Santa Catarina determinou que a Secretaria Estadual da Educação (SED) apresente um plano que aponte soluções para os problemas verificados durante auditoria operacional que avaliou as ações de capacitação voltadas para os professores do ensino fundamental da rede pública de Santa Catarina, realizadas no ano passado. A decisão foi publicada na edição do dia 14 de abril do Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC (DOTC-e). Mas até o dia 29 de maio, o plano de ação ainda não havia sido apresentado.

Os técnicos do Tribunal constataram, por exemplo, que a Secretaria não tem Plano Estadual de Capacitação, nem diagnóstico que identifique as principais carências pedagógicas dos professores e que permita, consequentemente, a definição de iniciativas mais eficientes. O cumprimento do Plano de Ação, que deve conter os prazos e os nomes dos responsáveis para adoção das providências, será acompanhado pelos técnicos da Diretoria de Atividades Especiais (DAE), a responsável pela auditoria.

A decisão do Pleno, que seguiu a proposta de voto do relator do processo (08/00640004), conselheiro Salomão Ribas Junior, traz as determinações e recomendações que a SED deve considerar no Plano de Ação. Uma das determinações da Decisão nº 1.088/09 é a realização de um mapeamento periódico sobre as necessidades de capacitação dos professores do ensino fundamental. O último diagnóstico realizado pela Secretaria foi em 2004. Em 2008, 6.026 professores, de um total de 18.793 da rede pública estadual de ensino fundamental — incluindo efetivos e admitidos em caráter temporário (ACTs) —, participaram de 172 cursos de capacitação promovidos pela SED e por 31

secretarias de desenvolvimento regional (SDRs) — cinco secretarias não promoveram cursos. Os participantes eram lotados em 619 escolas.

Para subsidiar a auditoria, a equipe técnica enviou um questionário aos 6.468 participantes — gerentes regionais de educação, diretores de escolas e professores — das ações de capacitação desenvolvidas pela SED, em 2008. Segundo o resultado da pesquisa, 49% dos professores que responderam aos questionários informaram que raramente ou nunca foram consultados sobre as suas necessidades de aperfeiçoamento profissional. Diante dessa constatação, o Tribunal recomendou que a SED consulte os professores e os diretores das escolas na elaboração do diagnóstico e proporcione a participação de ambos no processo de planejamento dos cursos de capacitação.

Os auditores do TCE/SC também apontaram a necessidade da adoção de critérios na hora de selecionar professores para participar dos cursos, conforme o disposto no art. 76 da Lei Complementar Estadual nº 170/98, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação. “Os critérios adotados não estão formalizados em documentos legais e são definidos pelos gestores e diretores, sem a participação dos professores”, registra a equipe da auditoria. Uma consequência desta situação é a não priorização dos professores com maiores carências pedagógicas para participar dos cursos de capacitação. O Tribunal recomendou que também sejam estabelecidos critérios de distribuição de vagas, visando à redução das desigualdades sociais e regionais.

6.026 professores, de um total de 18.793, participaram de 172 cursos.



## QUESTIONÁRIO PARA DIRETOR DE ESCOLA OU COORDENADOR PEDAGÓGICO

The image shows four pages of a questionnaire titled 'QUESTIONÁRIO PARA DIRETOR DE ESCOLA OU COORDENADOR PEDAGÓGICO'. The pages contain various sections for data entry, including school information, teacher data, and a calendar overlay. The calendar shows months from February to October, with specific dates highlighted. The questionnaire is part of a larger document, as indicated by the 'CONTINUA NA PÁGINA 2' text at the bottom of the first page.

### A PESQUISA

- A pesquisa realizada pelos técnicos do TCE/SC para subsidiar os trabalhos de auditoria foi feita através da remessa de questionários, pelos Correios, aos 6.468 participantes de ações de capacitação desenvolvidas pela SED, em 2008. A taxa de retorno dos questionários postais ficou em torno de 66% — os selos foram pagos pelo Tribunal.
- Foram tabulados 26 questionários de gerentes regionais de Educação, 447 questionários de diretores e 2.298 de professores.
- O trabalho de auditoria também contemplou o exame do Sistema de Registro de Informações Escolares e de documentos e informações solicitados à SED e às GEREDs.

### A AUDITORIA

- A auditoria do TCE/SC tinha o objetivo de avaliar as ações de formação continuada de professores do ensino fundamental da rede pública estadual, promovidas pela Secretaria de Estado de Educação e pelas Gerências de Educação (GEREDs) das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs).
- A formação continuada de professores complementa a formação inicial e promove aperfeiçoamento teórico-crítico da prática cotidiana, ao longo da carreira profissional do professor. No entanto, ao realizar a auditoria, os técnicos preferiram tratar a formação continuada como “capacitação de professores”, já que, até 2008, a SED e as GEREDs ofertavam aos professores cursos de aperfeiçoamento pontuais, que não caracterizavam “formação continuada”.

- A exigência de aperfeiçoamento continuado está expressa na Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Da mesma forma, em âmbito estadual, a Lei Complementar nº 170/98, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação, determina que o Estado promova o acesso ao aperfeiçoamento e à educação continuada aos profissionais da educação.

- Os cursos de capacitação de professores estaduais, historicamente, eram promovidos, exclusivamente, pela SED. Com a criação das GEREDs junto às SDRs houve a descentralização do planejamento e da execução dessas ações. Atualmente, a maioria dos cursos é ofertada pelas 36 SDRs aos professores da respectiva região. O Estado não dispõe de norma prevendo regras de capacitação de professores. A SED instrui os gestores descentralizados com informações e documentos necessários para a realização dos cursos.



## Cursos não devem interferir no calendário escolar

Outro problema constatado pelos técnicos é que grande parte dos cursos era realizada durante o período letivo. De acordo com a pesquisa, 41% dos professores afirmaram que o horário dos cursos coincidia com o das aulas regulares. Metade deles apontou que os alunos ficavam sem aula enquanto participava da capacitação, sendo que 26% disseram que raramente ou nunca as aulas foram recuperadas. Por isso, o TCE/SC recomendou que os cursos sejam planejados de modo que não interfiram no calendário escolar.

O objetivo de uma auditoria operacional é avaliar programas, atividades e sistemas governamentais. O atendimento às determinações e recomendações do Pleno vai permitir que os ges-

tores da SED e das Gerências de Educação das Secretarias de Desenvolvimento Regional tenham informações qualificadas para planejarem as ações de capacitação. Os diretores terão maior segurança em selecionar os professores participantes e em definir o conteúdo dos cursos, adequando-os às necessidades locais. Por consequência, o aproveitamento das participações nos cursos poderá refletir em resultados positivos na atuação dos docentes em sala de aula e na melhoria do desempenho escolar dos alunos.

Para 41% dos professores, o horário dos cursos era o mesmo das aulas. Desses, 26% disseram que as aulas pouco ou nunca eram recuperadas.



## Auditoria piloto é realizada por outros tribunais

A mesma auditoria operacional – para avaliar as ações de capacitação de professores do ensino fundamental – foi realizada por diversos tribunais de contas do País.

A definição do objeto da auditoria foi feita pelo grupo temático de auditoria operacional do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), em conjunto com representantes do TCU. Foram levados em conta os diagnósticos realizados pelos tribunais, que constataram a relevância do assunto. Os levantamentos preliminares apontaram que existem professores sem a qualificação mínima exigida para o nível de ensino que lecionam, o que aumenta a importância das capacitações.

A avaliação das ações de capacitação de professores é parte do curso de auditoria operacional oferecido pelo Promoex, em Brasília, no fim de 2007, a técnicos de todos os tribunais de contas do Brasil, incluindo o da União. No começo de agosto de 2008, técnicos dos tribu-

nais estiveram reunidos em Curitiba para definir o planejamento da auditoria piloto.

Em Santa Catarina, a matriz de planejamento foi apresentada aos auditados – representantes da Secretaria da Educação –, no dia 13 de agosto de 2008, para que tomassem conhecimento do trabalho que seria desenvolvido até novembro. Em dezembro, seguindo o trâmite das auditorias operacionais, a matriz de achados, com os problemas encontrados pelos técnicos, foi apresentada à SED. Em janeiro deste ano, o secretário Paulo Roberto Bauer apresentou, por escrito, manifestações sobre as constatações. Ele reconheceu a necessidade de adoção de medidas que considerem as diferentes situações vivenciadas pelos beneficiários no que se refere a sua formação.

A adoção de auditoria operacional é uma das prioridades do Promoex, já que devem ser implantadas em, no mínimo, 75% dos tribunais de contas, ainda na primeira fase do Programa, que deverá ser executada até o fim de 2010. Pesquisa realizada, em 2005, com 33 tribunais estaduais e municipais mostrou que 19 cortes de contas – o equivalente a 57,6% – nunca tinham colocado em prática esta modalidade de auditoria. Por isso, a auditoria para avaliar as ações de capacitação de professores está sendo chamada de piloto.

### Prática foi adotada pelo TCE/SC em 2002

No caso do TCE/SC, a realização de auditorias operacionais para avaliar os resultados de programas e ações governamentais ocorre desde 2002. A prática ganhou força, em 2007, com a criação da Diretoria de Atividades Especiais, que tem como um dos principais objetivos a adoção dessa modalidade de controle.

Entre os exemplos bem sucedidos nos últimos anos, considerada a relevância para a sociedade, estão as auditorias operacionais que avaliaram o funcionamento da estação de tratamento de esgoto insular da Baía Sul, em Florianópolis; o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência; as ações de incentivo e valorização da cultura catarinense do governo estadual; e a atuação e os controles gerenciais de fiscalização – inclusive com relação às multas aplicadas – da Fundação do Meio Ambiente (Fatma).

A adoção de auditoria operacional é uma das prioridades do Promoex, já que devem ser implantadas em, no mínimo, 75% dos tribunais de contas, ainda na primeira fase do Programa, que deverá ser executada até o fim de 2010.

### O PROMOEX

- O Promoex contempla um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento, à integração e à modernização do sistema de controle externo, como instrumento de cidadania, de transparência e de efetivo controle da regular gestão dos recursos públicos.
- É co-financiado com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executado de forma descentralizada pelos tribunais de contas, sujeito a uma coordenação e supervisão nacional centralizada vinculada à Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.
- A coordenação do Programa é feita pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) – associação civil de estudos dos Tribunais de Contas do Brasil.



## Ações do Governo para incentivo à cultura catarinense têm deficiências

### Técnicos constataam falta de análise técnica de mérito e fragilidade da avaliação

■ Auditoria operacional do Tribunal de Contas de Santa Catarina constatou deficiências nas ações do Governo do Estado para incentivo e valorização da cultura catarinense realizadas no exercício de 2008 com recursos do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura (Funcultural). A falta de análise técnica de mérito e a fragilidade da avaliação na maioria dos projetos foram as principais irregularidades verificadas.

No dia 13 de maio, o Pleno aprovou Decisão (nº 1.670/09) que fixa um prazo de 30 dias – a partir da publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC (DOTC-e), no dia 20 de maio – para que a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) e o Conselho Estadual de Cultura (CEC) apresentem planos de ação, estabelecendo as atividades, os prazos e os responsáveis para o cumprimento das determinações e recomendações feitas pelo Tribunal. “A avaliação da política estadual de incentivo à cultura é fundamental para que o Estado possa saber se o dispêndio de recursos realizado está trazendo o retorno esperado”, ressaltou o relator do processo (RLA 08/00544471), auditor substituto de conselheiro Gerson dos Santos Sicca, durante a sessão prestigiada por representantes do setor.

Os planos de ação, após encaminhados ao Tribunal de Contas pela SOL e pelo CEC, serão analisados e apreciados pelo Pleno. Se a decisão for pela aprovação, o TCE/SC determinará o envio de relatórios parciais para que o Órgão possa monitorar as ações executadas e o cumprimento dos prazos. Vale destacar que, para elaborar o planejamento da auditoria, a equipe ouviu, em outubro de 2008, representantes do setor cultural – a partir da realização de um painel de referência – e da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte.

ACHADOS | apresentação do diretor da DAE foi acompanhada por representantes do setor

### OBJETO DA AUDITORIA

- Verificar se a estrutura existente na Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) e a sistemática de tramitação, análise, julgamento e liberação de recursos viabilizam a realização de projetos culturais e possibilitam seu controle e sua fiscalização.
- Verificar se a estrutura existente nas 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) e a sistemática de tramitação, análise, julgamento e liberação de recursos viabilizam a realização de projetos culturais e possibilitam seu controle e sua fiscalização.
- Avaliar as ações desenvolvidas pela SOL e pelas SDRs de incentivo e valorização das formas de expressão cultural catarinense.



CEC deve analisar 100% dos projetos

A análise, pelo Conselho Estadual de Cultura, de 100% dos projetos propostos é uma das determinações. Segundo apurou a Diretoria de Atividades Especiais (DAE) — setor responsável por avaliar programas, projetos e resultados de ações governamentais —, 29% dos processos que tramitaram na SOL, em 2008, não foram avaliados pelo CEC — formado por repre-

sentantes do Governo e das entidades organizadas —, embora tal atribuição esteja definida em legislação estadual. No caso das 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), a situação é muito mais séria: nenhum projeto recebeu o parecer do CEC, mas os proponentes receberam os recursos. “Os projetos eram aprovados pelos Conse-

lhos de Desenvolvimento Regional, formado por prefeitos das regiões”, informou o diretor da DAE, Kliwer Schmitt, acrescentando que “acabava sendo uma mera repartição dos recursos”. Schmitt informou, ainda, que “a relação com todos os projetos apresentados nas regionais era remetida ao Executivo para chancela do governador”.

DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES À SOL			
■ DETERMINAÇÕES:		7. Acatar as decisões do CEC quanto ao mérito dos projetos e valores, salvo inexistência de recursos financeiros ou ilegitimidade na composição dos custos, realizando os pagamentos em ordem cronológica da data de execução.	
1. Cumprir o que determina a Lei nº 13.336/05 quanto à competência para apreciação e o Decreto nº 1.291/08 quanto ao julgamento de todos os projetos culturais pelo CEC.		8. Identificar as necessidades de pessoal das Gerências Técnicas da SOL e das SDRs e adotar providências que garantam a devida solução da deficiência, cessando situações irregulares.	
2. Capacitar os servidores da SOL e das SDRs na elaboração de processos administrativos e editar a cartilha, estabelecendo os procedimentos processuais.		9. Divulgar, no site da SOL, os locais, as datas, o número de apresentações e demais elementos do projeto como proponente, valor e objeto.	
3. Definir o tratamento/a destinação dos recursos arrecadados quando houver a cobrança de ingresso (bilheteria).		10. Proporcionar adequada estrutura física e de pessoal à Gerência de Controle de Projetos Incentivados e promover a capacitação dos servidores para análise das prestações de contas e para instauração de Tomada de Contas Especial.	
4. Priorizar a utilização de editais na seleção de projetos.		11. Reduzir o prazo para apresentação da prestação de contas da primeira parcela ou parcela única (180 dias).	
5. Exigir do proponente o detalhamento dos itens do Plano de Trabalho e a apresentação de orçamentos para os valores propostos.		12. Emitir pareceres para análise de admissibilidade, enquadramento no PDIL e adequação dos itens propostos no Plano de Trabalho aos preços de mercado.	
6. Disciplinar os procedimentos para fiscalização dos projetos durante sua execução.		13. Adotar sistema de comunicação entre a SOL, as SDRs e os proponentes, para acompanhamento da tramitação dos projetos.	
7. Regulamentar as contrapartidas e exigir dos proponentes a apresentação e seu detalhamento em todos os projetos culturais, bem como a comprovação da sua execução.		14. Estabelecer metas de celeridade da tramitação dos projetos e avaliar seu cumprimento.	
8. Cumprir o que determina a Lei nº 13.792/06 quanto à destinação de no mínimo 50% dos recursos do Funcultural para projetos de âmbito regional.		15. Atribuir ao CEC a competência para julgamento dos projetos de abrangência regional, preservada a previsão orçamentária de cada SDR.	
9. Observar o diagnóstico do Plano Estadual da Cultura, do Turismo e do Desporto (PDIL) para, ouvido o CEC, selecionar as áreas prioritárias para a política cultural do Estado e direcionar a aprovação de projetos.		16. Atribuir às SDRs a competência para recebimento, instrução inicial, pagamento, fiscalização e análise das prestações de contas.	
10. Ouvido o CEC, definir “novos talentos” e estabelecer os objetivos a serem atingidos com projetos dessa natureza.		17. Criar canais para recebimento de sugestões, críticas e denúncias.	
■ RECOMENDAÇÕES:		18. Capacitar servidores da SOL e das SDRs para elaboração de pareceres e para fiscalizarem a execução dos projetos.	
1. Definir na legislação a participação da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) na análise dos projetos culturais.		19. Planejar a distribuição dos recursos do Funcultural que considere as demandas e peculiaridades regionais e as diretrizes do PDIL e submetê-lo à apreciação do CEC.	
2. Estabelecer um roteiro de formação dos processos e criar regra para a tramitação dos projetos na SOL e nas SDRs.		20. Estabelecer limites financeiros para projetos com objetos idênticos/similares.	
3. Exigir dos proponentes a descrição clara do objeto e o detalhamento dos itens do Plano de Trabalho, indicando as fontes de recursos e o percentual de participação do Funcultural.		21. Orientar a aprovação de projetos.	
4. Adotar procedimento unificado para análise e apreciação dos projetos, cessando a tramitação diferenciada adotada de acordo com a cota de recursos pela qual serão financiados.		22. Adotar mecanismos para acompanhamento e avaliação dos resultados dos projetos.	
5. Atribuir caráter definitivo às decisões das Câmaras Temáticas do CEC, admitindo apenas recurso administrativo pelo proponente ao Plenário.		23. Definir objetivos e metas quantificáveis/mensuráveis para a política cultural do Estado e estabelecer indicadores para avaliar os seus resultados.	
6. Emitir parecer técnico com análise da adequação dos itens propostos no Plano de Trabalho aos preços de mercado, fundamentando as alterações dos valores solicitados pelos proponentes.		24. Privilegiar a aprovação de projetos que promovam a difusão da cultura no território catarinense.	

6,9% dos processos receberam maioria dos recursos

A auditoria ainda revelou que 55% dos R\$ 25.811.368,43 aplicados no setor, em 2008, foram distribuídos a dez proponentes — um total de R\$ 14.199.942,58 —, que representaram 6,9% dos projetos aprovados. “Isso demonstra concentração excessiva de recursos para um número reduzido de entidades, as quais são reiteradamente beneficiadas em sucessivos exercícios”, enfatizou Schmitt.

Os cinco maiores repasses foram feitos ao Instituto Festival de Dança de Joinville — que recebeu R\$ 3.354.901,61 (13%) —, Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil — R\$ 2.723.884,10 (10,6%) — à LGP — Produções Artísticas Ltda (Femic) — R\$ 1.664.375,00 (6,4%) — Associação Cultura Orquestra Sinfônica de Santa Catarina (AOSSCA) — R\$ 1.161.766,00 (4,5%) e à Pró-Música de Florianópolis — R\$ 1.158.762,49 (4,5%).

RECOMENDAÇÕES AO CEC

- DETERMINAÇÕES:
1. Elaborar seu Regimento Interno, disciplinando os procedimentos para apreciação dos projetos, composição e competências das Câmaras Temáticas, interposição de recursos administrativos pelos proponentes contra as suas decisões e atribuir ao Plenário a competência para apreciar os recursos.

2. Observar o Decreto nº 1.291/08 para julgamento dos projetos e adotar critérios objetivos e transparentes, a exemplo da ficha de avaliação técnica adotada nos editais, estabelecendo pontuação mínima para aprovação dos projetos.

3. Tornar públicos os critérios de seleção de projetos e atentar para a necessidade de fundamentação dos pareceres emitidos, materializando o resultado da apreciação.

SAIBA MAIS

■ O Funcultural é constituído por transferências dos contribuintes do ICMS, em especial a Celesc e a Brasil Telecom. A sua administração orçamentária, financeira e contábil é exercida pelo Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura (Seitec), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL).

OS DEZ PROPONENTES COM MAIOR PARTICIPAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2008

■ ORDEM	■ 2008	■ VALOR (R\$)	■%
1	Instituto Festival de Dança de Joinville	3.354.901,61	13,0%
2	Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil	2.723.884,10	10,6%
3	LGP — Produções Artísticas Ltda.	1.664.375,00	6,4%
4	Associação Cultural Orquestra Sinfônica de SC (AOSSCA)	1.161.766,00	4,5%
5	Pró-Música de Florianópolis	1.158.762,49	4,5%
6	Associação Filarmônica Camerata Florianópolis	1.030.253,38	4,0%
7	Gráfica Avenida Ltda.	1.000.000,00	3,9%
8	Grupo Teatral Terra-Laguna	750.000,00	2,9%
9	Instituto Jaraguá do Sul Turismo & Eventos	700.000,00	2,7%
10	Fundação Cultural de Timbó	656.000,00	2,5%
Total		14.199.942,58	55,0%
Total pago no exercício		25.811.368,43	

FONTE | Diretoria de Atividades Especiais do TCE/SC.

Realização de concurso é necessária

A falta de pessoal capacitado nas Secretarias Regionais levou o Pleno a recomendar, com base na proposta de voto do auditor Gerson Sicca, que a Secretaria Central identifique as necessidades de pessoal nas Gerências Técnicas da SOL e das SDRs e realize concurso público. Dados da DAE revelam que em nenhuma Secretaria Regional há servido-

res concursados para atividades permanentes. “Os servidores das Gerências são comissionados e terceirizados ou em desvio de função”, aponta o relatório. Deficiência também foi apontada na tramitação dos processos. De acordo com a área técnica do Tribunal, a eleição de prioridades gera grande disparidade como as verificadas nos projetos para publicação do “Livro de Joinville (1ª edi-

ção)” e “Vozes de SC nas comunidades”. O primeiro levou apenas cinco dias para ser aprovado e o segundo, 751 dias. Com o objetivo de possibilitar o controle social, o Tribunal recomendou a divulgação, no site da Secretaria, das informações de cada projeto aprovado, com nome do proponente, objeto, valor incentivado, contrapartida, como locais, datas e números de apresentações.



# A lógica da política pública sob a perspectiva das auditorias operacionais

SABRINA NUNES IOCKEN

■ A conceituação de política, identificada por Ronald Dworkin, pressupõe o compromisso de realizar alguma melhoria econômica, política ou social para a comunidade, ou mesmo a manutenção de determinado estado contra mudanças adversas, o que põe em evidência o caráter finalístico a ser perseguido pela atividade política.

Esta pauta valorativa, que irá impulsionar a concretização de políticas públicas, encontra-se hoje definida no âmbito constitucional, verdadeiro vetor orientativo do agir do Estado.

Desponta, então, a importância para a fase de implementação das políticas públicas e dos correlatos mecanismos de controle, responsáveis pela integridade de um sistema, cujo produto resulta em melhor eficiência na realização das despesas públicas.

Neste contexto, insere-se o controle de resultados a cargo dos tribunais de contas, nos termos preconizados pelo constituinte de 88, pela via das auditorias operacionais. No âmbito do Tribunal de Contas de Santa Catarina, a fiscalização operacional vem alcançando espaço crescente após a Constituição de 88. Sua análise compreende a avaliação do cumprimento dos programas e das ações de governo e do desempenho das unidades e entidades jurisdicionadas ao Tribunal, no que se refere a seus objetivos, suas metas e prioridades, bem como quanto à alocação e ao uso dos recursos disponíveis.

A relevância da fiscalização operacional se traduz em resultados mais eficazes e eficientes não só para a Administração Pública, como para a própria sociedade.

SABRINA NUNES IOCKEN é auditora substituta de conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina



*“A relevância da fiscalização operacional se traduz em resultados mais eficazes e eficientes não só para a Administração Pública, como para a própria sociedade.”*



ILUSTRAÇÃO AYRTON CRUZ

Cite-se, como exemplo, a auditoria operacional realizada no sistema de fiscalização ambiental que, em Santa Catarina, fica a cargo da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), com a cooperação, no exercício da fiscalização, do Batalhão da Polícia Militar Ambiental. Através de processo específico de auditoria operacional, de relatoria do conselheiro Otávio Gilson dos Santos, foram detectados problemas graves que comprometiam o bom desempenho do sistema de fiscalização.

O diagnóstico levantado pelo órgão de controle externo não conduz na imediata aplicação de medidas coercivas, mas permite que, através de uma decisão de cunho predominantemente orientativo, os atores elaborem um plano de ação, estabelecendo quais medidas serão adotadas, os prazos e responsáveis pela sua implementação. Tal providência possibilita aos gestores redirecionar seus esforços para a concretização das diretrizes constitucionais.

ILUSTRAÇÃO AYRTON CRUZ



## Aumenta cobrança de multas aplicadas por crime ambiental

*Levantamento da DAE revelou que, de 2007 para 2008, houve um incremento de mais de 300%*

APRESENTAÇÃO | representante da DAE destaca as principais constatações da auditoria

■ O incremento na cobrança de multas aplicadas pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma) e pela Guarnição Especial da Polícia Militar Ambiental (GuEspMA) — atual Polícia Militar Ambiental — é resultado da auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, com abrangência no exercício de 2007.

De acordo com dados apresentados pela Diretoria de Atividades Especiais do TCE/SC, na sessão do Pleno de 11 de maio, em 2008, o valor das multas cobradas foi de R\$ 935.252,67, enquanto que no ano anterior foi de R\$ 275.559,75.

“Verificamos um aumento substancial, de mais de 300%, na arrecadação das multas”, enfatizou o relator do processo (AOR 07/00373535), conselheiro Otávio Gilson dos Santos, destacando que a ação “faz com que o Governo tenha condições de aparelhar a Fatma e a Polícia Militar Ambiental”.

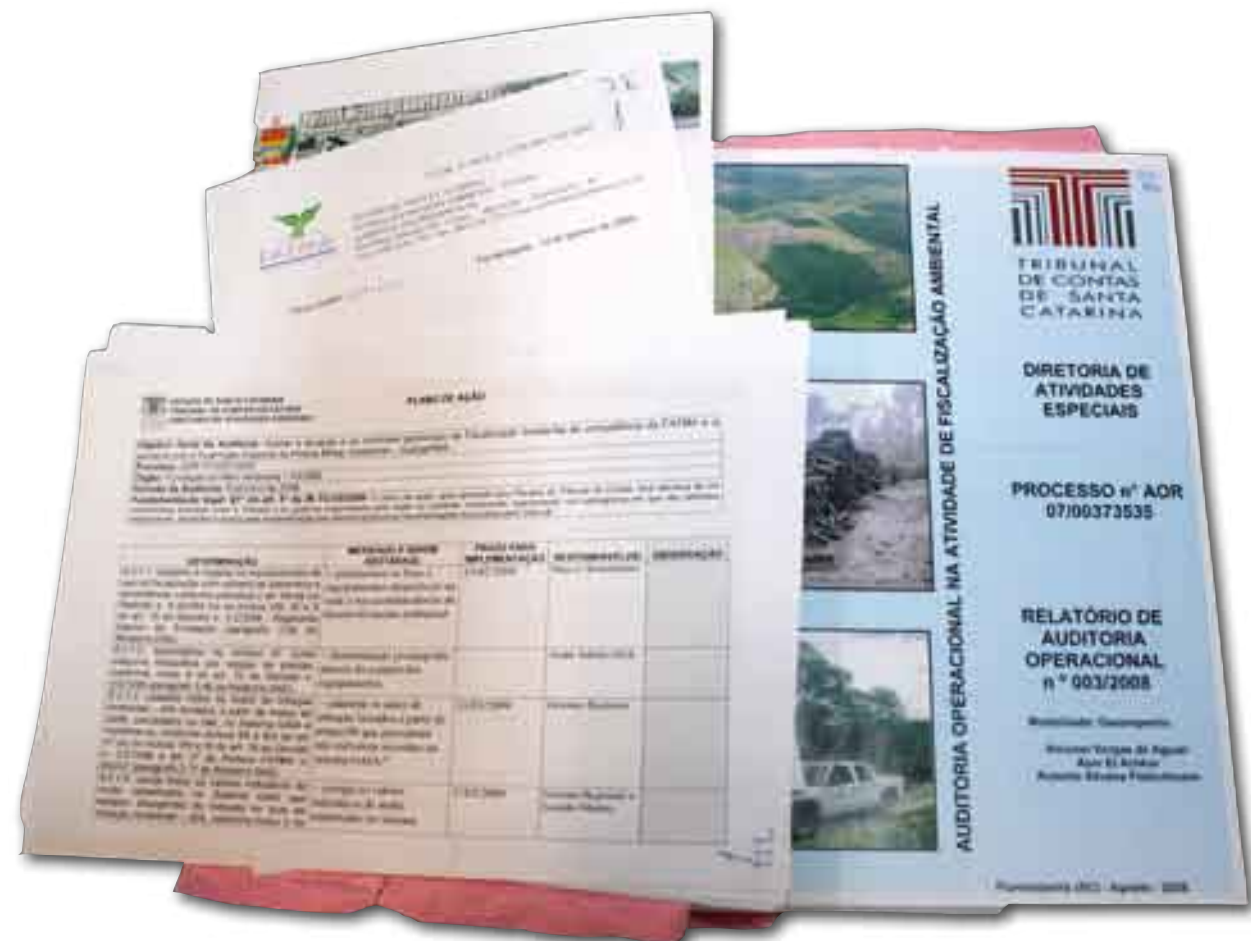
Durante a sessão, os membros do Corpo Deliberativo aprovaram os planos de ação encaminhados pela Fatma e pela Polícia Militar Ambiental, em cumprimento à Decisão nº 3.524/08, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal (DOTC-e), de 3 de novembro.

Nos documentos, foram definidas as atividades, os prazos e os responsáveis com vistas à solução dos problemas verificados pela área técnica. Os planos aprovados têm natureza de termo de compromisso entre o TCE/SC e as unidades. Portanto, devem ser cumpridos integralmente.

### ARRECADAÇÃO DE MULTAS FEPEMA







## Cumprimento dos planos de ação será monitorado

A Fatma e a Polícia Ambiental deverão encaminhar, ao Tribunal de Contas, três relatórios parciais – 1º de julho de 2009, 1º de fevereiro de 2010 e 12 de novembro de 2010. Com estes documentos, o Órgão verificará se as ações listadas foram executadas nos prazos previstos.

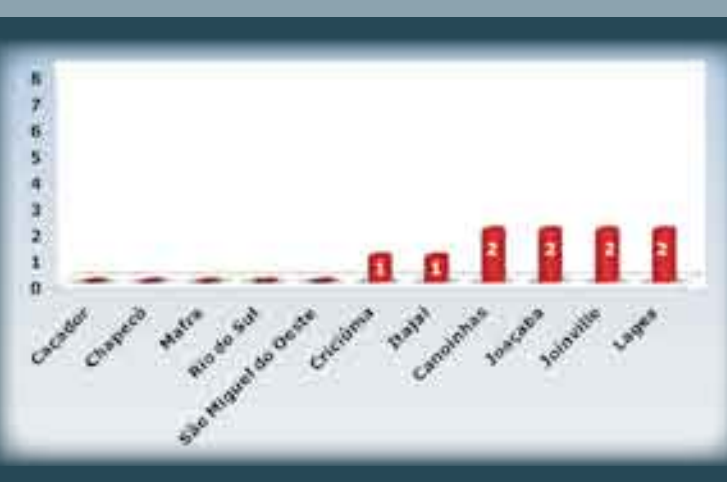
Uma das ações é a convocação dos aprovados no concurso público homologado no dia 12 de março

deste ano. Isso porque a falta de pessoal foi outra constatação da área técnica, e o Pleno recomendou que fossem lotados três agentes fiscais em cada Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental (Codams). “Caso as atividades não sejam cumpridas o Tribunal tomará outras iniciativas, como comunicar ao Ministério Público”, destacou Otávio Gilson dos Santos.

Na oportunidade, o presidente do TCE/SC, José Carlos Pacheco, ressaltou a importância da realização de auditorias operacionais. “O Tribunal busca a melhoria dos gastos públicos com ênfase para a eficiência, efetividade e eficácia de ações de governos”, salientou Pacheco. “Tudo para garantir o atendimento das demandas da sociedade”, finalizou.

A apresentação dos principais achados da auditoria, das determinações e recomendações feitas, das medidas adotadas pelas unidades e a apreciação do processo foram acompanhadas por representantes de entidades voltadas para a preservação do meio ambiente – 35 instituições. Também pôde ser acompanhada por qualquer cidadão do Brasil, através da TV Assembleia Legislativa, já que as sessões das segundas-feiras são transmitidas ao vivo pela televisão, nos canais 16 da Net e 23 da TVA, e pela Internet.

### INSUFICIÊNCIA DE AGENTES FISCAIS POR CODAM



## Auditoria ambiental pública

AZOR EL ACHKAR

Quando foram criados, os tribunais de contas tinham uma função exclusivamente voltada para análise do gasto do dinheiro público. A Constituição Federal de 1988 conferiu novo disciplinamento às contas públicas e as cortes de contas foram legitimadas a ampliar o leque de atuação e a considerar outros temas em sua missão institucional. A possibilidade de controle e fiscalização sob a ótica operacional habilitou-as para utilização das auditorias operacionais. Temas como prestação da saúde, assistência social e gestão do patrimônio público ambiental são alvos de atuação do controle externo.

No que tange ao meio ambiente, a fiscalização pode ser efetuada em três vertentes: por meio de avaliação das ações executadas por órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama); por meio da introdução do viés ambiental na fiscaliza-

ção de políticas e programas de desenvolvimento que tenham potencial de causar danos ambientais; e por meio da inserção do aspecto ambiental nos processos de tomadas e prestações de contas de órgãos e entidades integrantes do Sisnama.

A Portaria nº 214/01 do Tribunal de Contas da União aprovou o Manual de Auditoria Ambiental, documento que serve como guia para a atuação deste dever constitucional. Os Tribunais de Contas dos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul também elaboraram manuais de auditoria ambiental. As ações para exercício do controle da gestão ambiental dependem exclusivamente da iniciativa da presidência. É a partir de autorização expressa que as auditorias ambientais podem ser realizadas. Além disso, o corpo técnico deve ser capacitado sobre a importância e relevância do meio ambiente e para a realização das auditorias com este escopo.

A gestão ambiental compete ao poder público e à coletividade. Não é mais concebível o desperdício dos recursos ambientais. É necessário um esforço conjunto para a sustentabilidade e a diminuição do impacto negativo. A atuação das cortes de contas, ao executar auditorias ambientais, deve ser ampliada, buscando-se avaliar o nível de colaboração que cada agente, órgão e entidade pública está realizando em prol da proteção e conservação do meio ambiente.

A auditoria operacional ambiental representa imprescindível instrumento para efetividade e garantia do meio ambiente sadio. Os tribunais de contas devem fomentar o exercício deste poder institucional conferido pela Carta Magna.

AZOR EL ACHKAR  
é auditor fiscal de  
controle externo do  
Tribunal de Contas de  
Santa Catarina

*“A auditoria operacional ambiental representa imprescindível instrumento para efetividade e garantia do meio ambiente sadio.”*



ILUSTRAÇÃO CHRIS DALLA COSTA





# Tomada de Contas Especial apura dano aos cofres públicos

*Procedimento deve ser adotado também no âmbito da administração estadual e municipal*

■ O Tribunal de Contas de Santa Catarina ao fiscalizar um ato ou contrato efetuado pelo administrador público ou realizar auditoria para apurar denúncia deve converter o processo em tomada de contas especial, caso constate dano ao erário. A medida, prevista nos artigos 32 e 65, § 4º, da Lei Orgânica do TCE/SC — Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000 —, é necessária para que o Pleno, ao emitir decisão sobre a matéria, possa imputar débito ou aplicar multa ao responsável.

Isso porque a Corte catarinense, segundo a Constituição Federal, pode julgar apenas processos de contas. Num processo de análise de ato, por exemplo, o TCE/SC somente pode emitir parecer sobre sua regularidade ou não. No caso de um processo

de denúncia ou representação, a decisão pode ser apenas por acolhê-las ou não, dependendo das evidências das irregularidades.

No entanto, o Tribunal de Contas alerta para a importância da instauração da tomada de contas especial já no âmbito da administração estadual e municipal, conforme prevê o artigo 10 da Lei Orgânica e de acordo com as Instruções Normativas nº TC-03/07 e nº TC-06/08.

Diferente do processo do TCE/SC, a tomada de contas a que se referem as instruções deve ser instaurada pela própria autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, quando constatada a omissão no dever de prestar contas; a falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Estado ou por município mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere; a ocorrência de desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos; ou ainda se caracterizada a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte prejuízo ao erário. O objetivo é apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano.

## DEFESA

■ A conversão dos autos de um processo de denúncia, representação ou auditoria em Tomada de Contas Especial dá início ao processo de defesa. É nesse momento que os administradores públicos são citados, ou seja, chamados ao Tribunal para que possam apresentar, por escrito, suas justificativas quanto a atos irregulares por eles praticados.

FONTE | Lei Orgânica do TCE/SC.

## DENÚNCIA E REPRESENTAÇÃO

■ **Denúncia** — a Constituição Estadual, art. 62, § 2º, assegura a qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, o direito de denunciar atos ilegais, ilegítimos e antieconômicos praticados por administradores públicos estaduais ou municipais perante o TCE/SC.

■ **Representação** — as normas relativas às denúncias são também aplicadas às representações formuladas por agentes públicos nos casos em que comunicam ao Tribunal a ocorrência de irregularidades constatadas em virtude do exercício do cargo ou de função pública. O TCE/SC também receberá como representação os expedientes de outras origens que devam assumir essa denominação por força de lei.

FONTE | TCE Controle Público e Cidadania.



## TCE/SC deve ser informado quando dano ultrapassar R\$ 20 mil

O administrador público que constatar dano ao erário no valor igual ou superior a R\$ 20 mil, através de tomada de contas especial concluída no exercício de 2009, deverá encaminhá-la imediatamente ao Tribunal de Contas para julgamento. Tal quantia está estabelecida na Decisão Normativa nº TC-05/08, publicada na edição nº 182, de 29 de janeiro de 2008, do Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC (DOTC-e).

Se o valor for menor que a quantia determinada, a tomada de contas deverá ser encaminhada juntamente com o processo de prestação de contas do administrador ou ordenador da despesa, para julgamento em conjunto pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina.





## Procedimento deve ser instaurado em último caso

O processo de tomada de contas especial tem caráter excepcional e só deve ser instaurado após esgotadas as providências administrativas — diligências, notificações, medidas para a reposição de valores ou bens, etc — para regularizar a situação ou reparar o dano.

A instrução normativa traz a lista de documentos que devem compor os autos da tomada de contas especial como, por exemplo, cópias dos comprovantes de despesas, comunicações, pareceres, depoimentos colhidos e outros elementos necessários à apreciação do fato.

Vale registrar que o Tribunal pode determinar a instauração de tomada de contas especial, independentemente das medidas internas e judiciais adotadas, se entender que o fato motivador possui relevância para ensejar a apreciação por seus órgãos colegiados.

## Sindicância X Tomada de Contas Especial. Qual a diferença?

É comum se fazer confusão quando se fala em sindicância, processo administrativo disciplinar e tomada de contas especial. A sindicância e o processo administrativo se voltam para a apuração e posterior punição de servidor público por falta disciplinar, regulando-se invariavelmente pelo Estatuto dos Servidores. Já a tomada de contas especial tem por objetivo apurar a ocorrência de dano ao erário, expressar o valor desse dano e identificar o responsável pela ação ou omissão danosa.

O auditor fiscal de controle externo Marcelo Brognoli da Costa enfatiza que cada fato tipificado deve ser tratado no foro apropriado. Segundo ele, a sindicância e o processo administrativo disciplinar se desenvolvem e se encerram na própria administração, ou seja, o juízo formado e a punição ficam restritos àquele âmbito. “A tomada de contas especial tem seu desenvolvimento na própria administração, fase interna. O julgamento, porém, dar-se-á no Tribunal de Contas, na denominada fase externa da tomada de contas especial. O crime, por sua vez, será processado no juizado criminal”, explica.

### NA INTERNET

■ A Instrução Normativa nº TC-06/08, que dispõe sobre a instauração e organização de processo de tomada de contas especial no âmbito da administração pública direta e indireta estadual e municipal e o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, foi publicada na edição nº 111 do Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC, de 8 de outubro de 2008.

■ Aprovada na sessão plenária do dia 6 de outubro de 2008, a instrução pode ser acessada no site do Tribunal ([www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br)), clicando no ícone “Legislação e Normas” e, em seguida, em “Instruções Normativas”. Ela altera a redação de alguns artigos e anexos da Instrução Normativa nº TC-03/07.



## Pagamento de serviços sem comprovação é irregular

*Tribunal determinou a devolução dos recursos, mas responsáveis ingressaram com recurso*

■ Três ex-presidentes da Companhia de Urbanização de Blumenau foram condenados pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina a devolverem aos cofres da URB R\$ 79 mil referentes a pagamento efetuado à empresa Megacon Contabilidade & Assessoria Ltda., sem a comprovação de prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica. Do valor total a ser devolvido, R\$ 50.272,72 são de responsabilidade de Éder Lima, R\$ 14.363,64 de Roberto Carlos Imme e outros R\$ 14.363,64 deverão ser pagos por Marcelo Moraes Silva.

A decisão da Corte catarinense refere-se ao processo de prestação de contas (05/03961299), relatado pelo conselheiro César Filomeno Fontes, na sessão de 18 de fevereiro. Foi dado um prazo de 30 dias — a contar da publicação do Acórdão nº 182/09 no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal (DOTC-e), ocorrida na edição de 5 de março — para que os responsáveis comprovassem o recolhimento dos débitos aos cofres da Companhia. Mas todos ingressaram com recurso no TCE/SC.

A URB firmou contrato com a Megacon para o período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de 2004, com valor total de R\$ 79 mil, pago em parcelas mensais de R\$ 7,2 mil. Entre os objetos do contrato, estavam o acompanhamento e a avaliação dos processos contábeis e operacionais para atendimento às normas legais do Tribunal, da prefeitura de Blumenau e de órgãos da administração estadual ou federal. Porém, segundo o relatório da área técnica, a Companhia deixou de remeter documentação obrigatória ao TCE/SC.

Os auditores ainda apontaram irregularidades nas emissões de documentos fiscais ou a falta deles, bem como o não recolhimento de tributos e encargos sociais, afrontando as legislações estadual e federal. A Corte de Contas também constatou um generalizado descontrole econômico-financeiro e patrimonial na Instituição, além de irregularidades na escrita contábil.



# Instauração de Tomada de Contas Especial é necessária

Segundo o relatório da área técnica, a URB foi autuada pelo Ministério da Previdência Social em R\$ 1.683.412,38 pela falta de recolhimento de valores devidos. A notificação fiscal da Previdência foi um dos motivos que levaram o Pleno a determinar que a Companhia instaure tomada de contas especial para apuração dos fatos, indicação dos responsáveis e quantificação dos danos.

O pagamento a maior de R\$ 350.581,39 à empresa LZB Serviços



Ltda. também deverá ser objeto da tomada de contas. A providência, segundo o Pleno, terá que ser adotada pelo atual presidente da URB. “A empresa recebeu pagamentos superiores aos serviços prestados, reconhecidos e aprovados pela URB”, registra o relatório da área técnica.

## DETERMINAÇÕES AO DIRETOR-PRESIDENTE DA URB

■ **Instauração de tomada de contas especial, em razão dos fatos abaixo arrolados causadores de prejuízo ao erário, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, sob pena de responsabilidade solidária:**

1. Notificação Fiscal da Previdência Social, no valor de R\$ 1.683.412,38, que gerou despesas com multas e juros de mora consideradas sem caráter público.
2. Descumprimento de cláusulas contratuais firmadas com a empresa AMCG Aerial Rodrigues Ltda., com execução judicial da URB para o pagamento de parcelas de locação de máquinas, operadores e cessão de exploração de areia, no valor de R\$ 69.115,06; de multa contratual, no valor de R\$ 45 mil; de débitos IPTU, no valor de R\$ 2.910,85; e de débitos DNPM, no valor de R\$ 1.839,68, formando o montante de R\$ 118.865,59, atualizado até 12 de novembro de 2004.
3. Faturamento e pagamento superior aos serviços prestados pela empresa LBZ Serviços Ltda., no valor de R\$ 350.581,39.
4. Abertura de conta bancária de nº 50.261-8, em nome da URB no mês de março de 2003, junto à Cooperativa de Economia e de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Vale do Itajaí (Blucredi), sem registro na contabilidade da URB, com depósitos e retiradas ocorridas em dezembro de 2004.

■ **A fase interna da tomada de contas especial deverá ser concluída no prazo máximo de 180 dias, a contar da data de sua instauração. A URB deverá encaminhar, ao Tribunal, a Tomada de Contas Especial, logo após a sua conclusão.**

FONTE | Acórdão nº 182/09.

## RECOMENDAÇÕES À URB

1. Implantar um sistema de controle do recebimento de todos os bens adquiridos pela URB.
2. Implantar um controle gerencial para cada obra, relacionando e arquivando cópia de todos os documentos, desde a contratação até a conclusão da obra.
3. Implantar um controle da utilização dos espaços internos da Companhia para armazenagem de materiais e/ou produtos, tais como areia, brita e ferro.
4. Instituir norma interna para disciplinar os procedimentos de controle de produção das fábricas e delimitar as atribuições dos encarregados pelos controles.
5. Implementar um sistema formal de controle e registro das decisões da diretoria.
6. Adotar um sistema permanente de controle de todos seus bens, elaborando inventários periódicos e arquivando os respectivos relatórios para serem apresentados ao controle externo.
7. Instituir manuais de procedimentos administrativos, detalhando as atribuições e modo de proceder para cada um dos setores.
8. Buscar apoio do Ministério Público e do Banco Central do Brasil quanto à negativa da Cooperativa BLUCREDI — SICOOB/SC na prestação de informações e documentos relativos à conta bancária da URB.

FONTE | Acórdão nº 182/09.

## DÉBITOS

■ **De responsabilidade de Roberto Carlos Immee, diretor-presidente da URB no período de 20 de fevereiro de 2003 a 2 de abril de 2004.**

1. R\$ 4 mil: referentes a despesas decorrentes de dois pagamentos — um de R\$ 1 mil, efetuado dia 15 de agosto de 2003, e o outro, de R\$ 3 mil, efetuado dia 21 de agosto de 2003.
2. R\$ 14.363,64: referentes à parte do pagamento efetuado à empresa Megacon Contabilidade & Assessoria Ltda.

■ **De responsabilidade de Éder Lima, diretor-presidente da URB no período de 12 de abril de 2004 a 26 de outubro de 2004.**

1. R\$ 35 mil: referentes a despesas com patrocínio para a Adeblu.
2. R\$ 70.290,00: referentes à falta de justificativa e ao destino dado para 42.600 fichas de transporte adquiridas ao valor unitário de R\$ 1,65.
3. R\$ 50.272,72: referentes à parte do pagamento efetuado à empresa Megacon Contabilidade & Assessoria Ltda.

■ **De responsabilidade de Marcelo Moraes Silva, diretor-presidente da URB no período de 26 de outubro de 2004 a 31 de dezembro de 2004.**

1. R\$ 6.255,20: referentes ao extravio de um projetor Epson Lite, adquirido pela URB em 5 de março de 2004.
2. R\$ 14.363,64: referentes à parte do pagamento efetuado à empresa Megacon Contabilidade & Assessoria Ltda.

FONTE | Acórdão nº 182/09.

# Distribuição de vale-transporte não estava prevista no contrato

O ex-presidente Éder Lima também foi condenado a devolver R\$ 70.290,00 devido à falta de justificativa para o destino dado para 42.600 fichas de transporte — 45 mil fichas foram adquiridas em 12 de abril de 2004, por R\$ 1,65 cada. À época, a Companhia contava com 46 empregados. Se cada um recebesse duas fichas por dia, durante 26 dias por mês, a quantidade adquirida daria para suprir a necessidade da URB por mais de 18 meses.

A Companhia informou que parte do vale-transporte era distribuída a alguns empregados de empreiteiras e/ou construtoras que firmavam contratos com a URB. Porém, os técnicos do Tribunal não encontraram cláusulas nos contratos entre a URB e essas empresas que obrigassem o fornecimento de vale-transporte.

“Considerando que parte dos vales foi realmente distribuída aos empregados das contratadas, o procedimento constitui ato de mera liberalidade do administrador à época”, diz trecho do relatório técnico. “Quanto às outras 2.400 fichas, entende-se que realmente foram utilizadas por empregados da URB”, concluem.

Éder Lima terá ainda que devolver R\$ 35 mil por ter concedido patrocínio para a Associação Desportiva de Blumenau (Adeblu), mesmo a URB estando em dificuldade financeira para honrar seus compromissos primordiais, como o pagamento de tributos e encargos sociais, ferindo o princípio da legalidade.

## OUTRAS IRREGULARIDADES QUE ENSEJARAM A APLICAÇÃO DE MULTAS

■ **a ROBERTO CARLOS IMME**

1. R\$ 500,00: por não estruturar e implantar o controle interno na URB, mesmo após recomendações do Tribunal de Contas.
2. R\$ 500,00: por não adotar as providências necessárias para viabilizar os recolhimentos dos tributos e encargos sociais devidos e em atraso.
3. R\$ 400,00: por não adotar providências para cumprimento das competências legais do Conselho Fiscal, quanto à análise, ao menos trimestral, do balancete e de demais demonstrações financeiras.
4. R\$ 500,00: por não realizar estudos para decidir pela viabilidade ou não de permanecer com o porto de extração de areia.

■ **a ÉDER LIMA**

1. R\$ 500,00: por não estruturar e implantar o controle interno na URB, mesmo após recomendações do Tribunal de Contas.
2. R\$ 500,00: por não adotar as providências necessárias para viabilizar os recolhimentos dos tributos e encargos sociais devidos e em atraso.
3. R\$ 400,00: por não adotar providências para cumprimento das competências legais do Conselho Fiscal, quanto à análise, ao menos trimestral, do balancete e de demais demonstrações financeiras.
4. R\$ 500,00: por não realizar estudos para decidir pela viabilidade ou não de permanecer com o porto de extração de areia.

■ **a MARCELO MORAES SILVA**

1. R\$ 500,00: pela omissão no dever de prestar contas.
2. R\$ 500,00: por não estruturar e implantar o controle interno na URB, mesmo após recomendações do Tribunal de Contas.
3. R\$ 400,00: por não providenciar, tempestivamente, a confecção de livros, necessários para a prestação de contas do exercício.
4. R\$ 500,00: por não adotar as providências necessárias para viabilizar os recolhimentos dos tributos e encargos sociais devidos e em atraso.
5. R\$ 400,00: por não adotar providências para cumprimento das competências legais do Conselho Fiscal, quanto à análise, ao menos trimestral, do balancete e de demais demonstrações financeiras.
6. R\$ 500,00: por não realizar estudos para decidir pela viabilidade ou não de permanecer com o porto de extração de areia.
7. R\$ 400,00: por não exercer o superior controle dos serviços internos da URB.

FONTE | Acórdão nº 182/09.



# Seminário discute impacto da crise financeira sobre controle externo

*Evento, que ocorrerá em setembro, reunirá representantes de entidades da América Latina, Europa e África*

A crise financeira que afetou a economia mundial no final de 2008 reacendeu a discussão sobre até que ponto o Estado deve intervir no mercado. “A ideologia da ditadura dos mercados e do Estado impotente morreu com a crise financeira”, afirmou, em outubro, o presidente da França, Nicolas Sarkozy.

Para o presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro José Carlos Pacheco, os tribunais de contas, diante desse novo quadro da economia mundial, precisam repensar suas ações de controle externo. “A tendência é que o mercado não seja mais considerado o principal fator de regulação das atividades econômicas e isso, com certeza, trará consequências na definição das políticas públicas do Estado”, opina Pacheco.

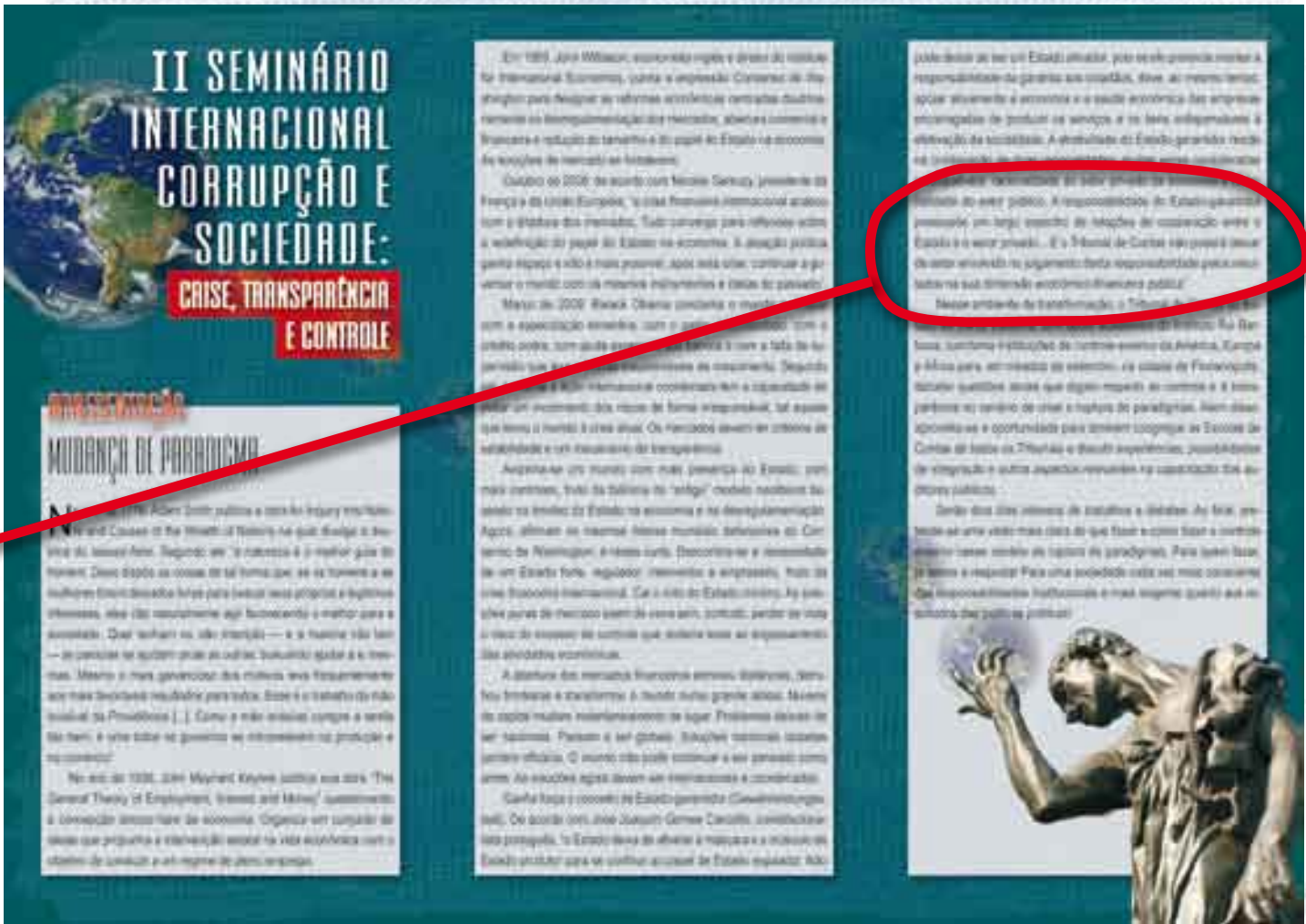
Pensando nisso, o Tribunal de Contas de Santa Catarina, o Instituto Rui Barbosa – associação civil de Estudos dos Tribunais de Contas – e o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex) realizam, nos dias 9, 10 e 11 de setembro, em Florianópolis, o “II Seminário Internacional Corrupção e Sociedade: crise, transparência e controle”. O evento deverá reunir cerca de 500 pessoas, entre representantes de instituições de controle da América Latina, Europa e África.

O presidente do IRB, conselheiro do TCE/SC Salomão Ribas Junior, destacou a importância da realização do evento para discutir as perspectivas africana, brasileira, européia e latino-americana sobre o controle público no contexto internacional, e a transparência do controle interno nestas perspectivas.

“A responsabilidade do Estado-garantidor pressupõe um largo espectro de relações de cooperação entre o Estado e o setor privado... E o Tribunal de Contas não poderá deixar de estar envolvido no julgamento desta responsabilidade pelos resultados na sua dimensão econômico-financeira pública”, diz trecho do folder do evento.

## PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR

- **Dia 9 de setembro**
  - Abertura.
- **Dia 10 de setembro**
  - O Estado no contexto da crise internacional.
  - Crise, oportunidades e controle público.
  - Controle público no contexto da crise internacional: perspectiva africana, brasileira, européia e latino-americana.
- **Dia 11 de setembro**
  - Controle interno e transparência da administração pública: perspectiva africana, brasileira, européia e latino-americana.
  - Políticas contábeis e apresentação das demonstrações contábeis no contexto da crise internacional.
  - Parcerias público-privadas: contabilização e controle.
  - Avanços teóricos do problema da corrupção: questões jurídicas e econômicas na perspectiva africana, brasileira, européia e latino-americana.
  - Questões práticas na cooperação institucional de combate à corrupção.



## Encontro de Escolas de Contas também será realizado

Paralelamente ao “II Seminário Internacional Corrupção e Sociedade: crise, transparência e controle” será realizado o VIII Fórum IRB-Promoex, encontro que deverá congrega as Escolas de Contas de tribunais do Brasil.

Na oportunidade, serão repassadas experiências, discutidas possibilidades de integração e outros aspectos relevantes à capacitação dos auditores públicos.

A organização do Seminário Internacional e do VII Fórum conta com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom). Também são parceiros, o Governo do Estado, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Santa Catarina e a Federação Catarinense dos Municípios.

## PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR

- A experiência internacional na formação de auditores de controle público.
- Certificação internacional dos auditores públicos.
- A experiência das escolas de contas na formação dos auditores públicos no Brasil.
- Integração dos programas de capacitação das escolas de contas do Brasil.

## MAIS INFORMAÇÕES

- **Instituto Rui Barbosa**  
Site: [www.irbcontas.org.br](http://www.irbcontas.org.br)  
E-mail: [irb@tce.sc.gov.br](mailto:irb@tce.sc.gov.br)  
Telefones: (48) 3221-3637 / 3221-3833  
Fax: (48) 3221-3777
- **Tribunal de Contas de Santa Catarina**  
Site: [www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br)
- **Portal Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil**  
Site: [www.controlepublico.org.br](http://www.controlepublico.org.br)





REPRESENTAÇÃO | evento contou com a participação de membros de órgãos de controle da América Latina, Europa e África

## Há três anos, TCE/SC sediava evento internacional

Em março de 2006, o Tribunal de Contas de Santa Catarina promoveu o “Seminário Internacional: Corrupção e Sociedade — o pensar, o querer, o fazer”. O evento, realizado em Florianópolis, buscou ampliar o debate sobre a importância da aplicação dos mecanismos já existentes e da criação de novos para combater a corrupção, num momento em que o Brasil passava por intensa crise política, provocada por diversas denúncias que atingiram a administração pública.

Com a proposta de refletir a eficácia dos instrumentos legislativos, econômicos e do aparato público e privado, destinados ao combate de casos lesivos aos cofres públicos, estiveram em discussão

os aspectos jurídicos e econômicos da corrupção, a importância da atuação da imprensa, dos órgãos de controle e da fiscalização pela população para coibir atos ilícitos, além da necessidade de reforma política para prevenir danos ao erário.

Cerca de 700 pessoas participaram da programação, entre profissionais de atividades de controle público de países da América Latina, Europa e África, em especial de instituições como o Tribunal de Contas e o Ministério Público. A iniciativa, promovida em conjunto com o Instituto Rui Barbosa, integrou a programação alusiva aos 50 anos de existência do TCE/SC.



INTERCÂMBIO | na época, presidente do Tribunal de Contas europeu, Hubert Weber (1º E), considerou essencial a atuação conjunta de cientistas e especialistas



## Concluída segunda fase do projeto de redesenho de processos

*Depois de mapear situação atual, próximo passo é colher sugestões de melhorias*

A equipe que trabalha no projeto de redesenho dos principais processos de controle externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina concluiu o levantamento de como tramitam, efetivamente, essas matérias, dentre elas as que tratam das contas anuais do governo do Estado e dos municípios, de denúncias e de registro de atos de aposentadoria. A ideia dessa segunda fase do projeto, encerrada em 3 de junho, foi a de mapear todas as atividades desenvolvidas durante a tramitação, desde aquelas normatizadas até as informais. “Não podíamos redesenhar algo que não estava desenhado”, explica a servidora Simone Cunha de Farias, coordenadora executiva do projeto, sobre a importância do mapeamento.

Para o desenvolvimento dessa etapa dos trabalhos foi essencial a participação de servidores de todas as unidades envolvidas com as atividades relativas aos processos mapeados, inclusive dos gabinetes de conselheiros e auditores substitutos de conselheiros e do Ministério Público junto ao TCE/SC. “O sucesso do projeto depende do engajamento de todos da Casa”, reforça o auditor substituto de conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Junior, que supervisiona os trabalhos junto com o auditor Gerson dos Santos Sicca.

Inicialmente foi feita uma série de entrevistas para buscar a visão sistêmica da Corte catarinense, visando

identificar as atividades executadas em cada um dos processos, verificar diferenças entre as normas existentes e os procedimentos executados, a ocorrência de retrabalho e de atividades desnecessárias.

Posteriormente, durante oficinas de trabalho, os servidores que participaram das entrevistas — escolhidos dentre aqueles que conheciam os processos mapeados —, juntamente com os respectivos diretores, outros servidores das diretorias, representantes dos gabinetes e da secretaria geral, validaram o fluxograma com o detalhamento das atividades relativas aos processos.

O trabalho de redesenho está sendo coordenado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), vencedora do processo licitatório para prestação de serviços de consultoria, com o apoio dos servidores Adriana Luz, Moacir Bandeira Ribeiro e Simone de Farias. O objetivo principal do projeto é reduzir o tempo de análise e julgamento das matérias, para proporcionar resposta mais rápida à sociedade.

A próxima fase prevê a coleta de sugestões dos servidores para melhorias dos processos. Durante a validação do fluxograma, no entanto, já foram obtidas algumas informações sobre pontos de melhorias, que serão complementadas na terceira fase dos trabalhos.

ENTREVISTA | diretor geral de controle externo, Carlos Tramontin, e integrantes da equipe interna e da FGV identificam os macroprocessos





REUNIÃO | discussão de nova metodologia de trabalho para mapeamento dos processos de controle externo

## Objetivo é implementar novos procedimentos já em 2010

A implantação dos novos procedimentos organizacionais será feita após treinamento com cerca de 30 servidores, com o objetivo de capacitá-los para os novos processos de trabalho. Antes, porém, está prevista, para o segundo semestre, a avaliação da estrutura organizacional da área de controle externo, considerando os processos redesenhados, e a elaboração de manuais para padronização e disseminação dos processos de trabalho do TCE/SC.

A previsão é que o projeto de redesenho seja concluído até o fim de 2009 e que os novos procedimentos comecem a ser adotados já em 2010.

### HISTÓRICO DOS TRABALHOS

- **2 a 10/02** — elaboração, discussão e aprovação do Plano de Ação.
- **11/02** — palestra de sensibilização dos servidores, com apresentação do projeto.
- **17 e 18/02** — capacitação de servidores para mapeamento de processos.
- **19/02 a 16/03** — identificação dos macroprocessos (atividades estratégicas de extrema importância para o entendimento do funcionamento da Instituição; respondem por um resultado específico e têm perfeitamente definidos, e sob sua gestão, os objetivos a serem atendidos e os meios necessários para a obtenção dos resultados).
- **20/03 a 03/06** — mapeamento dos processos finalísticos (de controle externo) do Tribunal.

## Projeto deve ser executado por tribunais de todo o País

O redesenho dos procedimentos de controle externo é um dos subcomponentes do Programa de Modernização do Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), que deve ser executado por todas as cortes de contas que aderiram ao Programa — um total de 30. Em 2002, a Fundação Instituto de Administração, da Universidade de São Paulo (FIA/USP), fez um diagnóstico sobre os trabalhos dos tribunais de contas e recomendou a revisão dos procedimentos de controle externo.

O projeto de redenho está entre as ações prioritárias do Plano Estratégico 2008-2011 e será executado com recursos do Promoex. O Programa é cofinanciado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) — associação civil dos tribunais de contas do País — e a Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

# Relatório das atividades de 2008 está na Assembleia Legislativa

*Documento traz informações sobre o número de órgãos fiscalizados e de processos julgados*

■ O Tribunal de Contas de Santa Catarina encaminhou, no dia 31 de março, o Relatório Anual de Atividades da Instituição, do exercício de 2008, à Assembleia Legislativa. O documento sintetiza as ações desenvolvidas pelo TCE/SC que, além de exercer a sua função sancionadora e corretiva, priorizou, no período, as orientações, recomendações e avaliações. Tudo com o objetivo de contribuir para a melhoria do desempenho de órgãos, entidades e programas de governo, para a qualidade dos serviços oferecidos à população e para o combate ao desperdício. “Controlar, acima de tudo, é prevenir, orientar, avaliar e não apenas punir”, destacou o presidente José Carlos Pacheco na apresentação.

Entre as atividades, destaque para as relacionadas ao controle externo exercido nas 1.716 unidades jurisdicionadas pela Corte catarinense — entre órgãos e entidades estaduais e municipais. De acordo com o documento, foram julgados 6.530 processos e adotadas providências para a execução de débitos imputados e de multas aplicadas no valor total de, aproximadamente, R\$ 5 milhões. A realização de fiscalizações in loco aumentou 43,21% se comparado com o exercício anterior — foram realizadas 116 contra 81.

Ainda no campo do controle externo, o Tribunal de Contas desenvolveu dois produtos informatizados que, desde setembro, estão contribuindo para o trabalho de fiscalização, além de oferecer facilidades aos gestores públicos e de dispensar o uso do papel: a certidão e o alerta eletrônicos. Através do Portal de Comunicação, os gestores podem visualizar os alertas emitidos pelo TCE/SC aos municípios que descumprirem pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal e solicitar certidões para atestar o cumprimento de normas da LRF.



TRANSPARÊNCIA  
| ações estão publicadas no site  
[www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br)

### PROCESSOS JULGADOS NO EXERCÍCIO DE 2008







## Maioria dos recursos é destinada ao pagamento de pessoal

Na área administrativa, o relatório demonstra que o Tribunal empenhou R\$ 106.653.341,41, valor correspondente a 86,44% do total autorizado para o exercício financeiro. Do total empenhado, 81,73% foram destinados ao pagamento com pessoal – 53,70% aos ativos e 28,03% aos inativos.

Os repasses do Tesouro do Estado ao TCE/SC tiveram um incremento de R\$ 14,054 milhões – 16,18%. Segundo o documento, tal situação deve-se, em parte, ao aumento ocorrido no percentual de

participação do Órgão na receita líquida disponível, que passou de 1,20% para 1,30%.

Para melhor cumprir a sua missão constitucional – a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública do Estado e dos municípios catarinenses, em auxílio à Assembleia Legislativa e às câmaras municipais –, a Corte de Contas empossou, em julho, 21 novos auditores fiscais de controle externo e mais um auditor substituto de conselheiro, aprovados nos concursos públicos realizados em 2006. Dos 778 cargos existentes no quadro de pessoal, 527 estão ocupados – 67,74%.

Em cumprimento a uma das iniciativas do Plano Estratégico 2008-2011, em 24 de setembro foi implementada a totalidade do piso de vencimentos dos servidores – R\$ 550,00. “Elevar o nível de satisfação dos servidores foi considerado tão relevante que a implementação do piso de vencimentos constituiu-se em uma das mais importantes iniciativas do Plano Estratégico, aprovado pelo Pleno em 19 de dezembro de 2007, e levado à prática antes mesmo do prazo inicialmente previsto de 16 meses”, registra o relatório de atividades.



## Ampliação da transparência está entre as principais iniciativas

Em 2008, o Tribunal de Contas de Santa Catarina intensificou as iniciativas para estimular o controle social e ampliar o relacionamento interinstitucional.

O início do televisionamento das sessões plenárias, o lançamento do novo Portal e a disponibilização do Diário Oficial Eletrônico (DOTC-e) foram algumas ações promovidas com o objetivo

de proporcionar maior transparência aos atos do TCE/SC.

E para aprimorar técnicas e procedimentos, a Instituição firmou sete convênios e cinco acordos de cooperação com órgãos e entidades envolvidos com o controle de despesas públicas – Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, tribunais de contas, prefeituras e câmaras.

AO VIVO | primeira sessão televisionada, no dia 15 de dezembro





# TCE/SC participa de ato pelo Dia Internacional de Combate à Corrupção

Evento realizado em Florianópolis reuniu cerca de 1.500 crianças e adolescentes

UNIÃO | representantes de órgãos públicos, artistas, atletas e alunos vestem a camisa contra a corrupção

Os conselheiros José Carlos Pacheco e Salomão Ribas Junior, presidentes do Tribunal de Contas de Santa Catarina e do Instituto Rui Barbosa — associação civil de estudos dos Tribunais de Contas —, respectivamente, juntaram-se a cerca de 1.500 crianças e adolescentes e vestiram a camisa da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, no evento realizado no dia 27 de março, em Florianópolis. Artistas globais, atletas de Avaí e Figueirense, autoridades, políticos e professores das escolas presentes engrossaram o coro de “não à corrupção” repetido pelos estudantes.

A mobilização pelo Dia Internacional de Combate à Corrupção foi organizada pelo TCE/SC e o Ministério Público do Estado, em conjunto com a Controladoria Geral da União e a Associação Catarinense do Ministério Público, com apoio de diversas entidades e empresas.

“Ver tantas crianças reunidas nos dá motivação para combater esse mal”, disse o conselheiro Pa-

checo. Para o conselheiro Ribas Junior, é preciso mostrar às crianças que cumprir as leis e ter atitudes honestas traz benefícios para toda a sociedade. “Não se deve cumprir a lei só para fugir de uma punição”, declarou o presidente do IRB, destacando que a campanha tem como público-alvo, especialmente, crianças e adolescentes.

A programação do evento teve a participação do coral Hélio Teixeira da Rosa, do Tribunal de Contas, e do personagem símbolo da campanha — o boneco Zé Moral —, a manifestação dos convidados presentes e a apresentação de bandas locais. Foram distribuídas camisetas e gibis, entregues as premiações do concurso de redação promovido pela Controladoria Geral da União (CGU), edição 2008, com o tema “O que você tem a ver com a corrupção?”, e escolhidos os melhores trabalhos das escolas participantes do concurso de faixas da campanha. “O evento de hoje é uma festa da cidadania”, celebrou o coordenador da campanha, promotor de Justiça



ZÉ MORAL | personagem símbolo da campanha

de Santa Catarina Affonso Ghizzo Neto. “Sei que não vamos acabar com a corrupção, mas se começarmos a pensar no problema já vamos poder mudar alguma coisa”, completou.

A redação da estudante Thais Cristine Klein, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Anna Töwe Nagel, de Jaraguá do Sul, foi premiada com o primeiro lugar na categoria nacional do 8º ao 9º ano. Para Thais, o combate à corrupção deve começar cedo. “Às vezes a gente não percebe pequenas coisas erradas que cometemos”, falou. “Mais tarde, essas atitudes erradas vão aumentando”, concluiu.

Para a professora Zandra Cruz de Lima, do Laboratório de Ciências da Escola Básica Municipal Antônio Paschoal Apóstolo, do bairro Rio Vermelho, na Capital, é só através da educação que se vai conseguir mudar alguns atos. “É mais fácil ensinar uma criança do que ter que educar uma pessoa que já tem vícios”, defendeu.



## Ator Milton Gonçalves reviveu “deputado corrupto”

Mas o ponto alto da mobilização foram as participações dos atores Milton Gonçalves e Rafael Almeida, da Rede Globo. Antes, porém, a platéia foi saudada pelo deputado corrupto Romildo Rosa, personagem que Milton interpretou na novela A Favorita. Ghizzo Neto tentava explicar ao personagem que o dinheiro que ele roubava deixava de ser aplicado, por exemplo, nas escolas e nos hospitais. O “sim à corrupção”, dito por Romildo, foi abafado pelos gritos de “não, não, não à corrupção”, bradado pelos estudantes.

O deputado Romildo saiu de cena e deu lugar ao ator Milton Gonçalves, que enfatizou a importância da participação da família na educação das crianças. “O fato de eu estar aqui hoje é uma homenagem à minha mãe, que, lá atrás, passou-me conceitos de moral e ética.” O ator Rafael Almeida, que atuou nas novelas Malhação e Páginas da Vida, concordou com Milton. “Hoje, o maior patrimônio que eu tenho é a minha família.”

EDUCAÇÃO | atores destacam a importância da participação da família







“Ver tantas crianças reunidas nos dá motivação para combater esse mal.”

José Carlos Pacheco, presidente do TCE/SC

“Cumprir as leis e ter atitudes honestas traz benefícios para toda a sociedade.”

Salomão Ribas Junior, conselheiro do TCE/SC e presidente do Instituto Rui Barbosa



## Estande expôs trabalho do Tribunal

Com o objetivo de estimular a cidadania e a participação da sociedade na fiscalização das contas públicas, o Tribunal de Contas expôs e distribuiu publicações editadas pelo Órgão, como a série “Para onde vai o seu dinheiro”. Trata-se da versão simplificada do parecer prévio da Corte catarinense sobre as contas do Governo do Estado. A obra utiliza linguagem acessível e objetiva para explicar como foram gastos os recursos públicos pela administração estadual, além de mostrar a opinião do TCE/SC sobre a forma e o resultado dessas despesas.

No estande da Instituição, as pessoas que participaram da mobilização ainda puderam acompanhar a exibição de um vídeo institucional. A proposta foi mostrar o que é e para que serve o Tribunal, além da sua importância para garantir que o dinheiro que todo cidadão entrega aos governos na forma de impostos seja aplicado como manda a Lei e em favor das necessidades da sociedade.

O coral do Tribunal de Contas deu início à tarde de atrações com uma apresentação que valorizou a cultura do Estado. O repertório contemplou peças

exclusivas de compositores catarinenses, com traços da identidade cultural da ilha de Santa Catarina como “Ilha”, do maestro e auditor aposentado do TCE/SC Altair Debona Castelan, além de “Cantigas do Boi de Mamão”, do folclore popular ilhéu em arranjo do maestro Carlos Lucas Besen.

Marcada inicialmente para 9 de dezembro do ano passado — Dia Internacional Contra a Corrupção —, a mobilização foi transferida para 27 de março em função das fortes chuvas que atingiram o Estado em novembro. Dentre as autoridades que participaram do ato estavam o procurador geral de Justiça de Santa Catarina, Gercino Gerson Gomes Neto, o secretário de Estado da Educação, Paulo Roberto Bauer — representando o governador Luiz Henrique da Silveira —, o chefe de gabinete da prefeitura da Capital, Adriano Zanotto — representando o prefeito Dário Berger —, o arcebispo de Florianópolis, Dom Murilo Krieger, o secretário do Tribunal de Contas da União em Santa Catarina, João Manoel Dionísio, e o procurador do Ministério Público junto ao TCE/SC, Aderson Flores.

PRODUTOS | TCE/SC publica livros para a atuação do controle social



CULTURA | programação contou com a participação do coral Hélio Teixeira da Rosa



“Uma boa árvore só vem de uma boa semente.”

Mário Mota, jornalista

“É mais fácil ensinar uma criança do que ter que educar uma pessoa que já tem vícios.”

Zandra Cruz de Lima, professora da Escola Básica Municipal Antônio Paschoal Apóstolo, de Florianópolis



“Não só os políticos são desonestos. Pessoas que roubam, furam fila e lucram no troco também são. É muito bom ser honesto.”

Oliver Silvestre, 9 anos, estudante da Escola Reunida Arirú da Formiga, de Palhoça

“Às vezes a gente não percebe pequenas coisas erradas que cometemos. Mais tarde, essas atitudes erradas vão aumentando.”

Thais Cristine Klein, estudante da Escola Municipal de Ensino Fundamental Anna Töwe Nagel, de Jaraguá do Sul



## SAIBA MAIS

A parceria entre o Ministério Público e o Tribunal de Contas teve início em 2003, quando foi realizada a “1ª Mobilização Regional pela Transparência — Mais Justiça Social, Menos Corrupção”, em Chapecó. A programação, que culminou com uma passeata de estudantes em defesa da transparência e reuniu mais de 2 mil pessoas, teve a participação do então presidente do TCE/SC, Salomão Ribas Junior, e de outros representantes do Órgão.

De lá para cá, a campanha cresceu e se consolidou. De mobilização local, a iniciativa passou a ter âmbito estadual, com o lançamento oficial da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, em 2004, também na cidade de Chapecó. Em 2008, a campanha passou a ser nacional.

A nacionalização do projeto é coordenada pelos promotores de Justiça de Santa Catarina Affonso Ghizzo Neto — coordenador geral da campanha — e Rui Carlos Kolb Schiefler, pelo presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, José Carlos Cosenzo, e pelo procurador de Justiça de São Paulo, João Francisco Moreira Viegas, indicado pelo Conselho Nacional de Procuradores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. A iniciativa da nacionalização do projeto conta ainda com o apoio de entidades como a Rede Globo e o Instituto Rui Barbosa.

“Cada um de vocês tem que transmitir essa ideia para outras dez pessoas. É como jogar uma pedra no mar. Vamos fazer uma marola, depois uma onda e por fim um tsunami contra a corrupção.”

Gercino Gerson Gomes Neto, procurador geral de Justiça do Estado



“A iniciativa é importante, pois no Brasil todos reclamam da corrupção e poucos fazem alguma coisa para combatê-la. É importante conscientizar desde cedo.”

Wilson Rodrigues de Moura Júnior, goleiro do Figueirense

“Sozinhos a gente acha que não pode fazer nada. Mas unidos a gente pode.”

Affonso Ghizzo Neto, promotor de Justiça de Santa Catarina e coordenador da campanha







SERVIDOR | área de direito é a mais pesquisada

## Dia Mundial do Livro foi comemorado com flores

*Biblioteca conselheiro Nereu Corrêa se associou à iniciativa da Unesco*

■ No dia 23 de abril, a Biblioteca conselheiro Nereu Corrêa, do Tribunal de Contas de Santa Catarina, associou-se à iniciativa da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que homenageou, em âmbito mundial, o livro e seus autores.

Para comemorar o Dia Mundial do Livro e dos Direitos Autorais, cada consulente que retirou livro na Biblioteca do TCE/SC recebeu uma rosa. “Foi uma atitude singela, mas que estimulou a retirada de livros pelos funcionários”, enfatizou a chefe do setor, Valéria Gouvêa Ghanem, informando que 16 técnicos retiraram 25 exemplares de obras da área do direito e de autores catarinenses.

A proposta foi estimular o hábito da leitura — em especial, entre os mais jovens — e o res-

peito à contribuição dos escritores para o progresso social e para a cultura. Tanto que, para as comemorações em 2009, a Unesco sugeriu que fosse valorizado o vínculo entre o livro e a educação, com destaque para o papel das obras literárias no desenvolvimento de uma educação de qualidade, bem como sua relação com os direitos humanos.

A celebração do Dia Mundial do Livro partiu da Catalunha (Espanha), onde, no dia 23 de abril, já é tradição ofertar uma flor para cada pessoa que compre livro. Vale registrar que vários escritores consagrados, como Miguel de Cervantes, William Shakespeare, Vladimir Nabokov e Josep Pla, nasceram ou morreram num 23 de abril. A escolha da data para homenagear o livro e seus autores está diretamente ligada a essa constatação.

## Mais de 12 mil livros compõem o acervo

A Biblioteca conselheiro Nereu Corrêa, que existe desde a instalação da Corte catarinense, em fevereiro de 1956, dispõe de mais de 12 mil livros e periódicos que tratam de assuntos de interesse do controle público. Também possui setores dedicados a autores catarinenses, a informações sobre o Estado de Santa Catarina e ao próprio Tribunal de Contas.

As publicações, adquiridas através de processo licitatório, abordam as áreas do Direito, da Administração, da Contabilidade, da Legislação, da Língua Portuguesa, além de títulos que mantêm relação direta com a atividade-fim do TCE/SC.

O setor Santa Catarina da Biblioteca Nereu Corrêa conta, hoje, com 2,2 mil exemplares de obras de autores catarinenses ou que tratam de assuntos relacionados ao Estado nas áreas da Administração, do Direito, da História, da Literatura, da Arte, da Cultura, da Psicologia e da Religião, entre outros temas.

As obras são disponibilizadas para empréstimo a técnicos do Tribunal e consulta a demais servidores públicos, professores e alunos de instituições de ensino superior interessados.

### NA INTERNET

■ Através do site do Tribunal de Contas de Santa Catarina ([www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br)), qualquer cidadão tem acesso ao Acervo Bibliográfico. Basta clicar no menu “Instituição — Biblioteca”. No espaço, também há uma seleção de artigos na área da Gestão de Informação, endereços de Bibliotecas Virtuais e informações sobre legislações que, direta ou indiretamente, dizem respeito ao TCE/SC.







SINALIZAÇÃO | local impróprio para banho

## Lagoa em dunas da Capital

Integrantes do Tribunal de Contas de Santa Catarina estão preocupados com a pouca sinalização informando que a água da lagoa existente entre as dunas da Lagoa da Conceição e da praia da Joaquina, em Florianópolis, é imprópria para banho. É que aquela água é o efluente oriundo da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Lagoa da Conceição — ou seja, o esgoto depois de tratado —, que forma a lagoa de evapo-infiltração. Na evaporação, o líquido se dispersa para a atmosfera e na infiltração o líquido penetra no solo recarregando o lençol freático. No dia 26 de maio, o conselheiro Otávio Gilson dos Santos e técnicos da Corte catarinense visitaram a ETE para verificar a situação do local.

LAGOA DA CONCEIÇÃO | Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)



## Ouvidoria

O vice-presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro Wilson Wan-Dall, e os auditores fiscais de controle externo Rafael Reginatto — coordenador técnico da Ouvidoria do TCE/SC — e José Rui de Souza, participaram, no dia 7 de maio, do evento “Ouvidorias no serviço público: a voz do cidadão na melhoria da gestão pública”, realizado no auditório ministro Pereira Lira, em Brasília. O encontro, uma promoção do Tribunal de Contas da União, teve como foco possibilitar a discussão sobre o papel das ouvidorias na estratégia de comunicação das instituições públicas. Promover a interação entre as ouvidorias públicas e discutir a ampliação da atuação do setor, com procedimentos de inteligência para o combate à corrupção, também estavam entre os objetivos do evento. A participação do TCE/SC possibilitou a integração das instituições de controle e a troca de experiências sobre o assunto.

## Tribunais de contas

A constitucionalidade do anteprojeto de lei processual e a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas foram dois dos principais temas debatidos durante Reunião do Colégio de Presidentes de Tribunais de Contas, realizada nos dias 16 e 17 de abril, na sede do Tribunal de Contas da União, em Brasília. Os conselheiros do TCE/SC, José Carlos Pacheco, presidente do Órgão e vice-presidente para a Região Sul da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), e Salomão Ribas Junior, presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), participaram da programação, que também teve palestra sobre Comunicação Social no âmbito dos tribunais de contas. A reunião do Colégio de Presidentes foi convocada pelo presidente da Atricon, conselheiro Victor José Faccioni (TCE-RS).

## Placas informativas

Em decisão proferida em dezembro do ano passado, o TCE/SC recomendou que a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) solicitasse à Fundação do Meio Ambiente e à Vigilância Sanitária manifestação quanto à colocação de placas informativas — se a ação seria suficiente para evitar o acesso da população ao local. A Casan informou ao Tribunal que, em 4 de março, fez as solicitações sobre a questão. Até o dia 1º de junho, a Corte de Contas ainda não havia recebido as manifestações.

## Plano de Ação

A Decisão nº 4.295/08, referente a processo relatado pelo conselheiro Otávio Gilson dos Santos, determinava a apresentação de um Plano de Ação pela Casan visando solucionar os problemas constatados pela auditoria — como a lagoa existente entre as dunas. O Plano, com a previsão das medidas corretivas, o prazo e os responsáveis pelo seu cumprimento, foi apresentado pela Companhia em 16 de abril e está sendo analisado por técnicos da Diretoria de Atividades Especiais do Tribunal, que devem sugerir alguns ajustes antes de o documento ser levado a Pleno para aprovação.

# ASSISTA ÀS SESSÕES DO PLENO PELA TELEVISÃO E PELA INTERNET.

Um canal do Tribunal catarinense em apoio ao controle social.

*Sempre às 14 horas*

**Segunda-feira:** ao vivo, no canal da TVAL e no site [www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br)

**Quarta-feira:** ao vivo, no site [www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br)



**Florianópolis:** Net 16 e TVA 23

**Araranguá:** Cabovisão

**Balneário Camboriú:** Cabovisão

**Blumenau:** Net 16

**Brusque:** Via Cabo

**Chapecó:** Net 16

**Concórdia:** Net 16

**Criciúma:** Net 16

**Itajaí:** Cabovisão

**Jaraguá do Sul:** Net 16

**Joaçaba:** Net 16

**Joinville:** Net 16

**Lages:** Net 16

**Rio do Sul:** Cabovisão

**São Bento do Sul:** Via Cabo

**São José:** Net 23 e Viamax

**Tubarão:** Via Cabo

**Em todo o Estado:** parabólica sintonia-digital (posição vertical prefixo 4132)

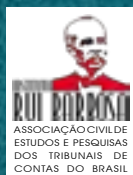
Obs.: O sinal da TVAL é compartilhado com as Câmaras de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul, Joaçaba e Balneário Camboriú.





# II SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORRUPÇÃO E SOCIEDADE:

**CRISE, TRANSPARÊNCIA  
E CONTROLE**



**9 A 11 DE SETEMBRO DE 2009  
CENTROSUL | FLORIANÓPOLIS | SC**



Inscrições: [www.irbcontas.org.br](http://www.irbcontas.org.br)